

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2016



ÍNDICE

Relatório da Administração	Pág.
Mensagem da Administração	1
Perfil da Companhia	3
Composição Acionária	3
Relacionamento com Acionistas	3
Governança Corporativa	4
Regulação	9
Mercado de Energia	9
Comercialização de Energia	9
Usina Térmica de Camaçari	10
Desempenho Operacional	10
Investimentos	13
Conjuntura Econômica	20
Desempenho Econômico-Financeiro	21
Alienação de Bens	26
Relacionamento com Auditores Independentes	26
Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	26
Gestão da Tecnologia da Informação	28
Gestão de Pessoas	28
Fornecedores	32
Relacionamento com as Comunidades	33
Responsabilidade Ambiental	34
Programa do Reassentamento de Itaparica	35
Cultura	36
Prêmios e Reconhecimentos	36
Informações de Natureza Social e Ambiental	37
Demonstrações Financeiras	
Balanço Patrimonial	
Ativo	39
Passivo e Patrimônio Líquido	40
Demonstração do Resultado	41
Demonstração do Resultado Abrangente	42
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	43
Demonstração do Fluxo de Caixa	44
Demonstração do Valor Adicionado	45
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	46
Composição da Diretoria e dos Conselhos de Administração e Fiscal	149
Parecer dos Auditores Independentes	150
Parecer do Conselho Fiscal	155

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2016 foi de dificuldades para a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco. Com uma extensa carteira de obras para entregar, enfrentou significativa redução da disponibilidade de caixa, devido a bloqueios judiciais em suas contas de R\$ 491,1 milhões, referentes ao processo conhecido como Fator K.

A insuficiência de caixa associada à pequena margem EBITDA dificultou significativamente a captação de recursos junto aos bancos previstos no Plano de Negócios, comprometendo o pagamento aos fornecedores com a consequente paralização da implantação de 80 empreendimentos.

Neste exercício, a Aneel homologou o montante de R\$ 5,09 bilhões, com data base de 31.12.2012, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, existentes em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013. Os valores homologados e contabilizados no resultado do exercício não representam imediata entrada de recursos financeiros no caixa da Companhia. De acordo com a Portaria MME nº 120/2016, o efetivo recebimento dessas receitas dar-se-á a partir de julho de 2017, em valores mensais, durante oito anos. Em decorrência deste fato, a Companhia apurou um lucro de R\$ 3.985,4 milhões.

Reduzindo custos, otimizando despesas e com o apoio da holding Eletrobras e do Ministério de Minas e Energia, a Chesf conseguiu fechar 2016 com a entrega de obras prioritárias, realizando melhorias em subestações, além de ter participado de empreendimentos de geração e transmissão, corporativos e em parceria com a iniciativa privada. Outro destaque do ano foi a atualização da identidade empresarial e o mapa estratégico 2017-2021.

Em continuidade ao aprimoramento das práticas de integridade no ambiente corporativo, a Chesf, criou, ainda em 2016, a Coordenadoria de Conformidade, Controle Interno e Gestão de Riscos, refletindo as ações da Eletrobras, de fortalecer seu Programa Anticorrupção. No final do ano, foi lançado o “Programa Eletrobras 5 Dimensões e, também, a segunda edição do Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras, adotados pela Chesf.

O “Programa Eletrobras 5 Dimensões” representa um avanço no nível de maturidade e robustez das ações de integridade na Companhia, e faz parte do rol de atividades que as Empresas Eletrobras precisam cumprir para atender às normas legais e regulamentares, bem como para evitar, detectar e tratar quaisquer desvios ou irregularidades.

A área de transmissão esteve em evidência em 2016. O sistema da Chesf foi incrementado com a energização de 429 km de linhas de transmissão, três novas subestações próprias, tendo a sua capacidade de transformação sido ampliada em 2.290 MVA. O investimento no período foi de R\$ 551,9 milhões. Com isso, a Companhia entregou 20% de todas as obras de transmissão energizadas em 2016 no Brasil, inclusive, com três empreendimentos energizados antecipadamente, em relação ao prazo estipulado pela agência reguladora: SE Arapiraca III - 2º transformador trifásico 230/69 kV, SE Lagoa Nova II - 3º TR 230/69 kV - 150 MVA e SE Currais Novos II - Substituição TR 138/69 kV - 33 MVA por TR 138/69 kV - 50 MVA.

No segmento de geração, a Companhia investiu R\$ 97,4 milhões em suas usinas hidrelétricas para manutenção de níveis de continuidade e disponibilidade e seguiu com as obras de implantação dos parques eólicos próprios de Casa Nova II e III, localizados no Estado da Bahia.

A Companhia também realizou investimentos em infraestrutura no montante de R\$ 32,1 milhões para manutenção de bens imóveis, veículos e equipamentos, informática e teleprocessamento.

Ressalte-se ainda, que, por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE) a Chesf investiu R\$ 895,7 milhões em participações em empreendimentos, agregando ao Sistema Interligado Nacional (SIN), 3.194,9 MW de potência instalada, sendo 2.963,75 MW de usinas hidroelétricas e 231,15 MW de parques eólicos, além de 166 km de linhas de transmissão.

O total investido pela Chesf em empreendimentos próprios e em sociedade montou em R\$ 1.577,1 milhões.

Para fazer face ao programa de investimento do ano, a Chesf captou um total de R\$ 1.069,5 milhões em recursos

contratados junto ao BNDES (R\$ 188,0 milhões), Caixa Econômica Federal (R\$ 200,0 milhões) e Eletrobras (R\$ 681,5 milhões).

A escassez hídrica foi relevante para o Nordeste e para a Companhia, que opera e mantém reservatórios no Nordeste, inclusive o maior deles, o de Sobradinho, na Bahia. Desde 2013, a Chesf vem reduzindo a vazão mínima histórica do Rio São Francisco, a partir de Sobradinho. Em 2016, a Companhia continuou com restrição de vazão do São Francisco de 800 metros cúbicos por segundo. Em setembro, o Ibama autorizou a Chesf a reduzir a vazão para 700 metros cúbicos por segundo, o que foi realizado em janeiro de 2017.

Em cumprimento às condicionantes ambientais estabelecidas pelo Ibama, a Chesf realiza, entre outros, o Programa de Monitoramento do Rio São Francisco, divulgado por meio de boletins no Portal Chesf (www.chesf.gov.br). Também por esse endereço na internet é possível verificar as vazões dos reservatórios mantidos pela Chesf.

Outro destaque do ano de 2016 foi a parceria firmada, através de Termo de Cooperação, com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP para o uso mútuo de infraestrutura óptica em toda região Nordeste, tendo como suporte as linhas de transmissão da Chesf.

Para a RNP, a parceria permitirá acelerar a oferta de infraestrutura avançada ótica para a educação e pesquisa, o que vai beneficiar o acesso à internet de alto desempenho para a comunidade acadêmica, incluindo centros de pesquisa, faculdades, institutos superiores, hospitais de ensino e centros de educação tecnológica, integrando a 100Gbps todo o Nordeste ao País.

Para a Chesf, o avanço na infraestrutura de telecomunicações garantirá maior confiabilidade para atendimento à operação e manutenção do seu sistema elétrico, em especial nas instalações teleassistidas, bem como às aplicações corporativas da Companhia. A Chesf disponibilizará à RNP parte de sua infraestrutura óptica existente, que se utiliza dos cabos pararraios, tipo OPGW, para tráfego de interesse das instituições de ensino e órgãos governamentais.

Considerando as dificuldades e os principais resultados enfatizados, o ano de 2016 foi de superação e conquistas para a Companhia, sua força de trabalho e toda a sociedade. O esforço de todos os que fazem a Chesf foi de reorganização e melhorias de eficiência, alcançando os resultados esperados. A Chesf reforça seus valores e, em especial, seu Compromisso com a Sociedade, permanecendo vetor do desenvolvimento Regional.

2. PERFIL DA COMPANHIA

A Chesf, concessionária de serviço público de energia elétrica controlada pela Eletrobras, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 03 de outubro de 1945, e constituída na 1ª Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 15 de março de 1948, tendo como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

Concessionária de um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil, as operações da Chesf se concentram nas atividades de geração hidrotérmica com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por cerca de 99,9% da produção total de energia em 2016. Este parque gerador tem 10.613,1 MW de potência instalada, sendo composto por 13 usinas hidrelétricas, supridas por 10 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 56,8 bilhões de metros cúbicos de água e uma usina térmica bicomustível.

Usinas	Rio	Capacidade Instalada (MW)
HIDRELÉTRICAS	-	10.268,33
Sobradinho	São Francisco	1.050,30
Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,60
Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,00
Paulo Afonso I	São Francisco	180,00
Paulo Afonso II	São Francisco	443,00
Paulo Afonso III	São Francisco	794,20
Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,40
Xingó	São Francisco	3.162,00
Funil	de Contas	30,00
Pedra	de Contas	20,01
Boa Esperança	Parnaíba	237,30
Curemas	Piancó	3,52
Araras (*)	Acaraú	4,00
TERMELÉTRICA	-	346,80
Camaçari (**)	-	346,80
TOTAL		10.613,13

(*) Concessão aguardando extinção pelo MME após recomendação da Aneel.

(**) Em processo de encerramento da concessão. Todas as unidades com operação comercial suspensa.

O sistema de transmissão da Chesf é composto por 20.313,3 km de linhas em operação, sendo 5.371,9 km de circuitos de transmissão em 500 kV, 14.167,8 km de circuitos de transmissão em 230 kV, e 773,6 km de circuitos de transmissão em tensões inferiores, além de 114 subestações de potência (considerando-se neste total as subestações de outras transmissoras que a Chesf possui ativos) e mais 14 subestações elevadoras de usinas, e ainda 9.815 km de cabos de fibras ópticas do tipo OPGW.

A Companhia também possui participações em empreendimentos de geração e transmissão por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Chesf, no montante de R\$ 9,754 bilhões, é representado por 55.905 mil ações nominativas, divididas em 54.151 mil ações ordinárias e 1.754 mil ações preferenciais, todas sem valor nominal. Deste total, 99,578% pertencem à Eletrobras, 0,347% ao Ministério da Fazenda, 0,016% à Light, e 0,059% a outros acionistas.

4. RELACIONAMENTO COM ACIONISTAS

A Chesf, como empresa de capital aberto, está sujeita às regras da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A política de relacionamento da Companhia é pautada pela divulgação de informações com transparência,

caracterizada pelo respeito aos princípios legais e éticos, alinhados às normas a que está submetida como concessionária de serviço público.

A Companhia possui um canal de divulgação de informações em seu portal corporativo na Internet, www.chesf.gov.br, link “Investidores”. A comunicação com seus acionistas é feita via atendimento telefônico, presencial e endereçamento eletrônico.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

5.1 ADMINISTRAÇÃO

A Chesf é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, composta exclusivamente por brasileiros. Esse conselho é integrado por até seis membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição, sendo um dos membros indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e outro membro eleito como representante dos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos e em eleição organizada pela Companhia em conjunto com as entidades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente.

A Diretoria Executiva é composta pelo diretor-presidente e até cinco diretores, eleitos pelo Conselho de Administração, que exercem suas funções em regime de tempo integral, com prazos de gestão de três anos, permitidas reeleições. O Diretor-Presidente é escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, não podendo acumular a função de Presidente deste Conselho.

O Conselho Fiscal, de caráter permanente, compõe-se de três membros efetivos e igual número de suplentes, sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, como representante da Secretaria do Tesouro Nacional.

5.2 GESTÃO DA ÉTICA

A Chesf adota o Código de Ética e Conduta Único do Sistema Eletrobras, que se aplica a todo o seu público interno, desde a alta administração até estagiários e jovens aprendizes e estabelece compromissos de conduta a serem seguidos no âmbito da Companhia, bem como, no relacionamento dos seus colaboradores com órgãos de governo, concorrentes, fornecedores, prestadores de serviço e demais parceiros externos. A Comissão de Ética tem como principais atribuições a disseminação dos valores e princípios éticos, através de ações educativas e a apuração de denúncias de infração ética.

Os destaques das ações da Comissão de Ética em 2016 foram a participação no XII Seminário do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, no XVII Seminário Internacional – Ética na Gestão, oferecido pela Comissão de Ética Pública, treinamento Ética na gestão pública, a realização de Palestra sobre o tema Assédio Moral e Sexual no Ambiente de Trabalho, realizada no auditório do Centro de Desenvolvimento do Ser Humano da Companhia (CDSH), com transmissão ao vivo para as regionais e todos empregados, o lançamento do novo Código de Ética e Conduta - 2ª edição, treinamento *on-line* para melhor apropriação do conteúdo do Código de Ética, a campanha “Ética. Em tudo para tod@s”, com a aplicação da assinatura nos emails e no Informe da CER, datas significativas dos comitês internos, ouvidoria e das Cipas. Processos Institucionais - treinamento para novos gerentes, além de atendimento a consultas formuladas sobre aspectos de ética, bem como apuração dos processos éticos.

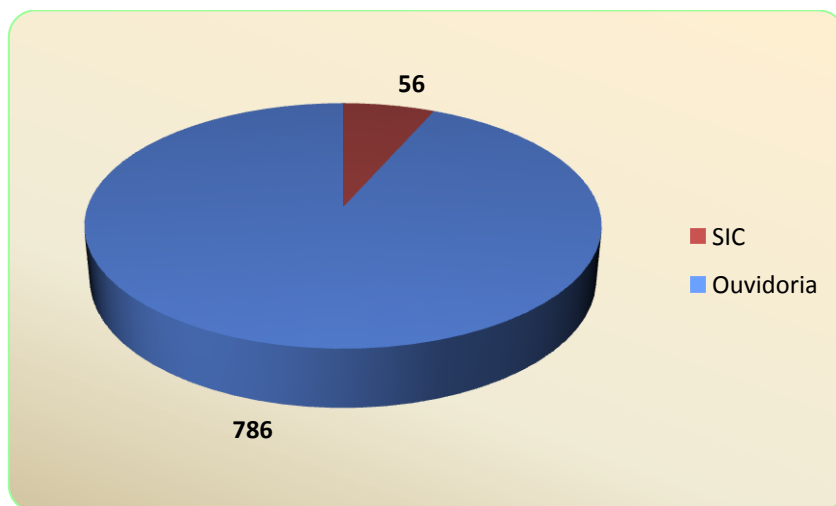
5.3 OUVIDORIA

A Ouvidoria é um canal de diálogo com os públicos de relacionamento da Chesf, atuando de forma isenta, com caráter mediador, pedagógico e estratégico. Acolhe as manifestações dos cidadãos, não solucionadas por outros canais de atendimento, analisa e atua na busca por soluções, identifica tendências e orienta a organização, dando suporte à melhoria contínua dos processos de trabalho e a busca por soluções efetivas. Sempre observando os princípios da legalidade, da transparência, do sigilo e da ética.

A Ouvidoria também desenvolve as atividades inerentes à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação - LAI, vigente a partir de 16.05.2012, que regulou o Acesso à Informação, assegurando a qualquer cidadão demandar informações produzidas ou custodiadas pela Chesf, de interesse particular, coletivo ou geral. Realiza a gestão dos pedidos de informação dos cidadãos, por meio do Sistema de informação ao Cidadão – SIC, disponibilizado pela Controladoria Geral da União – CGU.

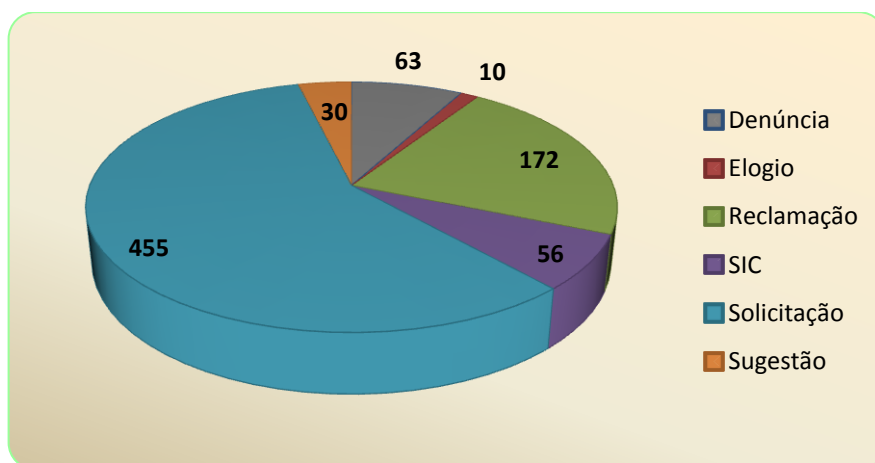
ESTATÍSTICA DAS MANIFESTAÇÕES

O quadro a seguir apresenta o total de 842 demandas recebidas pelos dois canais administrados pela Ouvidoria, sendo 786 manifestações postadas na Ouvidoria e 56 pedidos de informação dirigidos ao SIC.



DEMANDAS POR TIPO

As demandas são classificadas como: denúncia, elogio, reclamação, solicitação, sugestão e SIC.



MANIFESTAÇÕES POR ASSUNTO

No gráfico abaixo, estão elencados os principais assuntos das manifestações feitas em 2016. A maioria das manifestações se concentram em: Recursos Humanos (29,26%), Área de Servidão (15,90%), Econômico-Financeiro (9,54%), Operação e Manutenção (8,91%) e Serviços Gerais (6,74%). Estes assuntos representam 70,35% do total de manifestações registradas na Ouvidoria.



SISTEMA DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC

Foram recebidos 56 pedidos de informações. Atendimento, no período, a 100% das manifestações, tendo como tempo médio de resposta 14 dias. Foram 4 (quatro) demandas com prazo de atendimento prorrogado.

SIC				
Pedidos	Recurso ao Chefe Hierárquico	Recursos à Autoridade Máxima	Recursos à Controladoria Geral da União	Recursos à Comissão Mista de Reavaliação de Informações
56	2	-	-	-

5.4 AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna da Chesf está vinculada ao Conselho de Administração, sujeita-se à orientação normativa e à supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e tem por finalidade básica assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos e fatos administrativos, bem como avaliar a eficácia da gestão, dos controles internos e das práticas administrativas, orientando-se por uma filosofia de atuar preventivamente, fortalecendo os processos e a gestão da Companhia.

O planejamento das atividades da Auditoria Interna é consubstanciado no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, submetido à análise prévia da Controladoria-Geral da União – CGU e, posteriormente, ao exame pelo Conselho Fiscal e à aprovação pelo Conselho de Administração. A atuação da Auditoria Interna está limitada à execução de suas atividades típicas, com o objetivo de evitar o desvio de funções e de preservar sua isenção e imparcialidade.

No exercício de 2016, a Auditoria Interna concluiu 31 Relatórios de Auditoria que resultaram em 242 recomendações. Todos os relatórios foram encaminhados à gestão da Companhia e ao Conselho Fiscal. Ainda, a finalização dos relatórios foi comunicada a CGU e resumos desses relatórios foram apresentados ao Conselho de Administração.

5.5 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A Sustentabilidade Empresarial na Chesf tem como objetivo estabelecer diretrizes que norteiem suas ações quanto à promoção do desenvolvimento sustentável, buscando equilibrar oportunidades de negócio com responsabilidade social, econômico-financeiro e ambiental. Dentre essas diretrizes estão a priorização da produção de energia limpa e renovável, o uso racional de recursos, atuar como agente indutor da eficiência energética, ter compromisso com a ética e a transparência, respeitar os direitos humanos, agregar valor para as partes interessadas, garantir condições de trabalho e de bem-estar adequadas aos colaboradores.

Em 2016, destacamos as seguintes ações aprovadas no Comitê de Sustentabilidade:

- criação de uma Comissão Técnica para Gestão de Resíduos, Efluentes e Emissões
- projeto piloto para implantação da energia solar na Subestação Messias
- projeto de energia solar no almoxarifado
- revisão das metas para 4 anos dos parâmetros socioambientais: água, resíduo, energia elétrica e combustível.

A Companhia manteve suas adesões ao Pacto Global, com emissão da Comunicação de Progresso (COP), aos Princípios de Empoderamento da Mulher, da ONU Mulheres, ao Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República à Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), e ao compromisso com o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO).

A Chesf publicou o seu Relatório Anual de Sustentabilidade, seguindo as diretrizes mundiais da Global Reporting Initiative (GRI), apenas na versão online. Participou, ainda, ativamente para o Relatório de Sustentabilidade da holding e para as respostas aos questionários do Dow Jones Sustainability Index (DJSI) e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa.

5.6 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

O processo de Gestão de Riscos na Chesf segue os princípios e diretrizes estabelecidos na Política de Gestão de Riscos das Empresas Eletrobras e visa desenvolver uma visão integrada dos principais eventos de riscos aos quais a Companhia está exposta e definir em conjunto com as áreas de negócios, as ações de tratamento para mitigação desses riscos. A metodologia, adotada em alinhamento com a *holding*, abrange as etapas de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos de diversas naturezas, e tem o objetivo de dar suporte na tomada de decisões empresariais. A priorização dos riscos a serem analisados e monitorados é realizada pelo Comitê de Riscos da Companhia, formalmente instituído com representantes de todas as Diretorias, tomando como base a relação completa de riscos identificados na Matriz de Riscos da Companhia, aprovada em Diretoria.

Adicionalmente às atividades de Gestão de Riscos, o ambiente de controles internos da Chesf também é fortalecido por meio do processo de Certificação SOX, realizado anualmente para assegurar a conformidade da Eletrobras e suas controladas aos requisitos da Lei norte-americana *Sarbanes-Oxley*, necessária para que a *holding* mantenha a negociação de suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), além de ajudar no aprimoramento dos processos, ao verificar a aderência das atividades realizadas às políticas e procedimentos internos da Companhia e identificar pontos de melhoria. A Certificação SOX envolve as etapas de revisão anual da documentação referente aos processos de negócios e de governança previamente definidos no escopo, e os testes de eficácia dos controles internos, realizados tanto pela administração, sob responsabilidade da Auditoria Interna da Chesf, quanto pelo auditor independente.

5.7 COMPLIANCE

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras foi lançado na Chesf em 2015, e desde então várias ações têm sido implementadas para sua estruturação e consolidação, como treinamentos da alta administração, gerentes e demais empregados, informativos internos para divulgação do Programa, inclusão de cláusulas específicas de integridade corporativa nos contratos com fornecedores, entre outras.

No intuito de dar continuidade ao aprimoramento das práticas de integridade no ambiente corporativo, a Chesf, em conjunto com a *holding* e demais Empresas Eletrobras, está fortalecendo o seu Programa Anticorrupção por meio

da implantação, desde o final de 2016, do “Programa Eletrobras 5 Dimensões”, que representa um avanço no nível de maturidade e robustez das ações de integridade na Companhia, e faz parte do rol de atividades que as Empresas Eletrobras precisam cumprir para atender às normas legais e regulamentares, bem como para evitar, detectar e tratar quaisquer desvios ou irregularidades. Ao longo de 2017, novas ações estão programadas para fortalecer a gestão do Programa de Integridade na Companhia.

5.8 PLANEJAMENTO EMPRESARIAL

O Planejamento Empresarial da Chesf é um instrumento que dá suporte à governança. No processo de planejamento empresarial, a análise do ambiente externo, tanto com suas oportunidades como com suas ameaças, é realizada nas revisões dos mapas estratégicos ou quando uma mudança significativa do ambiente ocorre. São utilizadas as técnicas de brainstorm com gestores chaves da organização e a análise SWOT realizada pela *holding* é adequada enfatizando as características regionais e as particularidades da Companhia. Ainda, quando as principais diretrizes do planejamento estratégico são elaboradas, as diretorias realizam o trabalho de desdobramento levando em consideração seus ambientes, que identificam e acrescentam outros fatores ambientais. O ano de 2016 foi marcado pela revisão do mapa estratégico que, utilizando as técnicas e contribuições já apresentadas, elaborou o mapa estratégico 2017-2021 que foi aprovada pela Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia no final do ano de 2016.

O monitoramento do Planejamento Empresarial da Chesf é realizado com foco nos indicadores de cada objetivo definido em seu Mapa Estratégico, possibilitando o acompanhamento de desvios entre as metas e os resultados apurados, com a participação da Diretoria, do corpo gerencial da Companhia e de empregados, consolidando assim o processo de gestão empresarial com transparência das informações e foco em resultados.



6. REGULAÇÃO

Fazem parte da gestão da regulação na Companhia, o acompanhamento das alterações na regulamentação estabelecida pela ANEEL, a participação da Chesf nas Audiências e Consultas Públicas de seu interesse, os processos de revisão e de reajuste tarifário da Transmissão e da Geração e a proposição e acompanhamento da implantação de medidas que permitam promover a melhoria dos processos de forma a adequar-se às regras regulatórias.

Destacam-se, no ano de 2016, os seguintes marcos:

- Homologação, por meio do Despacho nº 2.076/2016, da ANEEL, do Relatório de Fiscalização – RF nº 0084/2016, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, no valor de R\$ 5,09 bilhões, na data base de 31 de dezembro de 2012, correspondente às instalações de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, não amortizados e/ou não depreciados, valor este que passará a compor a Base de Remuneração Regulatória da Chesf a partir de julho de 2017;
- Encaminhamento de informações para os reajustes tarifários da receita de transmissão e da receita das usinas cotistas;
- Os recursos administrativos apresentados pela Companhia, bem como as sustentações orais realizadas em Reuniões Ordinárias da Agência, propiciaram uma redução de 48% do montante de multas julgadas durante o ano de 2016 pela ANEEL, representando cerca de R\$12,2 milhões.

7. MERCADO DE ENERGIA

Em 2016, o consumo nacional de energia elétrica foi de 460.001 GWh com uma redução de 0,9% em relação a 2015. A participação da região Nordeste nesse consumo representou 17,34% no referido ano. Este resultado foi influenciado, em parte, pelo fraco desempenho no consumo das indústrias e do comércio, em função do quadro econômico desfavorável, principalmente no que diz respeito a investimentos em infraestrutura, credibilidade e mercado de trabalho (emprego e renda), o que levou ao reduzido nível de demanda interna, durante o ano de 2016.

Para atendimento ao submercado Nordeste (Região Nordeste menos o Estado do Maranhão), a geração da Chesf contribuiu com 23,53%, o intercâmbio com os submercados Norte e Sudeste respondeu por 19,21% e as outras gerações (PCH, térmica, eólica, biomassa e solar), localizadas no referido submercado, por 57,26%. Vale destacar, em 2016, a participação das energias eólica (30,03%) e térmica (25,35%), no atendimento à carga.

8. COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Desde 2013, a Chesf vem comercializando energia elétrica, parte no regime de cotas e parte fora deste regime, que, nesse caso, pode-se dar no Ambiente de Contratação Livre - ACL e no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Embora uma parcela da energia do regime de cotas tenha sido reservada para atendimento aos consumidores industriais do Nordeste, a Chesf continuou a ter necessidade de compra de energia para atendimento aos seus compromissos.

Em 2016, as vendas corresponderam ao montante de 53.808 GWh, distribuídos entre 23 estados do Brasil e o Distrito Federal. Desse montante, 47.079 GWh (87%) foram comercializados no regime de cotas enquanto que 6.729 GWh (13%) ficaram fora do regime de cotas. Referente à parcela fora do regime de cotas, o total da energia foi destinado aos consumidores industriais livres, consumidores industriais cativos e aos comercializadores. Já as compras de energia totalizaram 1.727 GWh, fazendo parte da estratégia de comercialização da Companhia.

9. USINA TÉRMICA DE CAMAÇARI

A Concessão da usina térmica de Camaçari - UTC, localizada no município de Dias D'Ávila no Estado da Bahia, foi outorgada à Chesf por meio da Portaria DNAEE n.º 1.068, de 10 de agosto de 1977.

A forma de operação a que a usina foi submetida nos últimos anos deteriorou significativamente as suas unidades geradoras, reduzindo a sua disponibilidade e, conseqüentemente, a sua confiabilidade para o atendimento às solicitações de despacho pelo ONS. Some-se a esse fato, a constatação de que grande parte dos equipamentos da usina já ultrapassou a sua vida útil econômica, tendo mais de 35 anos de operação.

Atualmente, a UTC encontra-se com processo de distrato da sua concessão em análise pelo Ministério de Minas e Energia – MME. Além disso, o Despacho Aneel nº 2.058 suspendeu a operação comercial da usina a partir de 01/08/2016.

10. DESEMPENHO OPERACIONAL

Com a permanência da situação hídrica desfavorável na Bacia do Rio São Francisco e as baixas afluições ocorridas no período úmido 2015/2016, o principal reservatório da região Nordeste, Sobradinho, atingiu, no final do mês de abril de 2016, o armazenamento de 30,94% e, em 31 de dezembro, chegou a 12,82% do seu volume útil.

A Companhia gerou 20.831 GWh em 2016 e 25.080 GWh em 2015, representando uma redução de 16,9%. Este resultado foi devido à continuidade da baixa hidraulicidade ocorrida no período úmido de 2015/2016, sendo necessária a maximização de geração térmica e eólica na região, bem como o recebimento de intercâmbio de outras regiões do SIN.

Em 2016 foram incorporadas 06 instalações teleassistidas aos Centros de Operação e a inclusão de novos pontos de supervisão, previstos no Procedimento de Rede 2.7 do ONS. Investimentos adicionais foram realizados na área de automação, com a modernização do novo Centro Regional de Operação Sul, que passou a contar com um moderno sistema Video Wall em LCD e um novo servidor SCADA de alta performance. Estes esforços resultaram no aumento da observabilidade do sistema, atingindo a marca de 157.145 pontos de supervisão. Ressalta-se ainda a ampliação dos sistemas de suporte à operação e manutenção, nas áreas de Regulação Automática de Tensão, Supervisão dos Sistemas de Proteção, Qualidade de Energia e Oscilografia.

O sistema de telecomunicações transporta sinais de voz, dados e vídeo, para uso corporativo (correio eletrônico, videoconferência IP, aplicações administrativas, sistemas de informação, etc.), bem como operacional (sistemas de telessupervisão em tempo real, sinais de teleproteção, demais aplicações inerentes ao setor elétrico, tanto da Chesf, como do ONS e de outras empresas do setor a quem presta serviços de comunicação).

O sistema de telecomunicações da Chesf foi ampliado, contemplando as subestações de Mirueira II e Ibiapina II. É importante ressaltar a realização da parceria firmada, através de Termo de Cooperação, com a RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, o qual propiciará o aumento da rede de transporte da Chesf em até 160 vezes, abrangendo 16 PoP (Points of Presence) distribuídos por oito estados do Nordeste. Estão ainda previstos nesta parceira 15 anéis para permitir redundância de serviços, o que permitirá significativo aumento de capacidade e confiabilidade da rede de telecomunicações da Companhia, com um investimento evitado de aproximadamente R\$ 100 milhões. Em contrapartida, a Chesf disponibilizará a RNP parte de sua infraestrutura óptica existente, que se utiliza dos cabos pararraios, tipo OPGW, para tráfego de interesse das instituições de ensino e órgãos governamentais.

Destaca-se que, de acordo com o seu Planejamento Empresarial, a Chesf vem implantando desde 2015, um novo modelo para instalações teleassistidas, que migraram para a estratégia de atendimento local por profissionais capacitados a desenvolver atividades tanto de Operação como de Manutenção - O&M. Ao final de 2016 foram totalizadas 38 subestações operadas e mantidas pela Chesf neste novo modelo

Tal iniciativa vem no sentido de dotar a Companhia de um modelo de gestão técnico-operacional mais integrado e descentralizado, promovendo ajustamento do seu capital humano a uma realidade de desempenho técnico e econômico, em função das exigências crescentes da sociedade por melhoria dos serviços prestados e redução dos custos associados.

Com isso, a Companhia espera melhorar o atendimento às manutenções de pequeno porte, reduzindo assim a dependência de mobilização de equipes centralizadas, bem como acelerar o restabelecimento provocado por

indisponibilidades de natureza simples em ativos, além de complementar as equipes centralizadas nas manutenções de grande porte.

10.1 INDICADORES DE DESEMPENHO

O resultado em 2016 para o indicador de Parcela Variável – PV foi o melhor dos últimos 3 anos. Como fato relevante em 2016, houve a implantação da resolução normativa Nº 729 da ANEEL, estabelecendo novas regras de apuração da parcela variável. Devido à necessidade de adaptação às regras da nova resolução ANEEL, em julho, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS comunicou a todos agentes de transmissão a suspensão da apuração dos eventos referentes ao período de julho a dezembro e, conseqüentemente, os descontos de parcela variável ocorridos nesse período, devendo os mesmos ser processados em 2017.

O indicador de Robustez apresentou o melhor resultado dos últimos 5 anos, mantendo a tendência contínua de melhora dos últimos anos. Este resultado indica uma evolução do Sistema Chesf (Rede Básica), no que diz respeito a ocorrências envolvendo interrupção do fornecimento de energia elétrica.

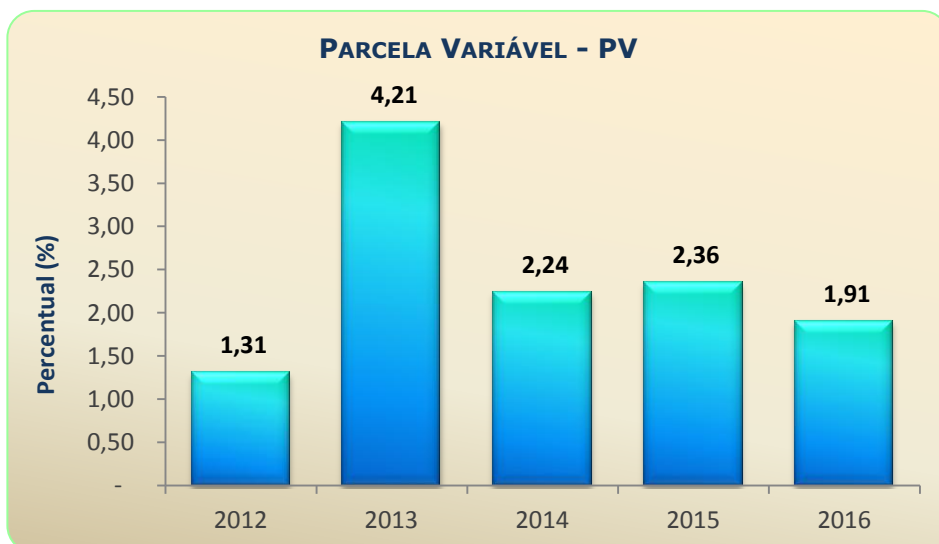
O indicador referente ao Número de Eventos com Interrupção de Carga na Rede Básica (NEIC-RB), apresentou uma pequena elevação em relação ao valor observado no ano de 2015. Destaca-se que até outubro de 2016, registrava-se o melhor resultado do histórico, sendo a referida elevação impactada por ocorrências nos meses de novembro e dezembro de 2016.

O indicador de Disponibilidade Operacional de Linhas de Transmissão apresentou um valor que refletiu o bom desempenho no serviço prestado, com pequena variação em relação aos anos anteriores.

O Indicador de Disponibilidade Operacional de Geração, apresentou uma melhora significativa em 2016, em relação a 2015, revertendo uma sequência de redução ocorrida nos últimos 2 anos.

10.2 PARCELA VARIÁVEL – PV

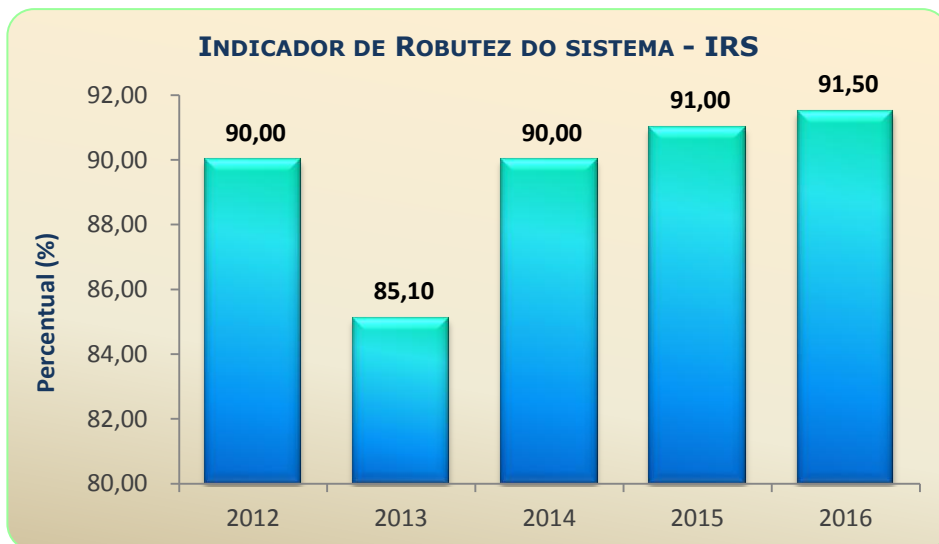
Indica o percentual de desconto da Receita Anual Permitida (RAP) das Funções de Transmissão, devido a indisponibilidades dos equipamentos da Rede Básica das concessões da Chesf, conforme legislação Aneel.



Melhor

10.3 INDICADOR DE ROBUSTEZ DO SISTEMA – IRS

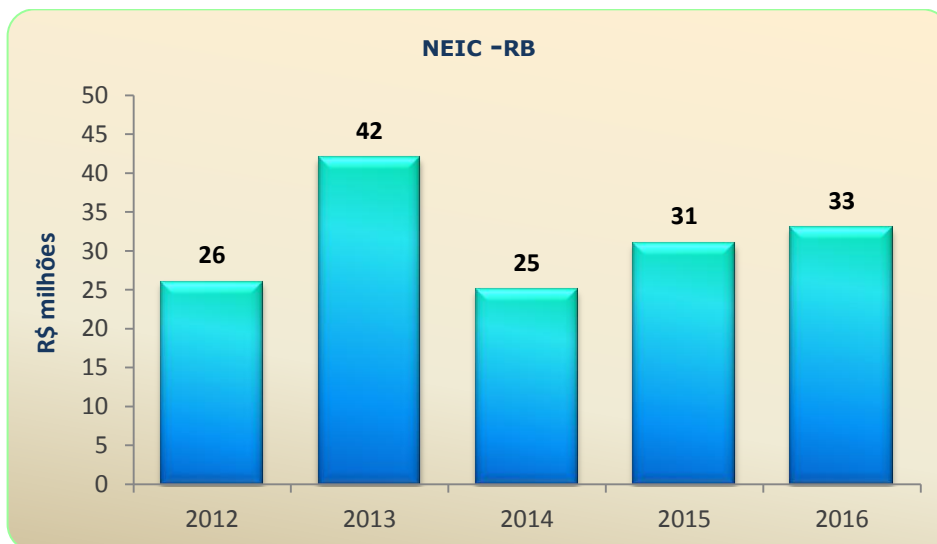
Avalia a capacidade da Rede Básica da Chesf em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores (perda de carga).



↑
Melhor

10.4 NÚMERO DE EVENTOS COM INTERRUPTÃO DE CARGA NA REDE BÁSICA – NEIC-RB

É o número de desligamentos impestivos com origem na Rede Básica da Chesf que ocasionam qualquer interrupção de carga no Sistema Chesf.



↓
Melhor

10.5 DISPONIBILIDADE OPERACIONAL – DO

Indica a probabilidade de, num dado momento, o equipamento estar operando, desempenhando sua função ou pronto para operar.



Melhor



Melhor

11. INVESTIMENTOS

Nos últimos anos, a Chesf vem diversificando seus investimentos em geração e transmissão de energia elétrica, empregando recursos na construção de Ativos Próprios e por meio de parcerias em Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

11.1 INVESTIMENTO EM ATIVOS PRÓPRIOS

No ano de 2016, os investimentos corporativos para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Companhia, totalizaram R\$ 681,4 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 97,4 milhões em geração de energia; R\$ 551,9 milhões em obras do sistema de transmissão; e R\$ 32,1 milhões em outros gastos de infraestrutura.

No período de 2012 a 2016, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -16,3%.

O gráfico a seguir apresenta os montantes anuais investidos pela Chesf em SPEs ao longo dos últimos cinco anos.



11.1.1 SISTEMA DE GERAÇÃO

Em 2016, foram investidos R\$ 31,8 milhões nas usinas hidrelétricas, para manutenção de níveis de continuidade e disponibilidade satisfatórios ao atendimento da demanda, com destaque para as seguintes realizações:

- Concluídos os trabalhos de implantação dos sistemas digitais na subestação e tomada d'água, bem como de modernização dos serviços auxiliares elétricos da Usina Boa Esperança. Os serviços nas unidades geradoras já haviam sido concluídos em 2013 (unidades 01G3 e 01G4) e 2015 (unidades 01G1 e 01G2);
- Conclusão da eliminação das pendências dos trabalhos de digitalização da usina de Paulo Afonso II;
- Concluída a construção da caixa separadora de óleo da usina Apolônio Sales;
- Concluída a elaboração do projeto básico para a recuperação das estruturas da usina de Apolônio Sales;
- Finalizada em maio de 2016, a atualização dos preços (visto que o Projeto Básico é de 2012) para o projeto de implantação dos sistemas digitais na Usina Sobradinho, atividade realizada com recursos próprios;
- Realização do monitoramento sismológico nas usinas de Boa Esperança, Sobradinho, Itaparica, e Xingó.

Com relação a novas hidrelétricas, a Chesf já havia concluído, em parceria com empresas privadas, os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) de cinco aproveitamentos hidrelétricos situados no rio Parnaíba: Ribeiro Gonçalves (113 MW), Uruçuí (134 MW), Cachoeira (63 MW), Estreito (56 MW) e Castelhana (64 MW). O aproveitamento de Uruçuí foi considerado inviável ambientalmente, tendo sido indeferida a emissão de sua Licença Prévia. Os outros 4 aproveitamentos participaram dos leilões de energia da Aneel, seja de forma individual ou em conjunto, formando um complexo hidrelétrico. No entanto, em nenhum desses leilões se obteve êxito na venda de energia dessas usinas. Isto aconteceu por causa do preço-teto da tarifa fixado pela Aneel no leilão, considerado baixo, incapaz de proporcionar rentabilidade suficiente para viabilizar esses aproveitamentos hidrelétricos.

Em outubro de 2016, a Aneel encaminhou à Chesf o Ofício nº 1.178/2016-SCG/Aneel, com um posicionamento sobre o novo Relatório de Disponibilidade Hídrica (REDH), que havia sido encaminhado para análise desta agência em dez/2015, e que foi elaborado, por meio de uma empresa contratada, para possibilitar a emissão pela Agência Nacional de Águas (ANA) da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH).

Neste ofício, a Aneel informa que as estimativas e projeções de consumo hídrico total a montante das usinas, apresentadas nos estudos de disponibilidade hídrica, estão adequadas. Porém informou ser necessário elaborar para cada empreendimento, em atendimento à Lei nº 13.081/2015, previamente à emissão da DRDH, os estudos de concepção e definição de alternativas dos sistemas de transposição de desnível. Para realizar estes estudos a Chesf terá de contratar uma empresa especializada na elaboração de projetos de estruturas hidráulicas de grande porte.

Porém os Aproveitamentos Hidroelétricos (AHE's) de Estreito e Cachoeira, estão com as licenças prévias (LPs) vencidas desde dezembro/2015. A licença prévia do AHE Castelhana expirou-se em novembro/2016 e a do AHE Ribeiro Gonçalves estará válida até outubro/2017. Para todos esses aproveitamentos não há possibilidade de renovação das LPs, sendo portanto necessários novos estudos ambientais para a solicitação de novas licenças.

Além disso, por meio da DD 56.01/2016, de 25/10/2016, a diretoria da Chesf autorizou a formalização de acordo judicial nos autos do processo 21295-73.2011.04.02.4000, desistindo dos licenciamentos ambientais das usinas do Parnaíba, de forma que, em caso de interesse na obtenção de novas licenças prévias, estas deverão ser precedidas de novos estudos de impacto ambiental. Isto é válido para os 4 AHEs do Parnaíba, quais sejam: Ribeiro Gonçalves, Cachoeira, Estreito e Castalhana.

No submédio Rio São Francisco a Companhia já havia concluído o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) do aproveitamento de Riacho Seco (276 MW) e aguardava a aprovação do EIA/RIMA (ambos protocolados no IBAMA), para posterior realização de Audiências Públicas para obtenção da LP (Licença Prévia), de forma a possibilitar a participação deste aproveitamento hidrelétrico em futuro Leilão A-5.

Para o AHE de Riacho Seco, os estudos de engenharia evoluíram de forma conveniente e, após algumas solicitações à ANEEL para prorrogação do prazo de entrega dos estudos, inicialmente prevista para 15/10/2004, os parceiros do Acordo de Cooperação protocolam nesta agência a entrega o Relatório Final do EVTE de Riacho Seco em 29/11/2007. Em 30/05/2008, após ser atendida pelos parceiros do Acordo de Cooperação quanto às solicitações de informações complementares do EVTEA, a ANEEL publica o Despacho nº 2.100 anuindo com o Aceite dos Estudos de Viabilidade da UHE Riacho Seco.

Em 08/06/2016, os parceiros do Acordo de Cooperação receberam da ANEEL o ofício 437/2015-SCG/ANEEL, tendo como anexo a Nota Técnica nº 223/2016-SCG/ANEEL, sobre o Relatório dos Estudos de Viabilidade do AHE Riacho Seco entregues na ANEEL para análise e aprovação, e solicita a manifestação dos parceiros do acordo, dentro de 60 dias (caso não cumpridos o registro será enviado ao rol dos inativos), sobre o interesse de dar prosseguimento a este processo e qual o prazo necessário para a apresentação de um novo relatório de Viabilidade contemplando os ajustes citados na Nota Técnica 223/2016. Portanto, em virtude da monta das demandas e da pouca atratividade deste projeto nas condições atuais do mercado, os parceiros do consórcio encaminham à Aneel uma correspondência requerendo a desistência do registro ativo para a elaboração dos Estudos de Viabilidade do AHE Riacho Seco.

Já para o AHE de Pedra Branca, os estudos não tiveram o avanço esperado devido à não emissão, por parte do IBAMA, dos Termos de Referência para o desenvolvimento dos estudos ambientais e elaboração do “Estudo de Impacto Ambiental” (EIA) e “Relatório de Impacto Ambiente” (RIMA). Além disso, havia informações sobre a demarcação de Terras Indígenas (TI) imediatamente a jusante do barramento, na sua Área de Influência Direta (AID), fato que poderia dificultar ainda mais o desenvolvimento e aprovação dos estudos. Em função dessa situação, os estudos de engenharia também foram paralisados, tendo sido, portanto, priorizado o projeto do AHE Riacho Seco. As informações sobre TI foram posteriormente confirmadas com a publicação no Diário Oficial da União, no dia 01/06/2009, do “Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tumbalalá”, onde está indicada a delimitação das terras dos Tumbalalás. No momento essas terras encontram-se na FUNAI com o status de “Delimitada”. Portanto, de forma similar ao AHE Riacho Seco, os parceiros do consórcio encaminham à Aneel uma correspondência requerendo a desistência do registro ativo para a elaboração dos Estudos de Viabilidade do AHE Pedra Branca.

Na área de Energia Eólica, a Companhia investiu R\$ 65,5 milhões até final de 2016, na implantação dos parques eólicos próprios Casa Nova II (28 MW) e Casa Nova III (24 MW), que totalizam de 52 MW, e são situados no município de Casa Nova, na Bahia.

Ainda sobre a geração eólica, a Companhia tem em curso um programa de medições de vento, para o desenvolvimento de projetos eólicos, em várias áreas selecionadas no Nordeste, num total que ultrapassa os 33.000 ha, correspondendo a um potencial superior a 4.000 MW, a serem implantados via futuros leilões de venda de energia da Aneel, no ambiente regulado (ACR), ou mesmo para a venda direta no mercado livre (ACL). A Companhia busca também ampliar parcerias para viabilizar a exploração do grande potencial eólico da região.

Na área de geração solar, a Companhia iniciou um novo processo licitatório para implantar, no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D+I), uma planta fotovoltaica de 3 MWp interligada à rede elétrica em uma área localizada próxima à cidade de Petrolina (PE). Esta planta tem por objetivo a proposição de arranjos técnicos e comerciais para inserção de projetos de geração solar fotovoltaica na matriz energética brasileira, num projeto de P&D+I intitulado “Central Fotovoltaica da Plataforma Solar de Petrolina” elaborado em parceria entre a Chesf, Cepel, UFPE e UPE, com previsão de conclusão no segundo semestre de 2018, tendo sido investido

R\$ 0,2 milhões em 2016. A Companhia participa ainda de projeto heliotérmico de 1 MWp a ser implantado também em Petrolina, em parceria com o Cepel, e efetua medições em 15 estações solarimétricas, instaladas no semiárido nordestino, visando ao aproveitamento da energia solar com tecnologias fotovoltaicas e heliotérmicas. A Companhia desenvolveu um projeto de geração Fotovoltaico de 30 MW para participar de futuros Leilões de energia, a ser implantado em São José do Belmonte, distrito de Bom Nome.

Como destaque em Energia Solar, no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável entre o Brasil e a Alemanha, a Companhia participa do Programa “Usinas Solar Térmicas para Geração de Energia Elétrica” e também do “Programa Solar para a Geração de Energia Elétrica – Solar Nordeste”, estando o governo alemão fornecendo recursos, através do Banco Alemão de Desenvolvimento KfW, e em cooperação com o GIZ (Agência de Cooperação Internacional Alemã) para medidas de mitigação das mudanças climáticas no marco de sua nova modalidade de financiamento para promover tecnologias favoráveis à proteção do clima global (DKTI). Em 2016, foi concluído o estudo de viabilidade, patrocinado pelo KfW, focando tanto na tecnologia CSP (Potência Térmica com Concentradores Solares), quanto na tecnologia fotovoltaica. Esse estudo visa a fornecer à Companhia informações necessárias para a otimização do desenvolvimento de uma usina de energia solar de dimensão industrial no Nordeste do Brasil.

Ainda na área de geração solar, a Chesf também participou no Projeto de P&D+I realizado em parceria com a Eletronorte, visando a implantação de Usinas Fotovoltaicas Flutuantes de 5 MWp, uma no reservatório de Balbina e outra no reservatório de Sobradinho; no Projeto de P&D Chesf Torre Solar I, como parte da Chamada 019/2015 da Aneel, que contempla uma planta heliotérmica com geração de energia elétrica através de um bloco de potência de 250 kW; e no programa de eficiência energética com implantação de sistemas de mini e micro geração com tecnologia fotovoltaica, iniciado com um sistema fotovoltaico de 32 kWp, no almoxarifado da Chesf em Abreu e Lima/PE.

11.1.2 SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Ao final do ano de 2016, o Sistema de Transmissão da Chesf teve ampliação, quando foram energizados 264,2 km de linhas de transmissão, além de 03 novas Subestações, com a ampliação da capacidade de transformação em 2.290 MVA.

Foram energizados em 2016, os seguintes empreendimentos:

EMPREENDIMENTO	SE	KM	MVA	MVAr
SE Lagoa Nova - 2º TR 230/69 kV - 150 MVA - complementação SE Lagoa Nova II			150	
SE Bongí - 3º TR 230/13,8 kV - 40 MVA			40	
SE Piripiri - 1º Banco de capacitores 230 kV - 30 MVAr				30
LT 230 kV Ribeirão / Recife II C1 - Recapitação				
SE Santa Rita II - Instalação do 3º Transf. Trifásico 230/69 kV - 150 MVA e conexões associadas.			150	
SE Polo 230/69 kV - 100 MVA	1		100	
SE Mirueira II 230/69 kV	1		300	
SE Milagres - 3º banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV, 3x200 MVA			600	
SE Mossoró II - 4º TR 230/69 kV - 100 MVA			100	
LT 230 kV Banabuiú / Mossoró II C2 - Lançamento do 2º circuito		177,2		
SE Igaporã II - Instalação do 3º transformador 230/69 kV - 150 MVA e conexões associadas.			150	
SE Ibiapina II 230/69 kV - 200 MVA, seccionamento de LT 230 kV CD e adequações nas EL's 230 kV da SE Piripiri e SE Sobral II.	1	21,6	200	
SE Itabaianinha - Substituição do TR-1 230/69 kV, de 33 MVA, por outro de 100 MVA			100	
SE Arapiraca III - 2º transformador trifásico 230/69 kV, de 100 MVA, e conexões.			100	
SE Ribeirão - 4º Transformador trifásico 230/69 kV - 100 MVA			100	
SE São João do Piauí - CT e IB 500 kV				
SE Lagoa Nova II - 3º TR 230/69 kV - 150 MVA			150	

SE Campina Grande II - Instalação de Sistema de Medição para Faturamento				
SE Tauá II - Compensador Estático 230 kV -40/+90 Mvar				90
LT 230 kV Paraíso / Lagoa Nova II e SE Lagoa Nova II 230/69 kV		65,4		
SE Currais Novos II - Substituição TR 138/69 kV - 33 MVA por TR 138/69 kV - 50 MVA			50	
TOTAIS 2016	3	264,2	2.290	120

Foi incorporado também ao sistema da Chesf o seccionamento das LTs Angelim-II-Pau Ferro, Recife II-Pau Ferro, C1 (164,8 km), transferido pela IE Garanhuns.

Foi priorizada a conclusão das obras associadas às Instalações Coletoras de Geração Eólica (ICG's), onde se destaca a conclusão da SE Ibiapina II que possibilitou o acréscimo de oferta de energia a partir das usinas eólicas que serão instaladas no Estado do Ceará (Leilão de Fontes Alternativas – LFA-2010, com potência instalada de 150 MW. Para conexão dessa nova subestação foi necessária também a construção de 11 km de Linha de Transmissão em 230 kV, em circuito duplo, que seccionou a antiga linha Piripiri/Sobral II, formando as novas linhas Piripiri/ Ibiapina II e Ibiapina II/Sobral II. Além disso, a Chesf concluiu obras para escoamento da energia eólica gerada no Rio Grande do Norte, para todo o Brasil, implantou a terceira etapa da SE Lagoa Nova II, com a energização de segundo transformador de 150 MW, concluiu a ampliação da ICG Lagoa Nova, com a energização do 3º transformador de 150 MVA e no final do ano de 2016, energizou a LT 230 kV Paraíso/Lagoa Nova II.

A Chesf concluiu 3 empreendimentos com antecipação em relação ao prazo estipulado pela Agência Reguladora: SE Arapiraca III - 2º transformador trifásico 230/69 kV, SE Lagoa Nova II - 3º TR 230/69 kV - 150 MVA e SE Currais Novos II - Substituição TR 138/69 kV - 33 MVA por TR 138/69 kV - 50 MVA.

No ano de 2016, foram concluídos 30 eventos do Programa de Melhorias de Instalações (PMI) envolvendo 44 equipamentos em 19 Subestações. A maioria destes eventos foram relativos à substituição de disjuntores e transformadores de aterramento.

Foram realizadas avaliações extraordinárias nos sistemas de proteção de 10 subestações da Rede Básica da Chesf, conforme ofício nº 966 ANEEL e Nota Técnica 058-2013 SFE-SRT ANEEL. As Subestações envolvidas neste processo em 2016 foram: SE Cauípe, SE Quixadá, SE Paraíso, SE Açu II, SE Pau Ferro, SE Santa Rita II, SE Suape II, SE Suape III, SE Camaçari IV e SE Itapebi. Desta forma, a Chesf concluiu este processo em 2016, onde foram avaliadas e enviada toda a documentação para as 83 subestações listadas no referido Ofício ANEEL.

Foram concluídos 12 Testes de Aceitação em Fábrica (TAF) de sistemas de MPCCSRA em 2016 e 09 referentes a sistema de CFTV e 1 referente a Cabeamento Estruturado.

Foi dada continuidade, no ano de 2016, ao acompanhamento dos empreendimentos de transmissão no âmbito do Comitê de Monitoramento dos Empreendimentos de Transmissão – CMET, do qual participam representantes da SPT e de todas as unidades organizacionais da Chesf envolvidas nos empreendimentos, tais como a Área Jurídica, Meio-ambiente, Suprimento e Diretoria de Operação. Com objetivo de aperfeiçoar a gestão dos empreendimentos, houve mudanças na forma de condução das reuniões mensais tornando-as mais efetivas.

A Diretoria de Engenharia e Construção possui um Planejamento Estratégico cujo Mapa Estratégico está definido com 6 Objetivos Finalísticos e 4 Objetivos de Suporte. A seguir, estão listados estes Objetivos:

Objetivos Finalísticos

- Implantar Empreendimentos de ICG's;
- Implantar Empreendimentos de Transmissão Corporativos;
- Implantar Reforços e Melhorias de Transmissão;
- Implantar Empreendimentos de Geração Corporativos;
- Implantar Empreendimentos de Geração em Parceria;
- Efetuar Ampliações e Melhorias em Empreendimentos de Geração em Operação.

Objetivos de Suporte

- Firmar Contratos de Aquisição e de Serviços;
- Prospectar e Desenvolver Novos Negócios de Geração e Transmissão.

- Viabilizar a Obtenção de Licenças Ambientais;
- Concluir os Compromissos com o Reassentamento de Itaparica.

Em 2016, foram adotadas novas práticas e ferramentas de gestão, com sistemática de controle e captura de resultados em reuniões mensais, uma delas com a participação do Diretor. No monitoramento, os resultados dos indicadores do objetivo estratégico de implantar empreendimentos de transmissão são avaliados, desvios são validados e direcionamentos estratégicos são definidos.

11.2 INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

No ano de 2016, os investimentos realizados em Sociedades de Propósito Específico (SPEs), através da Integralização de Capital e da realização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital, totalizaram R\$ 895,7 milhões, representando uma redução de 33,8% em relação ao ano de 2015, em função da entrada em operação da maioria das SPEs. No período de 2012 a 2016, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 1,3%.

O gráfico a seguir apresenta os montantes anuais investidos pela Chesf em SPEs ao longo dos últimos cinco anos.



11.2.1 SISTEMA DE GERAÇÃO

A Chesf possui participações em empreendimentos de geração por meio de SPEs, em um total de 16.616,81 MW, correspondentes a 3.125,23 MW equivalentes, conforme quadro a seguir:

	SPEs	LOCAL	MW	PART.	MW Equiv.	INÍCIO DE OPERAÇÃO
GERAÇÃO HIDRÁULICA	Energética Águas da Pedra S.A.	Aripuanã/MT	261,00	24,50%	63,95	ago-11
	ESBR Participações S.A.	Porto Velho/RO	3.750,00	20,00%	750,00	nov-16
	Norte Energia S.A.	Altamira/PA	11.233,10	15,00%	1.684,97	dez-15
	Companhia Energética SINOP S.A.	Sinop/MT	400,00	24,50%	98,00	dez-18
GERAÇÃO EÓLICA	Complexo Eólico Sento Sé I	Sento Sé/BA	90,00	49,00%	44,10	mar-13
	Complexo Eólico Sento Sé II	Sento Sé/BA	98,70	49,00%	48,36	set-15
	Complexo Eólico Sento Sé III	Sento Sé/BA	58,75	1,67%	0,98	mar-16
	Complexo Eólico Vamcruz	Serra do Mel/RN	93,00	49,00%	45,57	dez-15
	Complexo Eólico Chapada do Piauí I	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	205,10	49,00%	100,50	jul-15

Complexo Eólico Chapada do Piauí II	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões/PI	172,40	49,00%	84,48	jan-16
Complexo Eólico Pindaí I (*)	Pindaí/BA	102,00	99,95%	101,95	mai-17
Complexo Eólico Pindaí II (*)	Pindaí/BA	38,00	99,97%	37,99	mai-17
Complexo Eólico Pindaí III (*)	Pindaí/BA	24,00	83,01%	19,92	set-17
Complexo Eólico Serra das Vacas	Saloá/PE	90,76	49,00%	44,47	nov-15
Potência Total e Equivalentes da Chesf em SPEs		16.616,81		3.125,23	
(*) Usinas em processo de redução da capacidade instalada, aguardando definição da Aneel.					
Capacidade Total dos empreendimentos hidroelétricos em parceria = 15.644,1 MW					
Capacidade Total dos empreendimentos eólicos em parceria = 972,71 MW					

Nos empreendimentos em parceria, a Chesf investiu R\$ 895,0 milhões durante o ano de 2016, sendo R\$ 853,1 milhões aplicados nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) **ESBR, Norte Energia e Sinop (Empreendimentos Hidroelétricos)** e R\$ 41,9 milhões nas SPEs Baraúnas I, Morro Branco I e Mussambê (Empreendimentos Eólicos).

Avançaram fortemente as ações de suporte e atividades de campo visando à implantação dos novos parques eólicos na região Nordeste, provenientes dos Leilões de Energia havidos em 2013. Dos 19 empreendimentos em construção, no exercício de 2016, entraram em operação comercial, 8 empreendimentos. Sendo 5 (cinco) parques eólicos (Ventos de Santa Joana I, IV, V, VII, e Ventos Santo Augusto IV) no mês de janeiro/2016 e Ventos de Santa Joana III no mês de Março de 2016, todos integrantes do Complexo Eólico Chapada do Piauí II.

Ainda em abril de 2016 entraram em operação comercial, antecipados em 22 meses, mais 2 (dois) parques eólicos integrantes dos Complexos Eólicos: Sento Sé III (Banda de Couro Energética S.A. e Baraúnas II Energética S.A.). A entrada em operação comercial prevista no leilão era maio de 2018. Salientamos que restrições no caixa da Chesf motivaram a redução da sua participação societária neste complexo eólico, a qual foi reduzida de 49% para 1,67%.

A potência instalada desses 8 parques eólicos totaliza 231,15 MW, sendo que o equivalente à participação da Chesf em Chapada do Piauí II e Sento Sé III, de 49% e 1,67%, respectivamente, corresponde a 85,45 MW.

Foi concluída a obra da hidroelétrica de Jirau, com a entrada em operação comercial das 13 unidades geradoras restantes, o que representou a adição de 975 MW, ao Sistema Interligado Nacional. A Hidroelétrica de Jirau tem um total de 50 unidades geradoras e potência total instalada de 3.750 MW. A participação acionária da Chesf nesse empreendimento é de 20%.

Na UHE Belo Monte entraram em operação comercial 3 unidades geradoras no Sítio Belo Monte, totalizando 1.833,33 MW de potência instalada, e 4 unidades geradoras no Sítio Pimental, somando 155,4 MW, o que totalizou 1.988,73 MW. A participação acionária da Chesf nesse empreendimento é de 15%.

Dessa forma, as ações desenvolvidas pela Chesf em sociedades de propósito específico, propiciaram o acréscimo de 3.164,88 MW de potência instalada de geração no sistema elétrico brasileiro, sendo que o equivalente de potência à participação da Chesf nessas sociedades corresponde a 578,75 MW.

11.2.2 SISTEMA DE TRANSMISSÃO

A Chesf possui participações em empreendimentos de transmissão por meio de SPEs, em um total de 5.282,0 km, correspondentes a 1.584,2 km equivalentes a sua participação, conforme quadro a seguir:

	Empreendimento	Local	km	Part.	km Equiv.	Início Operação
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	LT 500 KV Teresina II – Sobral III – Fortaleza II, SE Teresina II, SE Sobral III, SE Fortaleza II.	CE/PI	546,0	49,0%	267,5	jan-06
Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA	LT 500 kV Colinas – Miracema, LT 500 kV Miracema – Gurupi; LT 500 kV Gurupi – Peixe II, LT 500 kV Peixe II – Serra da Mesa II, SE Peixe II, SE Serra da Mesa II.	TO/GO	695,0	12,0%	83,4	mai-08

Manaus Transmissora de Energia S.A.	LT 500 KV Oriximaná – Itacoatiara; LT 500 kV Itacoatiara – Cariri; SE Itacoatiara 500/138 kV, SE Cariri 500/230 kV.	PA/AM	559,0	19,5%	109,0	mar-13
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	LT 600kV Porto Velho – Araraquara II; Estação Retificadora – 500/600 kV – 3150 MW; Estação Inversora – 600/500kV – 2950 MW.	RO/MT/MS/SP	2.375,0	24,5%	581,9	ago-13
Transmissora Delmiro Gouveia S.A. - TDG	LT 230 kV São Luís II - São Luís III; SE Aquiraz II e SE Pecém II (em operação).	MA/CE	156,0	49,0%	76,4	out-13 (LT 230 kV São Luís II - São Luís III - Previsão jul/17)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IEG	LT 500 KV Luis Gonzaga – Garanhuns, LT 500 KV Garanhuns – Campina Grande III, LT 500 KV Garanhuns – Pau Ferro, LT 230 KV Garanhuns – Angelim I, SE Garanhuns, SE Pau Ferro.	PE/PB	666,0	49,0%	326,3	nov-15
Extremoz Transmissora do Nordeste S.A. – ETN	LT 500kV Ceará Mirim – João Câmara II, LT 500kV Ceará Mirim – Campina Grande III, LT 230kV Ceará Mirim – Extremoz II, LT 230kV Campina Grande III – Campina Grande II, Secc. LT 230kV J. Camara II – Extremoz – Ceará Mirim Secc. LT 230kV C. Grande II - Extremoz II, SE João Câmara II, SE Campina Grande III, SE Ceará Mirim.	PB/RN	285,0	49,0%	139,7	out-14
Total de Linhas de Transmissão em operação – SPE			4.960,0		1.426,4	
Total de Linhas de Transmissão em construção – SPE			322,0		157,8	
TOTAL GERAL			5.282,0		1.584,2	

Nos empreendimentos de transmissão em parcerias a Chesf investiu em 2016 R\$ 0,7 milhões na SPE Interligação Elétrica Garanhuns.

Entrou em operação comercial, sendo concluída a obra, de parte do empreendimento da SPE Interligação Elétrica Garanhuns S.A. que propiciou um acréscimo de aproximadamente 166km linhas de transmissão, sendo que o equivalente à participação da Chesf nas sociedades corresponde a 81,34 km de linhas.

12. CONJUNTURA ECONÔMICA

Apesar de mostrar sinais de recuperação, o ano de 2016 foi caracterizado, conforme carta de conjuntura de dezembro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por um aprofundamento da deterioração do cenário econômico. A produção, que havia apresentado sinais de quebra do ciclo recessivo nos primeiros meses, tornou à instabilidade no decorrer do ano, postergando a expectativa de retomada do crescimento e agravando as condições do mercado de trabalho. Na contramão, a inflação arrefeceu ao longo de 2016 e apresenta potencial para retornar ao centro da meta ao longo de 2017.

A atividade econômica, após declínio de 3,8% em 2015, encerrou 2016 registrando nova contração de 3,6% no Produto Interno Bruto, de acordo com o Banco Central do Brasil. Por um lado, as trajetórias também descendentes do investimento e do consumo das famílias estão alinhadas com esse resultado; por outro, a consequente ociosidade da capacidade produtiva da indústria abre caminho para a expectativa de algum crescimento em 2017, ainda que a recuperação do investimento seja lenta.

Essa ociosidade vem repercutindo de maneira dura no mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego encerrado no quarto trimestre de 2016 em 11,5%, contra fechamento de 8,5% em 2015, segundo IBGE. Os efeitos mais severos foram registrados sobre os jovens de até 24 anos, faixa etária em que a taxa de desemprego atingiu 27,7%.

Por sua vez, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) vem desacelerando substancialmente em relação ao fechamento de 2015, em que havia atingido 10,67%, seu maior pico desde 2002. O freio no consumo e no investimento decorrente da perda de dinamismo da economia atenuou a pressão sobre os preços, tendo o IPCA de 12 meses caído para 7% ao fim de novembro e encerrado o ano em 6,29%, abaixo do teto de 6,5% estipulado para a meta.

No setor elétrico, o Despacho ANEEL Nº 2.076/2016 homologou, o valor de R\$ 5,09 bilhões correspondente à parcela dos ativos reversíveis existentes em 2000 e ainda não amortizados. A Portaria Nº 120/2016, do Ministério de Minas Energia, determinou a inclusão dos valores homologados pela ANEEL na base de remuneração das transmissoras a partir do processo de reajuste tarifário de 2017, a fim de que seus custos de capital sejam incorporados às Receitas Anuais Permitidas (RAP).

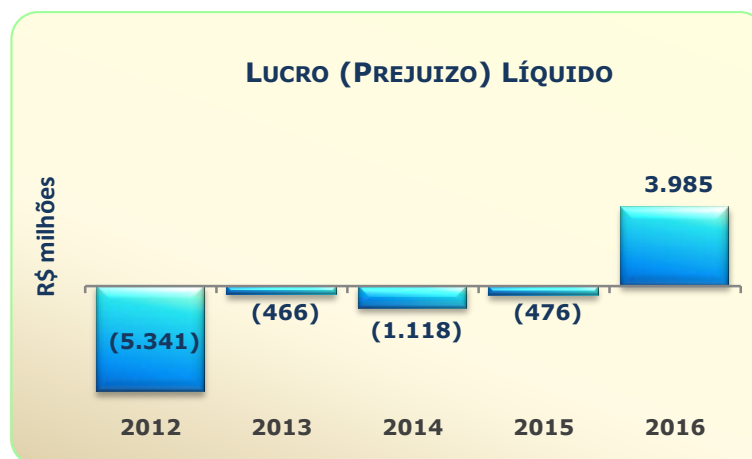
No âmbito da geração de energia, a Resolução Homologatória Nº 2.107/2016, que trata da receita anual das usinas cujas concessões foram renovadas nos termos da Lei Nº 12.783/2013, passou a prever uma parcela de ajuste pela indisponibilidade apurada de cada usina como forma de verificar o atendimento ao padrão de qualidade exigido. Já em relação a investimentos caracterizados como ampliações e melhorias, desde o ciclo anterior (2015/2016), o regulamento prevê adicional de receita a título de remuneração dos mesmos, que devem ser reconhecidos e posteriormente fiscalizados e validados conforme Submódulo 12.4 do PRORET, aprovado pela Resolução Normativa Nº 642/2014.

13. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro está sendo apresentado em conformidade com as demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios de 2012 a 2016.

13.1 RESULTADO DO EXERCÍCIO

A Companhia registrou no exercício de 2016 um lucro de R\$ 3.985,4 milhões, contra um prejuízo de R\$ 476,0 milhões em 2015, representando um aumento de R\$ 4.461,4 milhões. Este resultado é principalmente decorrente do reconhecimento dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013. Os valores homologados e contabilizados no resultado do exercício não representam imediata entrada de recursos financeiros no caixa da Companhia. De acordo com a Portaria MME nº 120/2016, o efetivo recebimento dessas receitas se dará a partir de julho de 2017.



13.2 RECEITA OPERACIONAL BRUTA

A Companhia apresentou aumento da receita operacional bruta em 2016 de 181,7% em comparação ao exercício de 2015, passando de R\$ 4.774,3 milhões para R\$ 13.451,4 milhões. Contribuíram para essa variação positiva, o aumento da receita de suprimento de energia elétrica de R\$ 54,5 milhões e o aumento da receita financeira de R\$ 9.439,9 milhões, decorrente do reconhecimento dos valores homologados pela Aneel, conforme mencionado no item anterior.

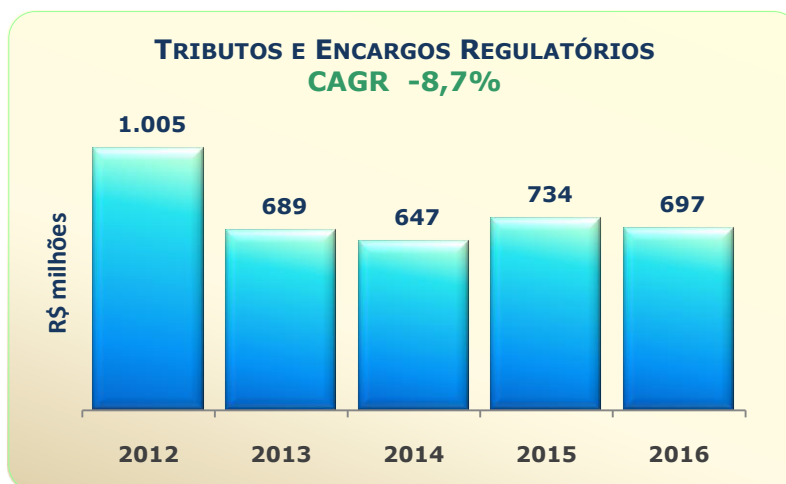
No período de 2012 a 2016, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 17,7%.



13.3 TRIBUTOS E ENCARGOS REGULATORIOS SOBRE VENDAS

Os tributos e encargos regulatórios sobre vendas totalizaram R\$ 697,2 milhões no ano de 2016 representando uma redução de 5,1% em relação ao exercício anterior. Deste total, R\$ 438,7 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (redução de 10,7% em relação a 2015), e R\$ 258,5 milhões a encargos regulatórios (aumento de 6,4% em relação a 2015).

A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) no período de 2012 a 2016 foi negativa de -8,7%.



13.4 RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

A receita operacional líquida (ROL), que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, registrou em 2016 uma variação positiva de 215,7% em relação ao período anterior, o que representa um acréscimo de R\$ 8.714,4 milhões.

De 2012 a 2016, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi 20,8%.



13.5 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

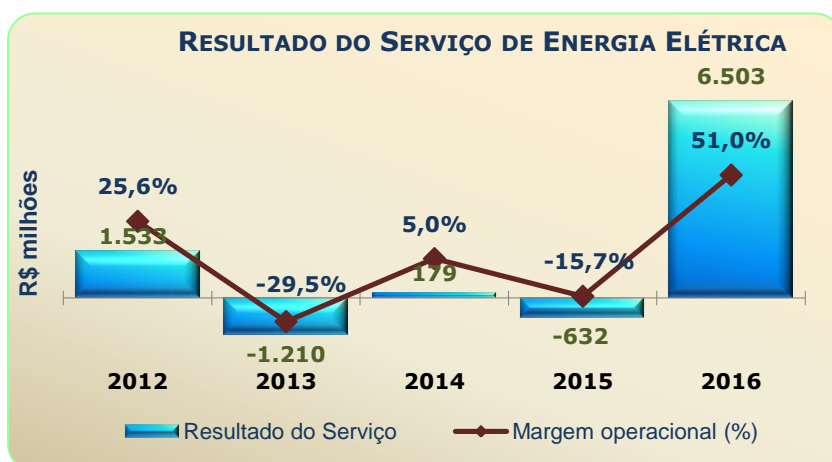
Os custos e despesas operacionais somaram R\$ 6.251,3 milhões no exercício de 2016, apresentando um aumento de R\$ 1.579,0 milhões (33,8%) em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu basicamente do aumento da provisão para impairment no montante de R\$ 1.854,6 milhões e da Provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 278,6 milhões em relação ao exercício de 2015. Quando excluimos dessa análise as provisões mencionadas, constatamos que houve uma redução dos custos e despesas operacionais no montante de R\$ 554,2 milhões em relação a 2015.

A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de +8,8%, no período de 2012 a 2016.



13.6 RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA E MARGEM OPERACIONAL

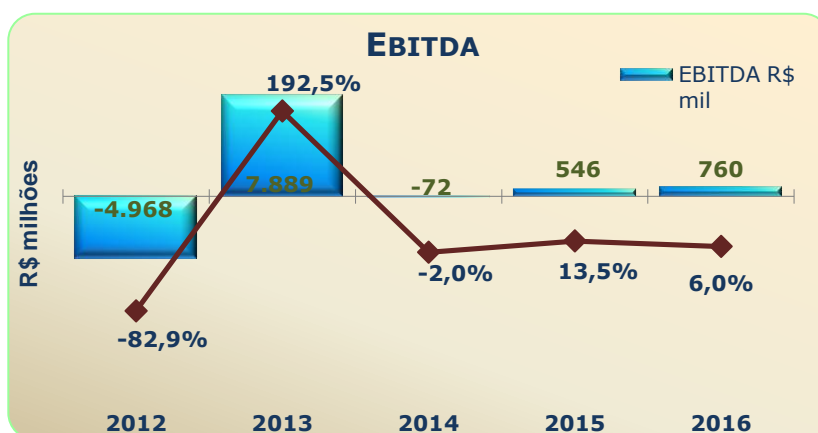
O resultado do serviço (EBIT) foi positivo em R\$ 6.502,9 milhões, representando um aumento de R\$ 7.135,3 milhões em relação ao montante negativo de R\$ 632,4 milhões obtido em 2015. Com este resultado, a margem operacional do serviço (razão entre o resultado do serviço e a receita operacional líquida) passou de -15,7% em 2015, para 51,0% em 2016, uma variação de 66,7 pontos percentuais.



13.7 GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA (EBITDA)

A geração operacional de caixa, expressa pelo EBITDA, foi R\$ 760,4 milhões em 2016, contra o montante de R\$ 546,5 milhões em 2015.

A margem EBITDA (razão entre o EBITDA e a Receita operacional líquida) foi de 6,0% em 2016 contra 13,5% obtida em 2015, representando uma redução de 7,5 pontos percentuais.



	(R\$ milhões)	
DEMONSTRAÇÃO DO EBITDA	2016	2015
Lucro líquido	3.985,4	(476,0)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro líquido	2.989,2	(107,0)
(+) Despesas (receitas) financeiras líquidas	(14,9)	(66,0)
(+) Depreciação	101,8	106,6
(=) EBITDA	7.061,5	(542,5)
(+) Receitas financeiras	282,2	248,8
(+) Provisões para contingências	287,2	353,6
(+) Provisão/Reversão Impairment	2.232,1	377,5
(+) Provisões para perdas em investimentos	278,6	0,0
(+) Provisões para PIDV	(36,4)	(23,3)
(-) Receita RBSE - Portaria MME nº 120/2017	(9.377,7)	-
(+) Contrato oneroso	32,9	132,3
(=) EBITDA Ajustado	760,4	546,5

13.8 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro do exercício apresentou uma receita líquida de R\$ 14,9 milhões, ante R\$ 66,0 milhões registrados em 2015, representando uma redução de R\$ 51,1 milhões. Sua composição está demonstrada a seguir:

	(R\$ milhões)	
Receitas (despesas) financeiras	2016	2015
Resultado de aplicações financeiras	58,4	138,1
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	121,6	110,3
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(200,7)	(143,4)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(4,5)	(0,9)
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	-	(70,6)
Outras receitas (despesas) financeiras	40,1	32,5
(=) Resultado financeiro líquido	14,9	66,0

13.9 FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

O endividamento bruto, que inclui os encargos contabilizados e o principal da dívida com a Eletrobras e com instituições financeiras, encerrou no exercício com R\$ 2.204,0, um aumento 51,9% em relação aos R\$ 1.450,6 milhões de 2015.

A posição da dívida líquida (financiamentos e empréstimos, deduzidos das disponibilidades) apresentou no final do exercício o saldo de R\$ 2.063,6 milhões, representando um aumento de 91,6% em relação a 2015, conforme demonstrado a seguir:

FINANCIAMENTOS e EMPRÉSTIMOS			
Dívida Bruta	(R\$ milhões)		
	2016	2015	Δ%
Curto prazo – moeda nacional	927,0	298,0	211,0
Longo prazo – moeda nacional	1.277,0	1.152,6	10,8
Dívida Bruta Total	2.204,0	1.450,6	51,9
(-) Caixa e equivalentes de caixa	140,4	373,9	(62,4)
Dívida líquida	2.063,6	1.076,8	91,6

13.10 VALOR ADICIONADO

O valor econômico gerado pela Companhia em 2016 foi de R\$ 9.018,0 milhões, contra R\$ 1.312,3 milhões gerados em 2015, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (9,6%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (43,0%); juros aos financiadores (3,2%); e lucro aos acionistas (44,2%).



14. ALIENAÇÃO DE BENS

A Companhia, como um dos produtos de seu planejamento estratégico, vem adotando através de sua Política de Alienação, a transferência do domínio ou a propriedade de seus bens móveis ou imóveis, atualmente não vinculados ao negócio da Companhia, a terceiros, de forma definitiva ou temporária e de maneira gratuita ou onerosa, objetivando reduzir seus custos operacionais e ampliação de sua receita.

Dentro desse propósito e visando atender uma das principais diretrizes emanadas da Diretoria Executiva da Companhia, em conformidade com seu Plano de Desmobilização, a Chesf vem efetuando ações objetivando a transferência do Hospital Nair Alves de Souza, para Universidade Federal do Vale do São Francisco, transformando-o em um o Hospital Universitário, dotando toda região do entorno do município de Paulo Afonso/BA, de uma Universidade de Medicina, gerando conhecimento, emprego e renda para população.

Como resultado dessas alienações, objeto do referido Plano, foram alienados 28 (vinte e oito) imóveis no exercício de 2016, totalizando o valor de R\$ 7,8 milhões de reais. Além das alienações dos imóveis, não necessários às atividades da Companhia, a Chesf realiza anualmente leilões para venda dos bens móveis inservíveis, tendo realizado em 2016, dois leilões, totalizando o valor de R\$ 1.508,350,00 (hum milhão, quinhentos e oito mil, trezentos e cinquenta reais).

15. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Chesf em relação aos seus auditores independentes fundamenta-se em princípios que preservam a independência desses profissionais. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a administração informa que a auditoria, KPMG Auditores Independentes, durante o exercício de 2016, não prestou outros serviços além dos serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras. Os referidos auditores foram contratados em contrato único para todas as empresas do Sistema Eletrobras, para um período de cinco anos, com início dos trabalhos no exercício de 2014.

Em atendimento à Lei Societária, as demonstrações financeiras da Chesf são auditadas por auditor independente, contratado por meio de licitação e aprovado pelo Conselho de Administração, com restrição de prestação de outros serviços e com a adoção de rodízio a cada período de cinco anos.

16. PROGRAMA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

O investimento constante na pesquisa, desenvolvimento, inovação, em tecnologia de ponta e na modernização dos seus processos, aliados ao pioneirismo e empreendedorismo é historicamente na Chesf, um vetor que determina sua atual posição no mercado nacional e internacional. A Chesf reafirma o desejo de se manter atualizada e capacitada, na busca da melhoria contínua dos processos e consequentemente dos seus resultados, contribuindo decisivamente para a evolução sustentável da sociedade brasileira. Os Programas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P&D+I) da Chesf têm estes objetivos, sua capacitação tecnológica e a promoção da inovação, visando à geração de novos processos ou produtos ou, o evidente aprimoramento de suas características, mediante a execução de projetos de pesquisa, contratados junto a instituições de pesquisa e desenvolvimento. A missão é produzir benefícios técnicos e operacionais, econômicos, sociais e ambientais gerando e agregando valor para a Companhia e para toda a sociedade.

Destacam-se em 2016 as seguintes iniciativas:

- Visando a disseminação da inovação, um dos valores da Chesf, e o reconhecimento às ideias inovadoras de seus colaboradores, a Companhia realizou a 2ª Exposição de Resultados de Projetos de P&D e o lançamento da 2ª Edição da Revista Eletrônica Inovação, disponível no Portal da Chesf;
- Foi realizado também o lançamento da Chamada Pública 01/2016 - Formação de parceria para o desenvolvimento de Projeto de P&D+I: Desenvolvimento de uma pá otimizada para rotores eólicos de diâmetro superior a 111 metros utilizando materiais de alto desempenho. A chamada teve como objetivo principal a seleção de instituição de pesquisa qualificada a integrar elos da cadeia tecnológica (pesquisa) e produtiva (mercado) no tocante às tecnologias de desenvolvimento e fabricação de pá para

aerogeradores. De forma inovadora e original, o projeto irá realizar o desenvolvimento de uma pá adaptada para as condições específicas de vento no Brasil e utilizará os resultados do trabalho do desenvolvimento do projeto de perfil de pás BRW anteriormente desenvolvido pela Chesf em parceria com o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento Lactec.

- Alinhada com sua constante preocupação socioambiental e na sua estratégia de diversificar os estudos em fontes renováveis de energia, foi lançada a chamada pública nº 02/2016 para recebimento de propostas de projetos de P&D para o desenvolvimento, estudos e implantação de Geração de Energia Elétrica através da Geração Heliotérmica via tecnologias de Torre Central incluindo armazenamento térmico. A chamada teve por objetivo principal selecionar propostas de projetos para submissão à ANEEL como projeto estratégico em atendimento ao edital referente à Chamada da Agência Reguladora de nº 019/2015 - Desenvolvimento de tecnologia nacional de geração heliotérmica de energia elétrica. O objeto do projeto é o estudo completo da geração heliotérmica através da Tecnologia Torre Central utilizando a tecnologia inovadora de Receptor Volumétrico Aberto (OVR) cerâmico, incluindo sistema de armazenamento térmico e ciclo Rankine Orgânico com dessalinização e tratamento de água, estudos de conexão, impacto ambiental, regulatório e capacitação de mão de obra.
- Outro destaque foi o início da execução do Projeto de P&D Exploração de Energia Solar em Lagos de Usinas Hidrelétricas, em parceria com a Eletronorte, tendo como objetivo principal implantar um sistema de geração complementar de energia solar de 10MWp de potência, utilizando painéis fotovoltaicos, montados em plataformas flutuantes, no reservatório das usinas hidrelétricas de Sobradinho (BA) e Balbina (AM), instalando 5MWp em cada lago. O objeto da pesquisa é o estudo de fatores relacionados à interação da tecnologia de energia solar flutuante com a operação de uma usina hidrelétrica
- Destaca-se ainda a realização do Workshop Invasão de Faixas de Servidão de Linha de Transmissão (LT). O sistema elétrico brasileiro se caracteriza por uma vasta extensão de linhas de transmissão de alta tensão que abrangem todas as regiões do país, atravessando áreas rurais e urbanas. Um problema que se apresenta constantemente para as concessionárias de energia elétrica é a invasão das faixas de servidão das LT, de acesso restrito, por comunidades que as ocupam irregularmente, construindo edificações que, não raras às vezes, se transformam em verdadeiros bairros sob as LT, expondo aquela população aos riscos inerentes a um sistema de alta tensão e impedindo o acesso das equipes de manutenção. Este workshop teve o propósito de promover uma discussão sobre a temática, visando colher subsídios para uma futura elaboração de chamada pública para recebimento de projetos de P&D voltados aos objetivos descritos.
- Expressiva contribuição realizada durante a Audiência Pública 039/2016 que teve como objetivo a reformulação da regulamentação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento regulado pela ANEEL. A Chesf contribuiu com 64 pontos de revisão, dos quais obteve a aprovação em 19 de forma direta e ainda de três contribuições aproveitadas de forma indireta pelo regulador.

O total investido em pesquisa, desenvolvimento e inovação em 2016, incluindo a contribuição regulamentar ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas Energia - MME e também nos projetos de pesquisa a nível institucional executado pelo CEPEL, foi no montante de cerca de R\$ 27 milhões. Com foco na carteira de projetos ANEEL, a Chesf investiu R\$ 3,46 milhões de reais em 40 projetos de pesquisa enquadrados nos seguintes temas:

Temas de investimento P&D	R\$ milhões
Eficiência energética	0,05
Fonte renovável ou alternativa	0,52
Meio ambiente	0,85
Qualidade e confiabilidade	0,18
Planejamento e operação	0,69
Supervisão, controle e proteção	0,44
Novos materiais e componentes	0,27
Outros	0,46
Total Geral	3,46

17. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

No ano de 2016, no que se refere ao projeto SAP ERP, houve a revisão pela Eletrobras do “Cenário de Otimização” do ProERP, na qual foi substituída a estratégia de implantação do SAP em múltiplas instâncias por um novo cenário, com a adoção do conceito de uma instância centralizada em uma mesma base de dados (Instância Única), tendo como referência o sistema SAP de Furnas.

Como consequência, as ações inicialmente previstas pela Chesf como: aquisição do contrato de suporte e manutenção das licenças de usuários e módulos SAP; elaboração do Termo de Referência para contratação dos serviços de implantação do sistema SAP ERP; licitação e análise de propostas para a aquisição do hardware e software para instalação das licenças; o treinamento para profissionais das áreas de negócio e de TI, ficaram todas de responsabilidade da Eletrobras.

Ainda, foram realizadas atividades referentes aos serviços de identificação de “gaps” de dados de configuração, com o apoio técnico da SAP, entre as cinco empresas do Sistema Eletrobras que já tem o Sistema SAP implantado, para possibilitar a instância única. Este trabalho contou com a participação de profissionais de todas as empresas do Sistema, visando garantir uma maior padronização e harmonização dos processos.

Na Chesf, em 2016, foram realizados os trabalhos de instalação, configuração, treinamento da ferramenta e iniciados os serviços de saneamento e migração de dados dos sistemas legados, possibilitando a operação dos processos de negócio da Chesf na Instância Única do SAP. Profissionais da Chesf também participaram de treinamentos básicos dos módulos que compõem o sistema SAP, referente aos macroprocessos de Finanças, Suprimento, Gestão de Ativos e Recursos Humanos.

18. GESTÃO DE PESSOAS

No ano de 2016, a Companhia encerrou o exercício com quadro de pessoal (corpo funcional) de 4.573 empregados, composto por 924 mulheres e 3.649 homens, e índice de turnover de 0,57%. Durante o ano de 2016 houve 31 admissões (23 via concurso público e 08 admissões por determinação judicial) e desligamento de 21 empregados.

Em relação à força de trabalho (quadro efetivo de pessoal), composta por empregados do quadro de pessoal em exercício na Companhia e empregados requisitados de órgãos ou empresas da Administração Pública, a Chesf encerrou o exercício com 4.547 colaboradores.

Com o objetivo de atender a implantação do eSocial, a Chesf em 2016, por meio de um grupo de trabalho coordenado pela Superintendência de Recursos Humanos – SRH, com o suporte de uma consultoria especializada, desenvolveu ações visando à preparação dos processos de gestão de pessoas. Ressalta-se que o eSocial é um projeto do Governo Federal, que busca a unificação do envio de informações dos empregados pelo empregador.

Em 2016, houve ajustes na estratégia da Implantação do Sistema SAP ERP para atender às Empresas do Sistema Eletrobras. Adotou-se o conceito de uma instância centralizada em uma mesma base de dados, com o objetivo de garantir que os processos sejam padronizados e harmonizados. Nesse sentido, a área de gestão de pessoas, esteve representada na Comissão e participou das reuniões com a Eletrobras, no trabalho de elaboração do planejamento, em parceria com a equipe do SAP ERP da Chesf. O plano de ação está previsto para ser executado todo em 2017, com vistas ao atendimento do prazo para implantação, estabelecido como o dia 1º de janeiro de 2018.

Ao longo do primeiro semestre de 2016, foi realizado o dimensionamento quanti-qualitativo do quadro de pessoal da Superintendência de Recursos Humanos – SRH. Esse projeto tem a finalidade de avaliar as necessidades atuais e futuras da força de trabalho e definir as estratégias de gestão de pessoas para solucionar os problemas identificados, contribuindo para o alcance das metas organizacionais.

Ainda no mesmo ano, visando difundir a Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, e prevenir conflitos de interesse, a Chesf promoveu palestras de divulgação sobre o assunto, ministradas por representantes da Controladoria-Geral

da União, além de ter disponibilizado *link* permanente de acesso ao Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses – SeCI no site da Controladoria-Geral da União (CGU) e na intranet da Companhia. A referida Lei nº 12.813 dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal, sendo acompanhada da Portaria Interministerial Nº 333, de 19 de setembro de 2013, criando os mecanismos para consulta sobre a existência de conflito de interesses e pedido de autorização para o exercício de atividade privada. Em 2016, foram realizadas oficinas voltadas à melhoria do clima organizacional, voltadas aos fatores com menores índices de favorabilidade (IF) na percepção dos empregados da Chesf na 4ª Pesquisa Unificada de Clima Organizacional das Empresas do Sistema Eletrobras, realizada no final de 2015. Esse trabalho contou com a participação de grupos integrados por profissionais de várias especialidades da Companhia.

Outro destaque foi a adoção de metas individuais na avaliação de desempenho de todos os seus empregados, que já contavam com a meta empresarial e metas de equipe. Para garantir sua efetiva implementação, foram realizadas – com o apoio da FIA-USP – 12 oficinas com empregados e mais 15 oficinas com gestores, totalizando 593 participantes. Além disso, ocorreram mais 12 audiências corporativas durante a deflagração da etapa de planejamento, atendendo mais 594 empregados. Também foram realizadas, sob demanda, 15 oficinas de elaboração de metas individuais, conduzidas por equipe de profissionais da Companhia.

18.1 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Visando melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de seus empregados, a Chesf oferece os seguintes benefícios: Assistência Materno Infantil; Assistência Educacional; Reembolso com Despesas de Uniforme e Material Escolar; Auxílio Educacional Ensino Superior para Empregados; Atendimento Médico e de Enfermagem nos Ambulatórios da Companhia; Plano de Assistência Patronal, abrangendo assistência médico-hospitalar, odontológica e demais serviços de saúde; Reembolso de Medicamentos; Auxílio Óculos e Lentes; Assistência à Pessoa com Deficiência; Complementação de Auxílio-doença; Auxílio Funeral; Pecúlio por Morte ou Invalidez, decorrente de acidente de trabalho; Vale Refeição/Alimentação; Vale Transporte; Seguro de Vida em Grupo; e Previdência Privada, por intermédio da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf. As condições desses benefícios estão estabelecidas em seus normativos e acordos coletivos de trabalho.

18.2 CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O Plano de Educação Corporativa da Chesf é modelado considerando o Planejamento Estratégico como seu principal norteador, visando ao desenvolvimento das competências profissionais e gerenciais consideradas críticas ao enfrentamento dos desafios organizacionais. O valor total aplicado em Educação Corporativa foi de R\$ 1,4 milhões. O investimento médio por empregado foi de R\$ 317,91. A redução foi de 64,6% em relação a 2015.

Em 2016, o número de horas de treinamento por empregado foi de 41,39 horas, correspondendo a 2,16% das horas de trabalho. Foram computadas 636 ações educacionais, contemplando 187.724 horas e atendendo 3.680 empregados, representando 81,15% do quadro de pessoal.

Visando melhoria contínua de processos e aprimoramento profissional dos seus empregados, foram ministradas 5.226 horas em pós-graduações lato sensu e stricto sensu, além de 8.021 horas em congressos, seminários e simpósios. Na perspectiva das ações de conformidade (Ética, Compliance, Conflito de Interesses, Assédio), foram capacitados 596 empregados, perfazendo um total de 2.200 horas em ações educacionais.

Tais resultados foram possíveis devido ao uso de soluções criativas, como o incentivo à atuação do empregado educador, o uso de videoconferências, a ampliação de número de vagas por ação educacional, quando possível, as parcerias com instituições diversas para ações presenciais gratuitas e a divulgação de ações online gratuitas. Destaca-se ainda uma constante busca na otimização dos recursos financeiros, mantendo ou aumentando a qualidade das ações educacionais da Companhia.

Em 2016, foi realizado o 1º Fórum do Conhecimento. O objetivo é dar visibilidade e reconhecer os esforços na construção e disseminação do conhecimento na Companhia. Foram apresentados 45 trabalhos produzidos por empregados participantes de cursos de longa duração e do último SNPTEE, por meio de videoconferência, para os públicos de interesse de cada tema.

Neste mesmo ano, no âmbito da responsabilidade social, destaca-se o Programa Vivendo e Aprendendo. Nele, 23 empregados concluíram mais uma etapa, elevando sua escolaridade.

Por fim, destaca-se a realização da 2ª Tarde Literária da Chesf, por meio de parcerias para oficinas, recreação, palestras, etc. O objetivo foi incentivar o autodesenvolvimento dos empregados, por meio da leitura e da manifestação cultural e artística, contribuindo para a formação de atitude crítica e a melhoria do clima organizacional. Também, neste momento, foi lançada a Leitura em Canto, um espaço de incentivo à leitura na Chesf, que se destina à doação e/ou troca de livros. Estantes foram espalhadas por locais de circulação da Companhia, disponibilizando obras literárias para todos os empregados.

18.3 SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO

As áreas de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) deram continuidade às ações e programas voltados à prevenção de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais, bem como ao controle de perigos e riscos nas atividades realizadas e à promoção da saúde e qualidade de vida.

Iniciou-se o processo de manutenção do 2º Ciclo da Certificação do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho – SGSST na norma internacional OHSAS 18.001:2007 referente às atividades na Usina Hidrelétrica de Xingó (UXG). Também foram realizadas ações visando à implantação do SGSST com base na OHSAS 18001 nas Usinas Boa Esperança (UBE) e Sobradinho (USB), tais como: realização de diagnóstico para atendimento aos requisitos da norma, revisão dos procedimentos e formulários, complementação da Matriz de Perigos e Riscos.

Foi realizado mais um ciclo do Programa Corporativo Fique Alerta para Segurança Dez, com o objetivo de disseminar a cultura de saúde e segurança no trabalho, como responsabilidade de todos. Nesse sentido, houve o II Desafio de Conhecimento em Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional da Chesf, com a participação de 525 empregados e entrega do Prêmio da I Certificação Destaque em Segurança e Saúde no Trabalho.

Consolidou-se o Portal Saúde e Segurança no Trabalho como fonte de informações relativas ao assunto. Foram intensificadas as ações objetivando o registro, acompanhamento e tratamento dos incidentes e não conformidades, através do sistema informatizado CIN. Como parte do processo de gestão de SST, a Chesf exige, ainda, que as empresas contratadas atendam às legislações vigentes, formalizadas através de Plano de Segurança, com realização de auditorias durante a execução dos serviços.

Como novos projetos pode-se destacar o PREVINA-SE, em parceria com o Departamento de Manutenção de Subestações - DMS, que tem como objetivo estabelecer procedimentos, treinamentos, campanhas e outras ações, que visam fortalecer a cultura de segurança e melhorar as condições de trabalho dos empregados envolvidos com este segmento de atuação.

Foram realizadas diversas ações da área de Saúde e de Qualidade de Vida, podendo ser destacadas: participação na Campanha de Combate ao *Aedes Aegypti*, em parceria com a Eletrobras, Exército e demais órgãos governamentais; disponibilização de curso à distância sobre Comportamento Seguro e Saudável; Campanha de Vacinação Antigripal, com 2.189 vacinados na Sede e Regionais; divulgação de Dicas de Saúde e Informes; realização de ações em datas comemorativas, como Dia Mundial de Combate ao Fumo, Dia da Saúde Mental, Dia do Coração, entre outras; inovação na coleta de exames laboratoriais na Sede para o Exame Médico Periódico (EMP), proporcionando maior comodidade e agilidade; conscientização para a prevenção do câncer de mama (Outubro Rosa) e prevenção do câncer de próstata e diabetes (Novembro Azul); parceria com a CIPA na Campanha de Doação de Sangue; Campanhas de Saúde e Bem Estar, vídeo com a participação do Diretor Administrativo, bem como campanha “Exame Periódico. Eu concluí. E você?”, cujo objetivo foi conscientizar sobre a importância do EMP, culminando no maior percentual de realização já registrado na Companhia (99,52%), ultrapassando a meta estabelecida (99,50%); manutenção das atividades dos Centros de Promoção da Saúde (CPS) em Recife, com o convênio do SESI-PE, e em Sobradinho; manutenção da Feira de Orgânicos em Salvador e Recife; realização do Torneio de Aniversário da Chesf na Sede e Regionais; Corridas de Rua em Salvador, Fortaleza e Recife; inserção de novas atividades no CPS Recife ministradas por empregados voluntários; manutenção da Ginástica Laboral por meio de convênio com o SESI-PE e da Sala de Apoio à Maternidade na Sede.

Foram realizadas 71 ações educacionais sobre Saúde e Segurança do Trabalho, com 4.303 participações envolvendo 2.245 empregados. Tais resultados foram possíveis também devido ao uso de soluções criativas, fruto de negociação com fornecedores, parcerias, voluntariado, utilização de videoconferência e ferramentas de

Educação à Distância - EAD. Destaca-se ainda uma constante busca na otimização dos recursos financeiros, mantendo ou aumentando a qualidade das ações de SST da Companhia.

A eficácia das ações de SST na Companhia podem ser evidenciadas pela Taxa de Frequência Acumulada de Acidentes do Trabalho Típicos com Afastamento (TFAT) que foi de 2,33, abaixo do limite tolerável que era de 3,18 e pela Redução do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), implicando na diminuição do recolhimento tributário a título de Risco Ambiental do Trabalho (RAT), obtido em 2016 e com validade para 2017, incidente sobre a folha de pagamento. O valor do FAP é calculado anualmente pela Previdência Social por empresa em função da frequência, gravidade e custos com acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.

18.4 RESPEITO A DIVERSIDADE E A EQUIDADE DE GÊNERO

As ações de promoção à equidade de gênero têm um caráter transversal na Chesf, sendo realizadas em diversas áreas estratégicas da Companhia com e, também, sem a participação direta do Comitê de Gênero e Raça, que atua há mais de dez anos nesses temas.

Em 2016, a área de Responsabilidade Social Empresarial e o Comitê de Gênero e Raça atuaram de forma unificada na Campanha de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, uma das vertentes do Plano Pró-Equidade de Gênero e Raça da Chesf, pactuado pela Companhia na Secretaria de Políticas para Mulheres do Governo Federal.

Palestras para o público interno – empregados diretos e de empresas terceirizadas – foram realizadas na Sede e Regionais da Chesf, reunindo mais de 150 pessoas para refletir e debater sobre a proteção da infância e juventude e sobre o papel da Companhia no relacionamento com a sociedade. Destaca-se, também, a adesivação de parte da frota da Chesf com a campanha e diálogos focados com equipes da Chesf que trabalham em campo em viagens, que podem ser multiplicadores do combate ao abuso e exploração sexual infanto-juvenil.

Todas as ações previstas no Plano Pró-Equidade de Gênero e Raça para serem realizadas em 2016 aconteceram, mesmo com a Chesf enfrentando dificuldades financeiras. Campanha de conscientização no Mês da Mulher, aproximação do Comitê com Comissão de Ética e Ouvidoria, além de campanhas na Sede e Regionais de combate à violência contra a mulher – 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher – mostraram-se importante momento de crescimento do debate interno ao Comitê de Gênero e Raça, com atuação nas Regionais.

Foi realizado, também, palestra de Prevenção ao Assédio Moral e Sexual, com especialista no tema, com foco nos gerentes da Chesf e, também, para a área jurídica.

No Outubro Rosa e no Novembro Azul, a área de Saúde da Companhia realizou eventos para o corpo funcional e, com o apoio do Comitê de Gênero e Raça, estendeu para os empregados de empresas terceirizadas, palestras sobre prevenção ao câncer de mama e prevenção ao câncer de próstata. Na Sede, o Coral Chesf conseguiu parceria para disponibilizar vagas para empregadas terceirizadas fazerem mamografia. No mês seguinte, a área de Saúde conseguiu que o trailer do SESI ficasse disponível no estacionamento da Chesf para realizar consultas e exames.

18.5 ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

A Chesf possui um Comitê de Acessibilidade e Inclusão que busca trazer o debate sobre as diferenças para dentro da Companhia, combatendo o preconceito, reconhecendo a igualdade essencial entre as pessoas e removendo barreiras. Ao final de 2016, a Chesf contava com 168 empregados com deficiência, sendo: 27 com deficiência auditiva, 111 com deficiência física, 01 com deficiência intelectual, 19 com deficiência visual e 10 empregados reabilitados pela Previdência Social.

A Companhia conta com um Programa de Assistência à Pessoa com Deficiência (PAPD), no qual estão inscritos 127 empregados e 241 dependentes.

No campo da acessibilidade arquitetônica, foram instalados novos trechos de piso tátil que auxiliam a locomoção dos empregados com deficiência visual e feitas melhorias nos estacionamentos, possibilitando melhor acesso às vagas reservadas para pessoas com deficiência física. Um destaque em 2016, foi a comemoração do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, com a Roda de Debates “História da Pessoa com deficiência: Se

podemos olhar, por que não vemos? Se podemos ver, por quê não reparamos?”, da qual participaram os empregados da Sede, de forma presencial, e das Regionais, por videoconferência.

19. FORNECEDORES

Na gestão dos seus negócios, a Chesf considera e procura contemplar o atendimento aos legítimos interesses de todos os públicos com os quais se relaciona, entre os quais seus fornecedores de bens e serviços, parceiros importantes para o seu negócio. Com eles, mantém constante diálogo e relações transparentes, baseados em princípios éticos, atualizando-os periodicamente sobre os procedimentos utilizados para contratação e gestão dos contratos, com o intuito de fortalecer a parceria e melhorar a qualidade dos serviços e produtos.

Nos processos de seleção e contratação dos seus fornecedores, as áreas de suprimento da Chesf consideram critérios socioambientais específicos, que buscam atender aos preceitos da sustentabilidade e da conformidade legal, exigindo que os fornecedores adotem padrões éticos e de responsabilidade socioambiental compatíveis com aqueles que a Companhia pratica. Por intermédio de diretrizes que estabelecem princípios e normas de conduta empresarial em suas relações e compartilhando compromissos assumidos, a Chesf realiza as seguintes ações:

- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que tomou ciência do conteúdo da cartilha “Princípios e Normas de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores”, disponível no portal da Companhia na internet;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze anos;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- Exige que o fornecedor apresente uma declaração de que sua empresa não sofreu nenhuma sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental.

No tocante à adoção de boas práticas de Sustentabilidade na Cadeia de Suprimento, a Chesf segue o Guia para Boas Práticas de Sustentabilidade para a Cadeia de Suprimento das Empresas Eletrobras.

Em 2016, oriundos dos processos licitatórios, foram assinados 269 contratos com 192 fornecedores. Destes, 57 fornecedores são considerados "essenciais ao negócio", por se tratar de fornecedores contratados para a execução de obras e serviços e o fornecimento de equipamentos para a geração e transmissão de energia. Isso representa 75 contratos e totalizam R\$ 423,6 milhões. Os fornecedores essenciais representam 29,6% do total de fornecedores contratados em 2016, 27,0% dos contratos assinados no ano e 79,0% do valor contratado. Os demais fornecedores estão distribuídos da seguinte forma:

- Serviços e equipamentos de TI - 10 fornecedores - 10 contratos - R\$ 5,2 milhões;
- Serviços, materiais e equipamentos de suporte (vigilância, limpeza e conservação, jardinagem, automóveis, condicionadores de ar, transporte, limpeza de faixa, telefonia e telecomunicações, almoxarifado, recepção, correio, etc.) - 49 fornecedores - 66 contratos - R\$ 54,3 milhões;
- Serviços de meio ambiente (EIA, RIMA, PBA, licenciamentos, plano de ação socioambiental, monitoramento, recuperação de áreas degradadas) - 09 fornecedores - 10 contratos - R\$ 4,7 milhões;
- Construção civil (construções, reformas e manutenções em áreas administrativas) - 6 fornecedores e 6 contratos - R\$ 4,7 milhões;
- Outros - 70 fornecedores - 102 contratos - R\$ 42,7 milhões.

Por região, os fornecedores contratados em 2016 assim se distribuem: 113 Nordeste (58,8%), 61 Sudeste (31,8%), 12 Sul (6,3%), 6 Centro-oeste (3,1%), 0 Norte (0,0%) e 0 Estrangeiro (0,0%).

20. RELACIONAMENTO COM AS COMUNIDADES

20.1 PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS

O investimento da Chesf na área social é uma constante desde a sua criação e está presente na sua Missão. A maioria dos programas e projetos que são apoiados pela Companhia localiza-se no entorno de seus empreendimentos e beneficia milhares de pessoas de comunidades carentes. Em 2016, atendendo a necessidade de se estabelecer políticas e diretrizes para a responsabilidade social, a Chesf aprovou a Resolução Normativa 02/2016, de modo a garantir a adesão da Chesf à Política de Responsabilidade Social Empresarial das Empresas Eletrobras. Registre-se ainda a aprovação de Instrução Normativa para Doação de Bens Inservíveis da Companhia que possibilitará o atendimento a Resolução Aneel 691/2015.

A Chesf entende como investimento social o repasse voluntário de recursos de forma planejada, sistemática e monitorada, para projetos sociais de interesse público, ou seja, é a contribuição direcionada para o atendimento de necessidades e prioridades da comunidade, com foco na transformação da realidade social comprometida com o desenvolvimento sustentável.

Para a Chesf, investir no social é contribuir como agente transformador de comunidades carentes, com foco na educação, na Cidadania, na capacitação profissional, na geração de renda e na saúde de milhares de pessoas. É a oportunidade de apoiar o desenvolvimento regional e trabalhar por uma sociedade mais justa e sustentável. A maioria das campanhas, dos programas e projetos sociais que são apoiados pela Companhia está localizada no entorno de seus empreendimentos. Em 2016, foram investidos R\$ 37,9 milhões

Os projetos sociais atualmente apoiados pela Chesf são:

- Projeto Lago de Sobradinho, executado pela Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias - EMBRAPA, no entorno da Usina de Sobradinho, vem trazendo uma significativa melhoria na qualidade de vida das comunidades beneficiadas e abrange 05 municípios Sobradinho, Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado com a implantação de campos de aprendizagem tecnológica e de treinamento. Esse projeto promove o repasse de conhecimento e de tecnologia para convivência com a seca para produtores agropecuários e pescadores que moram no entorno da barragem de Sobradinho (BA);
- Projeto social executado pela Chesf no Hospital Nair Alves de Souza, de atendimento na área de saúde assistencial, beneficiando toda população dos 22 municípios num raio de 250 quilômetros do Município de Paulo Afonso (BA), onde está situado o seu Parque Gerador.
- Projeto social “Construindo o Cidadão do Amanhã”, em parceria com o Instituto Dom Helder Câmara, que contribui para retirar das ruas adolescentes em situação de risco das comunidades do Coque, Coelho e Joana Bezerra, em Recife/PE;
- Projeto social no Abrigo Cristo Redentor, situado no entorno da Subestação Joairam, em Jaboatão/PE, que atende 150 idosos acima de 60 anos, em situação de vulnerabilidade social;
- Projeto “Somos todos Aprendizes”, de educação para pessoas com déficit de inteligência em decorrência da Síndrome de Down, em Recife/PE;
- Projeto “Recomeçar” de assistência multiprofissional a dependentes químicos presos e apenados em Recife/PE.

Destaque-se ainda o Programa de Voluntariado Empresarial da Chesf que visa incentivar, organizar, apoiar e reconhecer ações voluntárias de participação cidadã de seus empregados em prol da sociedade. As ações são desenhadas para alinhar o interesse do público interno, o negócio da Companhia e as necessidades da comunidade: um aglomerado de ações orquestradas e sistemáticas que a Chesf realiza com a finalidade de dar suporte a seu empregado disposto a realizar uma ação voluntária.

No Programa de Voluntariado Empresarial, na Sede em Recife/PE, ressaltamos as campanhas de arrecadação de gêneros alimentícios diversos, a doação de sangue, a doação de quimonos para o projeto Judô Cidadão promovido pela Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC), a comemorações do Dia das Crianças, com

entrega de brinquedos e tarde recreativa na comunidade do Vietnã, o Natal Solidário na Comunidade Roda de Fogo – território do Casarão, com distribuição de brinquedos às crianças e cestas básicas para as famílias e distribuição de brinquedos às Creches Esperança, N. S. Auxiliadora, Sementes do Novo Mundo e o Instituto Filadélfia, da comunidade do Vietnã.

Ressaltamos ainda o apoio a “Fábrica Gepeto”, uma pequena serraria recentemente montada para fabricar brinquedos de madeira, que serão distribuídos para as crianças que estão saindo das creches Bongi e Caxangá (cerca de 60 crianças de 5 anos). E ainda as ações no Carnaval, Páscoa, Dia das Crianças e no Natal nessas mesmas creches.

20.2 PROGRAMA LUZ PARA TODOS

A Chesf coordena projetos para o desenvolvimento regional alinhados a programas sociais do Governo Federal. Em 2016, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica (Luz para Todos) realizou 27.661 ligações que beneficiaram 110.644 pessoas no Nordeste Geoeletrico.

21. RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A Chesf tem apoiado suas ações com práticas socioambientais que observam o Uso Sustentável de Recursos Energéticos, que tem como princípio explorar as potencialidades de recursos energéticos locais e regionais respeitando aos princípios do Desenvolvimento Sustentável e o da Gestão Ambiental. Em 2016, a Chesf destinou recursos financeiros na ordem de R\$ 18,9 milhões a programas que visam a ecossustentabilidade.

Todos os empreendimentos da Chesf estão licenciados ou em processo de renovação ou regularização. Em 2016, foram obtidas diversas Licenças e renovações de Licenças de instalação, de operação e prévia, dentre as quais é possível destacar a renovação da Licença Prévia da Fotovoltaica de Bom Nome/ PE, a renovação da Licença de Instalação e Licença Única da Fotovoltaica de Petrolina/PE, a Autorização Especial para Testes de Vazão de 800 e 700 m³/s no Rio São Francisco, além dessas foram obtidas cinco RLOs, duas LOs e quatro retificações.

Em relação aos empreendimentos da área de transmissão, a Chesf obteve quatro Licenças de Instalação (LI), destacamos a obtenção da LI da LT 230 kV Funil/Itapebi, duas Autorizações Ambientais de Teste, quatro Autorizações de Supressão de Vegetação, cinco Licenças de Operação (LO) incluindo a regularização do Passivo Ambiental Federal chamado de Corredor 5, o qual inclui cerca de 25 empreendimentos na região de Paulo Afonso, vinte e seis Renovações de Licença de Operação, nove Renovações de Licença de Instalação, uma Licença Simplificada e quatorze autorizações para Ampliação do Sistema Chesf.

No que concerne ao processo de Educação e Comunicação Ambiental nos empreendimentos de geração e transmissão de energia, a Chesf efetuou várias ações, tais como: oficinas e campanhas educativas junto às comunidades e trabalhadores; ações de fortalecimento institucional e mobilizações comunitárias contempladas no Plano de Ação Socioambiental (PAS) do Complexo Paulo Afonso/BA e UHE Xingó, nos Programas de Educação Ambiental (PEA) e Programas de Educação Ambiental para os Trabalhadores (PEAT) nas Linhas de Transmissão Banabuiú/Mossoró, Jardim/Camaçari, Picos/Tauá, Messias/Recife II, Milagres/Coremas; João Câmara/Extremoz II. Também foram realizadas Campanhas de Controle de Queima de Cana de Açúcar e Queima de Mato com diversas atividades, como visitas, palestras e oficinas. O total de pessoas atendidas nos Planos de Ação Socioambiental, nos Programas de Educação Ambiental, Programas de Educação para os Trabalhadores e nas Campanhas de Controle de Queimadas foi de 1.079 alunos, 290 professores, 78 trabalhadores e 7.055 pessoas de comunidades.

Em relação à Gestão da Biodiversidade, a Chesf em 2016 realizou o plantio de 49.300 mudas de espécies nativas dentro das ações do Projeto de Revitalização do Rio São Francisco. Além disso, a Chesf mantém e opera o Viveiro Florestal de Xingó, que produziu voluntariamente, no ano de 2016, 110.334 mudas nativas e 76.000 sementes de espécies nativas que foram semeadas. No Programa de Fomento ao Reflorestamento das Áreas de Preservação Permanente no Entorno dos Reservatórios das Usinas de Pedra-BA e Funil-BA, o programa já atingiu a marca de 90,71 hectares plantados com 90.248 mudas.

Em 2016, foram executados outros programas voltados para a Biodiversidade e Qualidade de Água como o de Monitoramento dos Ecossistemas Aquáticos, realizados em Sobradinho/BA, Itaparica PE/BA, Complexo Paulo Afonso/BA e Xingó-AL/SE. Adicionalmente em Xingó, houve o Monitoramento dos Gases Dissolvidos e no Baixo São Francisco, o Monitoramento da Cunha Salina. O Monitoramento do Rio São Francisco durante a baixa vazão (Qualidade de Água, Macrófitas, Cunha Salina e Processos Erosivos) foi realizado mensalmente ao longo do ano. Em Boa Esperança-PI foi executado o Programa de Monitoramento de Fauna e Flora que visa gerar dados para futura implantação de um programa de conservação da fauna e flora locais, bem como o Programa de Inventário dos Ecossistemas Aquáticos do Parnaíba, contemplando o monitoramento da Qualidade de Água, da Ictiofauna e Macrófitas Aquáticas. Em relação à piscicultura, foram realizados peixamentos com espécies nativas nos reservatórios do São Francisco, bem como no Baixo Rio São Francisco, através da Piscicultura de Paulo Afonso.

Na Gestão Ambiental de empreendimentos de transmissão, foram executados diversos programas, tais como: Programa de Monitoramento de Fauna na LT 230kV Picos/Tauá C1; Revegetação e Monitoramento de flora nas unidades de conservação Estação Ecológica de Aiuaba e Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco, referente à compensação ambiental pela implantação das LT 230 kV Picos/Tauá e LT 230 kV Jardim/Penedo, respectivamente; comissionamento dos seguintes empreendimentos para energização: LT 230kV Banabuiú/Mossoró C2; SE Mirueira II; LT 500kV Bom Jesus da Lapa/Ibicoara seccionamento na SE 500kV Igarorã III C1 e C2; LT 230kV Touros/Ceará Mirim C1; LT 230kV Paraíso/Lagoa Nova C1; Seccionamento da LT 230 kV Piripiri/Sobral na SE Ibiapina e SE Ibiapina; finalização do resgate arqueológico do sítio Alazão, condicionante referente à implantação do Seccionamento da LT 230 kV Rio Largo/Penedo na SE Arapiraca e início da execução do Serviço de Prospecção e Caracterização de Cavidades Naturais nas proximidades da LT 230 kV Jardim/Penedo.

Adicionalmente, foi dada a continuidade à Campanha de Coleta Seletiva Solidária, em parceria com a Prefeitura Municipal do Recife (PE), na Sede da Companhia.

22. PROGRAMA DO REASSENTAMENTO DE ITAPARICA

Em fevereiro de 2016, foi iniciada a última etapa de obras do projeto Jusante, em Glória/BA, último a ser implantado no Reassentamento de Itaparica. Em consequência do baixo fluxo de caixa da Companhia neste ano de 2016, o cronograma de obras sofreu desaceleração, estando o término das atividades agora previsto para Maio/2017.

Na esfera ambiental, foi emitida em 17/06/2016, a autorização de supressão de vegetação nativa (ASV) para as obras do Projeto Jusante e para atender às condicionantes ambientais previstas nesta ASV, foram iniciados os trabalhos com a empresa contratada. Foram emitidas as Licenças de Operação dos perímetros de Irrigação Brígida e Fulgêncio no estado de Pernambuco e os serviços de manutenção das áreas de Reserva Legal dos Perímetros Irrigados de Itaparica. As atividades de recomposição da APP (Área de Preservação Permanente) e Reserva Legal do Projeto Jusante foram sequenciadas, visando o monitoramento das áreas quanto a eventuais usos irregulares, preservação das sinalizações e marcos demarcatório da poligonal daquelas áreas.

Quanto à desoneração dos serviços públicos municipais que vêm sendo prestados pela CHESF, foram ajuizadas quatro ações na Justiça Federal dos Estados da Bahia e de Pernambuco que estão na seguinte posição:

Município de Rodelas/BA – Proc. Nº 0004765-34.2014.4.01.3306 – Foi concedida medida preliminar, determinando que o Município assumira os serviços de abastecimento d'água potável, nos perímetros irrigados. A sentença confirmou a decisão preliminar. Município não cumpriu a determinação judicial. Aplicada multa ao Município. Designada Audiência de Conciliação.

Município de Santa Maria da Boa Vista/PE – Proc. Nº 0800527-54.2014.4.05.8308 - Sentença deferiu a pretensão da Chesf, determinando que o Município assumira o serviço de abastecimento d'água do perímetro irrigado. Prolatada e remetida ao Tribunal Regional Federal para o reexame necessário.

Município de Glória/BA – Proc. Nº 0004769-71.2014.4.01.3306 –Sentença deferiu a pretensão da Chesf, determinando que o Município assumira o abastecimento d'água do perímetro irrigado. Prolatada, o Município não se defendeu. Foi revel. Decisão preliminar concedida, mantida na sentença. O Município não cumpriu a determinação judicial.

Município de Tacaratu/PE – Proc. Nº 0800291-96.2014.4.05.8310 – Processo em andamento. Sentença prolatada, deferindo a pretensão da Chesf, tendo o Município protocolado e a Chesf apresentado contrarrazões tempestivamente.

Quanto aos municípios de Curaçá e Belém do São Francisco, a transferência dos serviços públicos foi finalizada neste ano de 2016, mediante encerramento dos Termos de Cooperação Financeira, com imediata desincubência da CHESF na administração daqueles serviços.

Sobre as questões indígenas, permanece ainda pendente a aquisição de terras para completar a Reserva Indígena Tuxá de Rodelas por parte da FUNAI e também ainda não houve posicionamento do Ministério da Justiça quanto aos recursos administrativos interpostos pela CHESF e municípios de Abaré/BA e Curaçá/BA acerca da proposta de demarcação do Território Indígena Tumbalalá, que interferiria em cerca de um terço da área do Perímetro Irrigado Pedra Branca, onde foram reassentadas cerca de 800 famílias do programa de reassentamento de Itaparica.

23. CULTURA

Em 2016, a Chesf permaneceu como importante instrumento de incentivo à cultura, através de ações de patrocínios, mantendo-se destaque na Região Nordeste. Foram investidos mais R\$ 311 mil em 8 projetos ligados a área cultural. Como ações de expressiva repercussão e visibilidade para a Companhia, podemos destacar o Encontro de TI 2016, o XIII Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste e o Seminário Socioambiental Eólico - eventos selecionados no Programa de Patrocínio das Empresas Eletrobras a Eventos do Setor Elétrico 2016 e por meio da Lei Rouanet, a Orquestra Criança Cidadã - Plano Anual de Atividades 2016 e a Programação Virtuosi. Além de contribuir para a geração de emprego e renda, destinando recursos às produções culturais em todo o território nacional, a Chesf democratiza o acesso aos seus recursos em diferentes áreas, incentivando contrapartidas sociais e ambientais, reafirmando seu compromisso de responsabilidade social e sustentabilidade, agregando valor a sua marca.

24. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Em 2016, a Chesf recebeu os seguintes prêmios, reconhecimentos e certificações:

- Eleita para compor o Caderno de Boas Práticas de Gestão de Pessoas nas Empresas Estatais Federais - Ciclo 2016 conduzido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), destacando-se pela prática de Alocação, Integração e Acompanhamento de Novos Empregados da Chesf;
- Premiações recebidas como empresa com maior número de participantes no Circuito das Estações – Etapa Primavera e Etapa Verão, em Recife/PE;
- Manteve a Acreditação do Laboratório de Metrologia da Chesf - MetroChesf na norma ISO IEC 17025 INMETRO, nas grandezas elétricas tensão, corrente, resistência, potência e energia, com a finalidade de proporcionar a calibração/certificação dos padrões de serviço, utilizados na manutenção dos sistemas de proteção, medição e automação;
- A Operação da Chesf manteve a Certificação ISO 9001:2008 em todos os processos dos seus 28 órgãos e suas Instalações que compõem o Sistema Organizacional da Operação;
- O segmento Manutenção da Geração manteve a certificação ISO 9001:2008 dos serviços de manutenção eletromecânica das usinas Sobradinho, Xingó e Itaparica, e obteve a mesma certificação para o serviço de manutenção eletromecânica das usinas Paulo Afonso I, II e III;
- O segmento Manutenção de Subestações conquistou certificação única e integrada no Sistema de Gestão de todo o seu sistema organizacional, contemplando a ISO 9001:2008 e a ISO 14001:2004.

25. INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Os principais indicadores que representam a responsabilidade corporativa e socioambiental da Chesf, com base no Balanço Social consolidado, são demonstrados a seguir:



INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Consolidado

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - Geração e Distribuição de Riqueza	Em 2016:		9.018.006	Em 2015:		312.270
Distribuição do Valor Adicionado	43,0% governo	9,6% empregados		61,6% governo	59,2% empregados	
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contábeis.	44,2% acionistas	3,2% financiadores		-36,2% acionistas	15,4% financiadores	
2 - RECURSOS HUMANOS	Em 2016:			Em 2015:		
2.1 - Remuneração						
Folha de pagamento bruta (FPB)	1.001.816			973.129		
- Empregados	995.357			967.644		
- Administradores	6.459			5.485		
Relação entre a maior e a menor remuneração:						
- Empregados	30,8			33,2		
- Administradores	1,1			1,1		
2.2 - Benefícios Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	221.069	22,1%	1,7%	220.197	22,6%	5,5%
Alimentação	66.982	6,7%	0,5%	66.954	6,9%	1,7%
Transporte	520	0,1%	0,0%	500	0,1%	0,0%
Previdência privada	209.835	20,9%	1,6%	132.839	13,7%	3,3%
Saúde	112.059	11,2%	0,9%	87.759	9,0%	2,2%
Segurança e medicina do trabalho	2.744	0,3%	0,0%	2.719	0,3%	0,1%
Educação e Creche	17.660	1,8%	0,1%	16.477	1,7%	0,4%
Cultura	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.484	0,1%	0,0%	4.123	0,4%	0,1%
Creches ou auxílio creche	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outros	12.673	1,3%	0,1%	11.366	1,2%	0,3%
Total	645.026	64,4%	5,1%	542.934	55,8%	13,4%
2.3 - Composição do Corpo Funcional						
Nº de empregados no final do exercício	4.614			4.598		
Nº de admissões	41			9		
Nº de demissões	25			32		
Nº de estagiários no final do exercício	-			-		
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	168			169		
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	1			1		
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	3.681			3.667		
- Feminino	933			931		
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	-			-		
- De 18 a 35 anos	726			814		
- De 36 a 60 anos	3.167			3.227		
- Acima de 60 anos	721			557		
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	-			-		
- Com ensino fundamental	513			517		
- Com ensino médio	697			699		
- Com ensino técnico	1.465			1.459		
- Com ensino superior	1.782			1.771		
- Pós-graduados	157			152		
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	81,1%			83,1%		
- Feminino	18,9%			16,9%		
2.4 - Contingências e Passivos Trabalhistas:						
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	691			836		
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	843			199		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	120			194		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	2.992			-		

3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a comunidade						
Total dos investimentos em:						
Educação	400	0,0%	0,0%	299	-0,1%	0,0%
Cultura	311	0,0%	0,0%	1.086	-0,2%	0,0%
Saúde e infraestrutura	36.986	0,5%	0,3%	35.521	-6,1%	0,9%
Esporte e lazer	6	0,0%	0,0%	48	0,0%	0,0%
Alimentação	213	0,0%	0,0%	107	0,0%	0,0%
Geração de trabalho e renda	418	0,0%	0,0%	609	-0,1%	0,0%
Reassentamento de famílias	22.609	0,3%	0,2%	23.072	-4,0%	0,6%
Total dos investimentos	60.943	0,9%	0,5%	60.742	-10,4%	1,5%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.703.924	53,1%	29,0%	370.058	-63,5%	9,2%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	9.332	0,1%	0,1%	9.691	-1,7%	0,2%
Total - Relacionamento com a comunidade	3.774.199	54,1%	29,6%	440.491	-75,6%	10,9%
3.2 - Interação com os Fornecedores	São exigidos controles sobre:					
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores	Riscos ambientais, condições ambientais de trabalho, controle médico de saúde ambiental, prática de trabalho noturno, perigoso ou insalubre de menores de 18 anos; nem menores de dezesseis anos em qualquer atividade, salvo na condição de menor aprendiz.					
4 - Interação com o Meio Ambiente	Em 2016:			Em 2015:		
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	10.673	0,2%	0,1%	12.669	-2,2%	0,3%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	3.100	0,0%	0,0%	8.212	-1,4%	0,2%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	365	0,0%	0,0%	1.132	-0,2%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	3.074	0,0%	0,0%	2.503	-0,4%	0,1%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	1.922	0,0%	0,0%	2.582	-0,4%	0,1%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	1.282	0,0%	0,0%	1.054	-0,2%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	1	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total da Interação com o meio ambiente	19.135	0,3%	0,2%	27.098	-4,6%	0,7%
5 - Outras informações	2016			2015		
Receita Líquida (RL)	12.754.264			4.039.862		
Resultado Operacional (RO)	6.974.580			-582.986		

Recife, 23 de março de 2017

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	36.969	153.896	140.399	373.867
Títulos e valores mobiliários	7	19.696	487.871	19.696	487.871
Cientes	8	379.134	372.822	387.478	378.379
Tributos a recuperar	10	101.347	182.209	105.437	188.180
Cauções e depósitos vinculados	11	15.533	10.982	15.561	11.010
Almoxarifado	12	76.647	83.478	76.647	83.478
Serviços em curso	13	190.169	162.537	190.169	162.537
Ativo financeiro – concessões de serviço público	14	1.255.246	77.514	1.314.991	114.207
Dividendos a receber	15	70.013	33.846	62.548	33.846
Fachesf Saúde Mais	16	8.448	42.095	8.448	42.095
Outros	18	118.733	154.476	121.058	155.285
		2.271.935	1.761.726	2.442.432	2.030.755
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Cientes	8	368	4.986	368	4.986
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013		487.822	487.822	487.822	487.822
Títulos e valores mobiliários	7	1.639	2.945	1.639	2.945
Tributos a recuperar	10	389.889	175.844	389.889	175.844
Cauções e depósitos vinculados	11	1.120.173	1.023.037	1.120.173	1.023.037
Serviços em curso	13	75.000	75.000	75.000	75.000
Ativo financeiro – concessões de serviço público	14	10.511.330	3.895.906	11.120.735	4.521.524
Fachesf Saúde Mais	16	78.636	92.265	78.636	92.265
Adiantamento a investidas	17	1.046.544	939.076	456.355	348.887
Outros	18	29.612	27.485	29.612	27.485
		13.741.013	6.724.366	13.760.229	6.759.795
Investimentos	19	5.916.431	5.057.356	5.291.992	4.458.421
Imobilizado	20	1.054.039	1.263.205	1.565.595	1.637.476
Intangível	21	41.408	44.683	60.670	63.945
		20.752.891	13.089.610	20.678.486	12.919.637
TOTAL DO ATIVO		23.024.826	14.851.336	23.120.918	14.950.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	22	303.371	371.848	313.138	384.549
Folha de pagamento		20.454	16.785	20.740	17.141
Tributos a recolher	23	113.387	109.408	116.183	117.670
Financiamentos e empréstimos	24	926.973	298.038	926.973	298.038
Outras provisões operacionais		106.552	96.993	106.552	96.993
Obrigações estimadas	25	160.857	136.163	161.861	136.778
Incentivo ao desligamento voluntário - PIDV	26	36.029	42.676	36.029	42.676
Benefícios pós-emprego	27	27.727	25.876	27.727	25.876
Encargos setoriais		70.889	124.865	72.717	126.042
Outros	28	201.220	27.896	233.270	59.362
		1.967.459	1.250.548	2.015.190	1.305.125
NÃO CIRCULANTE					
Tributos a recolher	23	-	-	20.477	19.859
Passivos fiscais diferidos	23	3.242.660	56.332	3.254.553	65.070
Financiamentos e empréstimos	24	1.277.036	1.152.608	1.277.036	1.152.608
Benefícios pós-emprego	27	1.391.907	1.130.958	1.391.907	1.130.958
Incentivo ao desligamento voluntário - PIDV	26	37.050	66.845	37.050	66.845
Encargos setoriais		344.254	260.893	344.254	260.893
Provisões para contingências	29	1.839.391	1.660.536	1.839.391	1.660.536
Provisão contrato oneroso	30	279.907	247.012	279.907	247.012
Obrigações vinculadas à Concessão	32	59.042	82.240	59.042	82.240
Outros	28	4.254	95.032	4.255	95.032
		8.475.501	4.752.456	8.507.872	4.781.053
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	33	9.753.953	9.753.953	9.753.953	9.753.953
Reservas de capital	33	4.916.199	4.916.199	4.916.199	4.916.199
Outros resultados abrangentes	33	(1.820.879)	(1.569.138)	(1.820.879)	(1.569.138)
Prejuízos acumulados	33	(267.407)	(4.252.682)	(267.407)	(4.252.682)
		12.581.866	8.848.332	12.581.866	8.848.332
Participação de acionistas não controladores		-	-	15.990	15.882
		12.581.866	8.848.332	12.597.856	8.864.214
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.024.826	14.851.336	23.120.918	14.950.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34	12.688.453	3.788.932	12.754.264	4.039.862
CUSTO OPERACIONAL	36				
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda		(332.098)	(346.350)	(342.197)	(346.350)
Encargos de uso da rede de transmissão		(673.051)	(673.906)	(673.051)	(673.906)
Custo de operação					
Pessoal, material e serviços de terceiros		(477.628)	(442.783)	(486.866)	(453.389)
Combustíveis para a produção de energia		(7.803)	(176.425)	(7.803)	(176.425)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		(9.332)	(9.691)	(9.332)	(9.691)
Depreciação e amortização		(32.098)	(34.283)	(32.098)	(34.302)
Reversão contrato oneroso		(32.895)	(132.288)	(32.895)	(132.288)
Outros		23.853	40.260	23.061	46.798
		(1.541.052)	(1.775.466)	(1.561.181)	(1.779.553)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	36	(2.346)	(1.283)	(2.346)	(1.283)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	36	(575.360)	(795.149)	(582.833)	(999.995)
LUCRO BRUTO		10.569.695	1.217.034	10.607.904	1.259.031
DESPESAS OPERACIONAIS	36	(4.095.102)	(1.868.316)	(4.104.956)	(1.891.480)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		6.474.593	(651.282)	6.502.948	(632.449)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	19	489.717	7.417	456.751	(16.566)
RESULTADO FINANCEIRO	37	5.041	60.531	14.881	66.029
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		6.969.351	(583.334)	6.974.580	(582.986)
Imposto de renda e contribuição social	38	(2.984.076)	107.470	(2.989.197)	106.994
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		3.985.275	(475.864)	3.985.383	(475.992)
Resultado atribuível aos acionistas controladores		3.985.275	(475.864)	3.985.275	(475.864)
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	-	108	(128)
TOTAL DE AÇÕES (em milhares)	33	55.905	55.905	55.905	55.905
Lucro/Prejuízo básico por ação (em reais)	40	71,29	(8,51)	71,29	(8,51)
Lucro/Prejuízo diluído por ação (em reais)	40	71,29	(8,51)	71,29	(8,51)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro/Prejuízo líquido do exercício		3.985.275	(475.864)	3.985.383	(475.992)
Outros componentes do resultado abrangente					
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	33	(251.741)	(199.624)	(251.741)	(199.624)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		(251.741)	(199.624)	(251.741)	(199.624)
Total do resultado abrangente do exercício		3.733.534	(675.488)	3.733.642	(675.616)
Parcela atribuída aos controladores		3.733.534	(675.488)	3.733.534	(675.488)
Parcela atribuída aos não controladores		-	-	108	(128)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(valores expressos em milhares de reais)

	CAPITAL SUBSCRITO/ REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
SALDO EM 31/12/2014	9.753.953	4.916.199	(1.369.514)	(3.776.818)	9.523.820	49	9.523.869
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	(199.624)	-	(199.624)	-	(199.624)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(475.864)	(475.864)	(128)	(475.992)
	9.753.953	4.916.199	(1.569.138)	(4.252.682)	8.848.332	(79)	8.848.253
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	15.961	15.961
SALDO EM 31/12/2015	9.753.953	4.916.199	(1.569.138)	(4.252.682)	8.848.332	15.882	8.864.214
Resultado atuarial com benefícios pós-emprego	-	-	(251.741)	-	(251.741)	-	(251.741)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.985.275	3.985.275	108	3.985.383
SALDO EM 31/12/2016	9.753.953	4.916.199	(1.820.879)	(267.407)	12.581.866	15.990	12.597.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Atividades operacionais				
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	6.969.351	(583.334)	6.974.580	(582.986)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	101.712	106.524	101.753	106.565
Variações monetárias líquidas	(34.824)	46.834	(34.824)	46.173
Equivalência patrimonial	(489.717)	(7.417)	(456.751)	16.566
Provisão para contingências	287.179	353.602	287.179	353.602
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	110.711	84.815	110.711	84.815
Provisão para perdas em investimentos	278.613	-	278.613	-
Benefícios pós-emprego – ajuste atuarial	131.221	123.537	131.221	123.537
Outras provisões operacionais	54.837	48.026	54.837	48.026
Atualização de cauções e depósitos vinculados	(39.892)	(25.673)	(39.892)	(25.673)
Atualização de títulos da dívida agrária (TDA)	(288)	(269)	(288)	(269)
Receita financeira – Ativo financeiro	(9.477.157)	(22.398)	(9.521.652)	(81.743)
Reversão contrato oneroso	32.895	132.288	32.895	132.288
Provisão para impairment	2.232.115	363.742	2.232.115	377.515
Juros sobre valores a receber - Lei 12.783/2013	-	70.597	-	70.597
Atualização de valores a ressarcir - Lei 12.783/2013	11.063	-	11.063	-
Encargos financeiros	200.688	143.371	200.688	143.371
Outras provisões - Lei nº 12.783/2013	60.854	-	60.854	-
Incentivo ao desligamento de pessoal	(36.441)	(23.335)	(36.441)	(23.335)
Outras	(14.131)	(21.432)	(14.131)	(21.659)
	378.789	789.478	372.530	767.390
Encargos financeiros pagos a acionistas e outras partes relacionadas	(29.306)	(2.534)	(29.306)	(2.534)
Encargos financeiros pagos a instituições financeiras e outras	(153.077)	(135.643)	(153.077)	(135.643)
Pagamentos à entidade de previdência privada	(120.161)	(98.198)	(120.161)	(98.198)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(12.123)	(160.905)	(16.720)	(161.175)
Pagamento de participações nos lucros ou resultados	(45.278)	(54.478)	(45.278)	(54.478)
Depósitos vinculados a litígios	(59.256)	(308.432)	(59.256)	(308.432)
Variações nos Ativos e Passivos				
Clientes	(112.405)	(89.519)	(115.192)	(89.519)
Almoxarifado	6.831	5.904	6.831	5.904
Tributos e contribuições sociais	93.287	15.187	96.107	46.726
Adiantamentos a empregados	19.524	(15.413)	19.359	(15.413)
Cauções e depósitos vinculados	(2.539)	(47.037)	(2.523)	(47.065)
Serviços em curso	(27.632)	(18.160)	(27.632)	(18.160)
Pagamentos antecipados	7.685	(3.895)	7.685	(3.895)
Perdas estimadas de créditos	6.274	-	6.274	-
Alienações em curso	9.374	-	9.374	-
Fachesf Saúde Mais	47.276	4.585	47.276	4.585
Fornecedores	(68.477)	(127.176)	(71.411)	(125.351)
Folha de pagamento	3.669	1.369	3.599	1.687
Obrigações estimadas	24.694	13.331	25.083	13.946
Encargos setoriais	38.001	31.378	38.281	32.555
Provisão para contingências	(108.324)	(175.982)	(108.324)	(175.982)
Valores recebidos - Lei nº 12.783/2013	-	1.625.575	-	1.625.575
Valores a ressarcir - Lei nº 12.783/2013	-	(90.461)	-	(90.461)
Outros ativos e passivos operacionais	8.118	8.136	4.553	105.901
	(473.845)	377.632	(484.458)	510.573
Total das atividades operacionais	(95.056)	1.167.110	(111.928)	1.277.963
Atividades de investimentos				
Aplicações em Ativos Imobilizado e Intangível	(105.253)	(74.548)	(242.578)	(445.232)
Realização do Ativo financeiro - Concessões de serviço público	(358.487)	(704.234)	(320.831)	(1.302.372)
Investimentos em participações societárias permanentes	(243.662)	(1.006.733)	(243.662)	30.594
Dividendos recebidos	85.805	45.452	85.805	45.452
Aplicações em (resgates de) títulos e valores mobiliários	469.481	195.977	469.481	195.977
AFAC em controlada em conjunto	(182.564)	(349.060)	(182.564)	(349.060)
Outros	-	-	-	2.073
	(334.680)	(1.893.146)	(434.349)	(1.822.568)
Atividades de financiamentos				
Financiamentos e empréstimos obtidos	652.974	476.915	652.974	476.915
Pagamentos de financiamentos e empréstimos	(340.165)	(233.136)	(340.165)	(232.475)
Outros	-	-	-	15.969
	312.809	243.779	312.809	260.409
TOTAL DE EFEITOS NO CAIXA	(116.927)	(482.257)	(233.468)	(284.196)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	153.896	636.153	373.867	658.063
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	36.969	153.896	140.399	373.867
VARIAÇÃO NO CAIXA	(116.927)	(482.257)	(233.468)	(284.196)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas				
Venda de energia elétrica, transmissão e outras	13.376.593	4.498.112	13.451.326	4.776.376
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(110.711)	(84.815)	(110.711)	(84.815)
Perdas – Clientes	(36.884)	(58.560)	(36.884)	(58.560)
	13.228.998	4.354.737	13.303.731	4.633.001
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Material	23.148	25.470	23.371	25.617
Combustíveis para a produção de energia	7.803	176.425	7.803	176.425
Serviço de terceiros	225.682	211.851	234.443	218.644
Energia elétrica comprada para revenda	332.098	346.350	342.197	346.350
Encargos de uso da rede de transmissão	673.051	673.906	673.051	673.906
Custo de construção	575.360	795.149	582.833	999.995
Provisão para impairment	2.232.115	363.742	2.232.115	377.515
Reversão contrato oneroso	32.895	132.288	32.895	132.288
Provisão para perdas em investimentos	278.613	-	278.613	-
Outros	517.752	502.167	516.282	496.069
	4.898.517	3.227.348	4.923.603	3.446.809
(=) Valor Adicionado Bruto	8.330.481	1.127.389	8.380.128	1.186.192
(-) Retenções				
Quotas de reintegração (Depreciação e Amortização)	101.712	106.524	101.753	106.565
(=) Valor Adicionado Líquido	8.228.769	1.020.865	8.278.375	1.079.627
(+) Valor adicionado transferido				
Resultado de equivalência patrimonial	489.717	7.417	456.751	(16.566)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	272	256	272	256
Aluguéis	121	94	121	94
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	-	(70.597)	-	(70.597)
Receitas financeiras	271.380	310.704	282.487	319.456
	761.490	247.874	739.631	232.643
(=) Valor Adicionado a Distribuir	8.990.259	1.268.739	9.018.006	1.312.270
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Salários/benefícios/FGTS	831.423	755.734	839.818	762.967
Incentivo ao desligamento de pessoal	1.066	788	1.066	788
Honorários da diretoria	3.404	3.337	2.641	3.337
Provisões para contingências trabalhistas/indenizações trabalhistas	24.207	9.907	24.207	9.907
	860.100	769.766	867.732	776.999
Governos:				
Encargos sociais vinculados à folha de pagamento	177.878	166.854	177.878	166.854
Tributos líquidos de incentivos fiscais	3.392.212	342.533	3.407.834	370.058
Encargos setoriais	293.787	270.218	296.090	271.897
	3.863.877	779.605	3.881.802	808.809
Financiadores:				
Encargos financeiros, variação monetária e outros:				
Eletrobras	42.219	2.813	42.219	2.813
Outros financiadores	224.385	177.008	225.338	179.987
Aluguéis	14.403	15.411	15.532	19.654
	281.007	195.232	283.089	202.454
Acionistas:				
Participação de acionistas não controladores	-	-	108	(128)
Lucro/Prejuízo do exercício	3.985.275	(475.864)	3.985.275	(475.864)
	3.985.275	(475.864)	3.985.383	(475.992)
	8.990.259	1.268.739	9.018.006	1.312.270
Valor adicionado médio por empregado	1.966	278	1.957	285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015***(valores expressos em milhares de reais, exceto os mencionados em contrário)***1 - INFORMAÇÕES GERAIS**

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, com sede na Rua Delmiro Gouveia, 333, Bairro de San Martin, CEP 50761-901, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada da Centrais Elétricas Brasileiras S.A.- Eletrobras, criada pelo Decreto-Lei nº 8.031/1945, com operações iniciadas em 15/03/1948. Tem como atividades principais a geração e a transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

As operações da Companhia contam na atividade de Geração de energia com 13 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.613 MW (10.615 MW em 2015) e na atividade de transmissão de energia o sistema é composto por 119 (121 em 2015) subestações (considerando-se neste total a subestação Sapeaçu, localizada no Recôncavo Baiano, em relação à qual a Chesf tem contrato de cessão de uso) e 20.313,3 (19.884,3 em 2015) km de linhas de alta tensão.

A Companhia possui ainda, empreendimentos nos segmentos de geração e transmissão, de forma corporativa, em fase de construção, conforme nota 2.1.

Além do parque de geração e sistemas de transmissão próprios, antes mencionados, a Companhia participa, em sociedade com outras empresas, da construção e operação de usinas de geração hidráulica e de geração eólica com capacidades instaladas de 15.644,1 MW (15.644,1 MW, em 2015) e 965,3 MW (927,9 MW, em 2015), respectivamente, e de empreendimentos de transmissão compostos por 5.282,0 km de linhas de transmissão, conforme nota 2.2.

Com a Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, as concessões das usinas hidrelétricas, linhas de transmissão e subestações que tinham seus prazos vencendo no ano de 2015, foram prorrogadas por um prazo de 30 anos a partir de janeiro/2013, mediante novas condições estabelecidas nos Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente, conforme nota 2.3.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com funcionamento autorizado pela Resolução nº 351/1998, da Aneel, desde 01 de março de 1999, assumiu o controle e a operação do Sistema Interligado Nacional – SIN. Nesse contexto, as usinas e a rede básica de transmissão estão sob a coordenação operacional, supervisão e controle do referido órgão.

2 - DAS CONCESSÕES

2.1 - Chesf

A Companhia detém as seguintes concessões:

2.1.1 - Geração

- **Geração hidráulica**

Número do Contrato	USINAS	Rio	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2016 (MW médio/ano) (*)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Serviço:						
006/2004	Paulo Afonso I	São Francisco	180,001	3,090	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso II	São Francisco	443,000	5,720	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso III	São Francisco	794,200	17,860	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Paulo Afonso IV	São Francisco	2.462,400	955,570	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Apolônio Sales (Moxotó)	São Francisco	400,000	6,840	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Luiz Gonzaga (Itaparica)	São Francisco	1.479,600	426,290	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Xingó	São Francisco	3.162,000	1.105,470	03/10/1945	31/12/2042
006/2004	Araras (**)	Acaraú	4,000	-	29/08/1958	07/07/2015
006/2004	Funil	de Contas	30,000	3,920	25/08/1961	31/12/2042
006/2004	Pedra	de Contas	20,007	1,150	25/08/1961	31/12/2042
006/2004	Boa Esperança (Castelo Branco)	Parnaíba	237,300	113,730	11/10/1965	31/12/2042
006/2004	Sobradinho	São Francisco	1.050,300	192,230	10/02/1972	09/02/2052
006/2004	Curemas	Piencó	3,520	-	26/11/1974	25/11/2024

(*) Informações não auditadas.

(**) A Chesf optou pela não renovação dessa Concessão vencida em 07/07/2015. No entanto, a legislação do setor estabelece a continuidade da concessão até o término dos trâmites de transferência para o Poder Concedente.

- **Geração térmica**

Número do Contrato	USINAS	Localidade	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2016 (MW médio/ano) (*)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Serviço:						
006/2004	Camaçari	Dias D'Ávila	346,803	55,044	11/08/1977	10/08/2027

(*) Informações não auditadas.

- **Geração eólica**

Número do Contrato	USINAS	Localidade	Potência Instalada (MW) (*)	Capacidade Utilizada em 2016 (MW médio/ano) (*)	Data da Concessão / Permissão	Data de Vencimento
Em Construção						
-	Casa Nova (**)	Casa Nova - BA	180,000	-	01/01/2013	01/01/2043
220/2014	Casa Nova II (***)	Casa Nova - BA	28,000	-	26/05/2014	26/05/2049
225/2014	Casa Nova III (***)	Casa Nova - BA	24,000	-	28/05/2014	28/05/2049

(*) Informações não auditadas.

(**) Referente leilão 007/2010

(***) Referente leilão 010/2010

A capacidade utilizada corresponde à geração média, em MW, no exercício.

A potência instalada das usinas, que é sempre superior à sua produção, considera:

- a existência de períodos, tanto ao longo do dia, como no horizonte anual, em que ocorrem maior ou menor demanda de energia no sistema para o qual a usina, ou sistema de geração, está dimensionado;
- a existência de períodos também em que máquinas são retiradas da operação para a execução de manutenção, seja preventiva ou corretiva;

- que a produção das usinas hidráulicas depende ainda da disponibilidade hídrica do rio onde está localizada. Em períodos de maior hidraulicidade pode ser possível elevar a geração, bem como pode haver a necessidade de sua redução durante os períodos de escassez d'água, como ocorre nos períodos de racionamento de energia elétrica.

Com a edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, parte dessas usinas, objeto do contrato de concessão nº 006/2004 e parte das instalações de transmissão, a seguir, objeto do contrato de concessão nº 061/2001, foram prorrogadas a partir dos aditivos a esses contratos, assinados em 05 de dezembro de 2012, em novas condições, conforme nota 2.3.

A Companhia apresentou à Aneel, pleito referente à redução dos encargos associados ao uso do sistema de transmissão (CUST) da UTE Camaçari, bem como a revogação da concessão da usina.

Em reunião pública ordinária realizada em 03/02/2015, a diretoria da ANEEL procedeu à avaliação do pleito da Companhia, conforme Despacho nº 247, de 03 de Fevereiro de 2015, com as seguintes decisões tomadas:

- i) determinar o aditamento do Contrato de Uso do sistema de Transmissão – CUST nº 095/2012 para redução do Montante de Uso do Sistema de Transmissão – MUST de 346,598 MW para 70 MW a partir de 16 de dezembro de 2014, com valor a ser ressarcido à CHESF de R\$ 1.266 mil, referente ao mês de janeiro de 2015, a ser considerado como crédito na Apuração Mensal dos Serviços e Encargos - AMSE realizado pelo ONS na apuração subsequente a essa decisão;
- ii) os encargos de uso referente à unidade geradora nº 3 – UG3, em operação são devidos até a data de extinção da concessão da UTE Camaçari, quando deverão ser encerrados o CUST e o CCT associado à central de geração e liquidados eventuais encargos de uso do sistema de transmissão remanescentes; e
- iii) encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, com pronunciamento favorável, o pedido de extinção da concessão da Usina Termelétrica Camaçari, outorgada por meio da Portaria DNAEE nº 1.068, de 10 de agosto de 1977, c/c a Portaria nº 88, de 11 de março de 2010, localizada no município de Dias D'Ávila, estado da Bahia.

Em 01/08/2016, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração – SFG da Aneel decidiu pela suspensão da operação comercial da última unidade geradora da UT Camaçari, UG3, recomendando à Diretoria Colegiada da Aneel autorizar a redução de 70 MW para 0MW dos encargos associados ao uso do sistema de transmissão (CUST).

A administração da Companhia tem expectativa positiva quanto a análise do Ministério de Minas e Energia de forma concluir pelo término da concessão da usina. Este fato possibilitou a Companhia reverter a provisão para contrato oneroso existente, cujo montante em 31/12/2015, era de R\$ 80.441.

2.1.2 – Transmissão
• Linhas de transmissão

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Em serviço:					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	18.967,2	29/06/2001	31/12/2042
007/2005	LT Milagres - Tauá - 230 kv, C1	CE	208,1	04/03/2005	03/03/2035
008/2005	LT Milagres - Coremas - 230 kv, C2	CE, PB	119,8	04/03/2005	03/03/2035
010/2007	LT Ibicoara - Brumado - 230 kv, C1	BA	94,5	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Paraíso - Açú II - 230 kv, C2	PI, CE, RN	132,8	14/06/2007	14/06/2037
012/2007	LT Picos - Tauá II - 230 kv, C1	PI, CE	183,2	14/06/2007	14/06/2037
005/2008	LT Jardim - Penedo - 230 kv, C1	SE, AL	110,0	17/03/2008	17/03/2038
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	41,8	28/01/2009	28/01/2039
006/2009	LT Suape III - Suape II - 230 kv, C1, C2	PE	7,2	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II - 230 kv, C1, C2	PE, PB, AL, RN	10,8	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT C. Mirim II - João Camara II - 230 kv, C1	RN	74,5	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Extremoz II - C. Mirim - 230 kv, C1	RN	31,4	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II - 230 kv	BA	115,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III - 230 KV, C1, C2	BA	10,8	01/06/2012	01/06/2042
019/2012	LT Igaporã III - Pindaí II - 230 kV	BA	49,5	01/06/2012	01/06/2042
021/2010	LT Sobral III - Acaraú II, - 230 kV	CE	91,3	23/11/2010	23/11/2040
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II - 230 kV;	RN/CE	65,4	13/10/2011	13/10/2041
			20.313,3		
Em construção:					
005/2007	LT Funil - Itapebi, C3	BA	223,0	20/04/2007	20/04/2037
014/2008	LT 230 kV Eunápolis - Teixeira de Freitas II, C1	BA	145,0	16/10/2008	16/10/2038
017/2009	LT Pau Ferro - Santa Rita II - 230kV	PE, PB, AL, RN	96,7	03/08/2009	03/08/2039
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II - 230 kv, C2	BA	152,0	03/08/2009	03/08/2039
019/2010	LT Paraíso - Açú II - 230 kv, C3	RN	123,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	LT Açú II - Mossoró II - 230 kv, C2	RN	69,0	23/11/2010	23/11/2040
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê - 230 kV	BA	65,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	LT Teresina II - Teresina III - 230 kV	PI	26,0	09/12/2011	09/12/2041
018/2011	LT Recife II - Suape II - 500 kv - C2	PE	44,0	09/12/2011	09/12/2041
019/2011	LT Camaçari IV - Sapeaçu - 500 kv	BA	105,0	09/12/2011	09/12/2041
019/2011	LT Sapeaçu - Sto. Antonio de Jesus - 230 kV	BA	31,0	09/12/2011	09/12/2041
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro - 230 kv	SE/AL/BA	1,3	10/05/2012	10/05/2042
005/2012	LT Messias - Maceió II - 230 kv	SE/AL/BA	20,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	LT Camaçari IV - Pirajá - 230 kv	BA	45,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	LT Pituáçu - Pirajá - 230 kv	BA	5,0	10/05/2012	10/05/2042
018/2012	LT Mossoró II - Mossoró IV - 230 kv	RN	40,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros II - 230 kv	RN	56,2	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	LT Russas II - Banabuiu C2- 230 kv	RN	110,0	01/06/2012	01/06/2042
			1.357,2		

(*) Informações não auditadas.

• **Subestações**

Número do Contrato	Empreendimento	Estado da Federação	Quantidade (*)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Em serviço:					
061/2001	Diversos Empreendimentos	PE, CE, SE, BA, AL, PI, MA, PB, RN	98,0	29/06/2001	31/12/2042
006/2004	SE Elev. Usina de Curemas	PB	1,0	12/11/2004	25/11/2024
006/2004	SE Elev. Usina Term. Camaçari	BA	1,0	12/11/2004	12/08/2027
006/2004	SE Elev. Usina de Sobradinho	BA	1,0	12/11/2004	09/02/2022
007/2005	SE Tauá II - 230 kV	CE	1,0	04/03/2005	03/03/2035
006/2009	SE Suape II - 500/230 kV (600 MVA); SE Suape III - 230/69 kV (200 MVA)	PE	2,0	28/01/2009	28/01/2039
017/2009	SE Santa Rita II - 230/69kV; SE Zebu - 230/69kV; SE Natal III - 230/69kV	PE, PB, AL, RN	3,0	03/08/2009	03/08/2039
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV	BA	1,0	12/07/2010	12/07/2040
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kv	AL	1,0	06/10/2010	06/10/2040
019/2010	SE Extremoz II - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
019/2010	SE João Câmara - 230 kv	RN	1,0	23/11/2010	23/11/2040
020/2010	SE Igaporã - 230 kv	BA	1,0	23/11/2010	23/11/2040
021/2010	SE Acaraú II - 230 kv	CE	1,0	23/11/2010	23/11/2040
010/2011	SE Lagoa Nova II 230 kV	RNCE	1,0	13/10/2011	13/10/2041
019/2012	SE Igaporã III 500/230 KV; SE Pindaí II 230 KV	BA	2,0	01/06/2012	01/06/2042
014/2010	SE Pólo 230/69 kV	BA	1,0	06/10/2010	06/10/2040
010/2011	SE Ibiapina II 230 kV	CE	1,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2012	SE Mirueira II 230/69 Kv	PE	1,0	01/06/2012	01/06/2042
			119,0		
Em construção:					
014/2008	SE Teixeira de Freitas II - 230/138 kv	BA	1,0	16/10/2008	16/10/2038
009/2011	SE Morro do Chapéu II 230 kV	BA	1,0	13/10/2011	13/10/2041
017/2011	SE Teresina III em 230/69 kV	PI	1,0	09/12/2011	09/12/2041
005/2012	SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 kV; SE Maceió II, 230/69 kV; SE Poções II 230/138kV	SE/AL/BA	3,0	10/05/2012	10/05/2042
015/2012	SE Pirajá 230/69 KV	BA	1,0	10/05/2012	10/05/2042
017/2012	SE Jaboatão II 230/69 kV	PE	1,0	01/06/2012	01/06/2042
018/2012	SE Touros II, 230 kV; SE Mossoró IV, 230 kV.	RN	2,0	01/06/2012	01/06/2042
			10,0		

(*) Informações não auditadas.

2.2 – Controladas, controladas em conjunto e Coligada

A Companhia detém ainda, por intermédio de suas controladas, controladas em conjunto e coligada, as seguintes concessões:

2.2.1 - Geração

- **Geração Hidráulica**

Número do Contrato	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Rio	Capacidade em MW (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
002/2007	UHE Dardanelos	Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	Aripuanã	261,000	2007	2042
002/2008	UHE Jirau	ESBR Participações S.A.	20,00%	Madeira	3.750,000	2008	2043
Em construção:							
001/2010	UHE Belo Monte	Norte Energia S.A.	15,00%	Xingu	11.233,100	2010	2045
001/2014	UHE Sinop	Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	Teles Pires	400,000	2014	2049

(*) Informações não auditadas.

• Geração Eólica

Número da Portaria	Usinas	Empresa	Participação da Companhia	Localidade	Capacidade em MW (*)	Ano da Autorização	Ano de Vencimento
Em serviço:							
123/2011	UEE Pedra Branca	Pedra Branca S.A.	49,00%	Pedra Branca(BA)	30,00	2011	2046
131/2011	UEE Sete Gameleiras	Sete Gameleiras S.A.	49,00%	Sete Gameleiras (BA)	30,00	2011	2046
132/2011	UEE São Pedro do Lago	São Pedro do Lago S.A.	49,00%	São Pedro do Lago (BA)	30,00	2011	2046
052/2014	UEE Baraúnas I	Baraúnas I	49,00%	Sento Sé (BA)	32,90	2014	2049
053/2014	UEE Morro Branco I	Morro Branco I	49,00%	Sento Sé (BA)	32,90	2014	2049
067/2014	UEE Mussambê	Mussambê	49,00%	Sento Sé (BA)	32,90	2014	2049
102/2014	UEE Santa Joana XI	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
105/2014	UEE Santa Joana XVI	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	28,90	2014	2049
106/2014	UEE Santa Joana X	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
107/2014	UEE Santa Joana XIII	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
119/2014	UEE Santa Joana XII	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	28,90	2014	2049
121/2014	UEE Santa Joana XV	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	28,90	2014	2049
122/2014	UEE Santa Joana IX	Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões (PI)	29,60	2014	2049
234/2014	UEE Serra das Vacas I	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Saloá (PE)	23,92	2014	2049
240/2014	UEE Serra das Vacas II	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Saloá (PE)	22,30	2014	2049
251/2014	UEE Serra das Vacas III	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Saloá (PE)	22,24	2014	2049
263/2014	UEE Serra das Vacas IV	Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	Saloá (PE)	22,30	2014	2049
388/2012	UEE Caiçara I	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	27,00	2012	2047
399/2012	UEE Junco I	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	24,00	2012	2047
417/2012	UEE Junco II	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	24,00	2012	2047
418/2012	UEE Caiçara II	Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	Serra do Mel (RN)	18,00	2012	2047
221/2014	UEE Santa Joana IV	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	e Simões (PI)	27,20	2014	2049
238/2014	UEE Santa Joana V	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	e Simões (PI)	28,90	2014	2049
271/2014	UEE Santa Joana III	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	e Simões (PI)	29,60	2014	2049
272/2014	UEE Santa Joana I	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	e Simões (PI)	28,90	2014	2049
274/2014	UEE Santo Augusto IV	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	e Simões (PI)	28,90	2014	2049
275/2014	UEE Santa Joana VII	Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	e Simões (PI)	28,90	2014	2049
287/2014	UEE Banda de Couro	Banda de Couro S.A.	49,00%	Sento Sé (BA)	32,90	2014	2049
354/2014	UEE Baraúnas II	Baraúnas II S.A.	49,00%	Sento Sé (BA)	25,85	2014	2049
Em construção:							
150/2014	UEE Acauã	Acauã Energia S.A.	99,93%	Pindaí (BA)	12,00	2014	2049
151/2014	UEE Arapapá	Arapapá Energia S.A.	99,90%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
152/2014	UEE Angical 2	Angical 2 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049
153/2014	UEE Teiú 2	Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049
154/2014	UEE Caititú 2	Caititú 2 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049
174/2014	UEE Carcará	Carcará Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	10,00	2014	2049
176/2014	UEE Corrupião 3	Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049
177/2014	UEE Caititú 3	Caititú 3 Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	14,00	2014	2049
213/2014	UEE Papagaio	Papagaio Energia S.A.	99,96%	Pindaí (BA)	18,00	2014	2049
219/2014	UEE Coqueirinho 2	Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	Pindaí (BA)	20,00	2014	2049
286/2014	UEE Tamanduá Mirim 2	Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	Pindaí (BA)	24,00	2014	2049

(*) Informações não auditadas.

2.2.2 – Transmissão

• Linhas de transmissão

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Extensão (km) (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
005/2004	LT Teresina II - Sobral III / Teresina II - Fortaleza II / Sobral III - Fortaleza II, em 500 KV	STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	PI, CE	546,0	2004	2034
002/2006	LT Colinas - Miracema - Gurupi - Peixe Nova - Serra da Mesa II, em 500 kV	INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	TO, GO	695,0	2006	2036
010/2008	LT Oriximiná - Silves - Lechunga (AM), em 500 KV	Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	PA, AM	559,0	2008	2038
015/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II, em 600 KV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO, SP	2.375,0	2009	2039
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns II, em 500 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	224,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Campina Grande III, em 500 KV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	190,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Pau Ferro, em 500 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	239,0	2011	2041
022/2011	LT Garanhuns II - Angelim I	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	13,0	2011	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	64,0	2011	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	19,0	2011	2041
008/2011	LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	192,0	2011	2041
008/2011	LT Campina Grande III - Campina Grande II, em 230 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	10,0	2011	2041
					5.126,0		
Em construção:							
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III, em 230 kV	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	MA/CE	156,0	2010	2040
					156,0		

(*) Informações não auditadas.

• **Subestações**

Número do Contrato	Empreendimento	Empresa	Participação da Companhia	Estado da Federação	Quantidade (*)	Ano da Concessão	Ano de Vencimento
Em serviço:							
015/2009	Estação Retificadora nº 02 CA/CC em 500/600 kV; Estação Inversora nº 02 CC/CA em 600/500 kV	Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	RO/SP	2,0	2009	2039
004/2010	SE Pecém II, em 500/230 kV; SE Aquiraz II, em 230/69 kV	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	MA/CE	2,0	2010	2040
008/2011	SE João Câmara II, em 500/138 kV; SE Ceará-Mirim II, em 500/230 kV.	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	2,0	2011	2041
008/2011	SE Campina Grande III, em 500/230 kV	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	RN/PB	1,0	2011	2041
002/2006	SE Peixe 2 500 kV; SE Serra da Mesa 2	INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	TO/GO	2,0	2006	2036
010/2008	SE Silves (ex-Itacoatiara) 500/138 kV; SE Lechuga (ex-Cariri) 500/230 kV	Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	AM	2,0	2008	2038
022/2011	SE Garanhuns, em 500/230 kV; SE Pau Ferro, em 500/230 kV	Interligação Elétrica Garanhuns S.A	49,00%	AL/PE/PB	2,0	2011	2041
					13,0		

(*) Informações não auditadas.

2.3 - Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

Destaca-se entre as mudanças no modelo de negócios a alteração do regime de preço para tarifa calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos de remuneração, com revisões periódicas e alocação das cotas de garantia físicas de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN. E para a transmissão a tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) foi definida para cobrir os custos de operação e manutenção, acrescida de remuneração.

A Resolução Normativa Aneel nº 596, de 19 de dezembro de 2013, em complemento ao art. 2º do Decreto nº 7.850, de 30 de novembro de 2012, estabelece critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis de aproveitamentos hidrelétricos, realizados até 31/12/2012 e ainda não amortizados ou depreciados. A concessionária manifestou interesse, em 27/12/2013 no recebimento do valor referente aos investimentos posteriores ao Projeto Básico, e em 11/12/2014, apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento dos valores dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor requerido à Aneel é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O valor e a forma de recebimento serão homologados pela Aneel.

Em 10/12/2013, a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 589, que define os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR, para fins de indenização das instalações de transmissão das concessionárias que optaram pela prorrogação prevista na Lei nº 12.783/2013. Essa resolução estabelece que a concessionária deverá contratar uma empresa credenciada junto à Aneel para elaborar um laudo de avaliação, que deverá contemplar o Valor Novo de Reposição-VNR dos ativos que compõem as instalações existentes em 31 de maio de 2000 e ainda não depreciados até 31/12/2012. Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Aneel, documentação comprobatória para requerimento desse valor complementar, elaborada por empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de apuração dos valores referentes as instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e

Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013.

Em 20/04/2016, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria nº 120/2016, determinou que os valores homologados pela ANEEL relativos aos ativos previstos no artigo 15, § 2º, da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE), passem a compor a Base de Remuneração Regulatória das concessionárias de transmissão de energia elétrica a partir do processo tarifário de 2017. A portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

São abrangidos pela portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando essas empresas tiveram antecipados os vencimentos de contratos de concessão, nos termos da Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013.

Esses ativos, não depreciados e nem incorporados na base para remuneração regulatória no período de Janeiro/2013 a Junho/2017, serão atualizados pelo IPCA e serão remunerados pelo custo do capital próprio, real, (composto por parcelas de remuneração e depreciação, acrescidos dos devidos tributos) do segmento de transmissão, serão incluídos na base de remuneração regulatória de 2017, atualizados pelo IPCA e remunerados pelo Custo Ponderado Médio do Capital a partir do referido processo, pelo prazo de oito anos.

Em 03/08/2016, a Diretoria da Aneel homologou, mediante o Despacho 2.076/2016, o Relatório de Fiscalização-RF nº 0084/2016, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira-SFF, que apresentou o seu posicionamento acerca dos valores que passam a compor a base de remuneração regulatória prevista no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei 12.783/2016, a que a Chesf tem direito, fixando-o em R\$ 5.092,4 milhões, data-base de 31/12/2012. O valor requerido à Aneel, pela Companhia, foi de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012. A Companhia mantinha em seus registros, o montante de R\$ 1.187,0 milhões para esses ativos.

Foi aberta em outubro/2016, pela Aneel, audiência pública, ainda em andamento, para acolhimento de sugestões de aprimoramento nos procedimentos de registros da nova Base de Remuneração Regulatória da transmissão, no entanto, a homologação do referido laudo e principalmente a regulamentação estabelecida na portaria nº 120/2016, trouxeram condições necessárias para o reconhecimento contábil do laudo.

O fornecimento de energia pela Chesf para consumidores industriais no Nordeste teve início no ano de 1970. Em 2004, com a publicação da Lei 10.848, de 15/03/2004, e do Decreto 5.163, de 30/07/2004, os contratos foram adequados ao novo modelo setorial e desdobrados em três instrumentos: conexão ao sistema de transmissão, uso do sistema de transmissão e compra e venda de energia de elétrica. Esses instrumentos foram firmados com as seguintes empresas, listadas por estado: Bahia (Braskem UNIB, Braskem UCS/MVC/PVC, Brasil Kirin, Dow Brasil, Ferbasa, Gerdau BA, Mineração Caraíba, Novelis, Paranapanema, Vale Manganês), Pernambuco (Gerdau PE), Alagoas (Braskem UCS) e Ceará (Libra), com vigência até 31/12/2010, conforme o Art. 25 da Lei 10.848 e o Art. 54 do Decreto 5.163. Em novembro de 2010, a Chesf aditou, com exceção da Novelis que fechou sua planta, os Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica – CCVE com vigência até 30/06/2015, com base no Artigo 22 da Lei nº 11.943, de 28/05/2009, regulamentada pelo do Decreto nº 7.129/2010.

Em 22 de junho de 2015 foi publicada a Medida Provisória MP nº 677, convertida na Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015, com a seguinte concepção: **a)** prorrogação da concessão da UHE Sobradinho até fevereiro de 2052; **b)** prorrogação dos contratos com os Consumidores Industriais até fevereiro de 2037, com redução gradual dos montantes de energia nos últimos 6 anos; e **c)** criação do Fundo de Energia do Nordeste – FEN a partir de recursos da diferença entre o preço de contrato dos Consumidores Industriais e a Receita Anual de Geração - RAG.

Com a publicação da MP nº 677/2015, a Chesf analisou as condições estabelecidas na referida MP, sob as óticas técnica, comercial, econômico-financeira e jurídica, sendo essa análise objeto da Nota Técnica “Avaliação da Prorrogação dos Contratos dos Consumidores Industriais com base na MP nº 677/2015”, de julho/2015, e do Parecer Jurídico “Regime Jurídico e Riscos Envolvidos na Prorrogação de Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica sob a Égide da MP nº 677/15”, emitido pelo Professor Dr. Alexandre Santos de Aragão, de 28/07/2015, ratificado pelo Despacho Chesf n.º DJU- 3.2015.001, de 28/07/2015. A referida Nota Técnica concluiu pela vantajosidade da formalização da prorrogação através de Aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica com os Consumidores Industriais.

O Conselho de Administração ao tomar conhecimento da matéria, pela relevância, decidiu encaminhar o assunto à Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 21/08/2015, que: i) referendou o requerimento feito à Aneel pela Chesf, por meio da CE-PR-168/2015, de 10 de julho de 2015, para prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, por mais 30 (trinta) anos, contados a partir de fevereiro de 2022, nas condições estabelecidas na Medida Provisória nº 677, de 22 de junho de 2015; e ii) autorizou a celebração dos Aditivos aos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica, nos termos da Medida Provisória nº 677, de 22 de junho 2015.

Com base na portaria acima referida a Companhia elaborou sua melhor estimativa apresentando os valores atualizados, em 31/12/2016, conforme quadro abaixo:

Transmissão	
Rede básica - RBSE - Saldo histórico	1.187.029
Atualização VNR	3.905.355
Valor Homologado pela ANEEL	5.092.384
Atualização IPCA e Remuneração	5.472.363
Valor total do ativo Financeiro atualizado	10.564.747
Efeito Resultado	
Receita operacional	9.377.718
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(3.188.424)
Efeito líquido	6.189.294

3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica da Aneel, quando esta não estiver conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/12/2016, bem como com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, uma vez que estas normas passaram a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações individuais. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 23 de março de 2017, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

A administração da Companhia declara que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

3.2. Base de elaboração e mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas na moeda corrente e legal do País, o Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligada aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1. Investimentos em controladas em conjunto

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia as informações financeiras referentes às empresas controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

A Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18(R2) (IAS 28), em seus itens 24 e 25, utiliza para a determinação do valor da equivalência patrimonial de seus investimentos em controladas em conjunto, o valor do patrimônio líquido das investidas com base nas demonstrações financeiras levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Ocorrendo a indisponibilidade de demonstrações financeiras por parte da investida em data coincidente à da Investidora há a utilização de demonstrações com defasagem de 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes quando da ocorrência de efeitos de eventos e transações relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas em conjunto são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às estabelecidas pela Companhia.

4.2. Investimentos em coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, mas que não se configura como uma controlada nem como uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados ativos e passivos das coligadas são incorporados às demonstrações financeiras com base no método de equivalência patrimonial, pelo qual os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

4.3. Investimentos em controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as participações em entidades controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

4.4. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber decorrente do curso normal das atividades da Companhia, excluídos descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o seu valor pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades.

Compreendem ainda as seguintes:

Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo *pro rata* e que leva em consideração a taxa de retorno do projeto.

Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção dos ativos da transmissão com base no custo incorrido.

Receita de construção para as expansões, reforços e melhorias da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica não apurando margem na construção.

4.5. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais decorrentes de incentivos fiscais são registradas no resultado do período, como redução do imposto apurado, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07(R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente é utilizada para aumento do capital social ou eventual absorção de prejuízos.

4.6. Tributação

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25%, sofre redução de 75%, calculado sobre o lucro da exploração dos empreendimentos incentivados.

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em *outros resultados abrangentes* ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

4.6.1. Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada investida com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

4.6.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (tributos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos tributos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

4.7. Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Inclui principalmente os ativos de geração, que não foram objetos de renovação das concessões dispostos na Medida Provisória nº 579/2012, e ativos administrativos.

Os gastos de natureza ambiental com ações e programas realizados até a liberação da primeira licença de operação são registrados no Imobilizado, e os gastos realizados a partir de então passam a ser registrados no resultado do exercício.

Os custos de financiamentos e empréstimos também são acrescentados ao custo total dos ativos adquiridos ou construídos, até a data em que tais ativos estiverem prontos para o uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel as quais são revisadas periodicamente e aceitas pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

4.8. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vidas úteis definidas, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimável.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e são identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o projeto para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o projeto e usá-lo ou vendê-lo;
- O projeto pode ser vendido ou usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o projeto gerará benefícios econômicos;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o projeto;
- O gasto atribuível ao projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, a medida em que forem incorridos.

4.9. Redução ao valor recuperável de ativos

4.9.1 Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma

perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

4.9.2 Ativos não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Caso haja tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante de perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

4.10. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no Ativo Circulante, bem como aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante/Imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável, e não excedem a seus custos de reposição ou valores de realização.

4.11. Instrumentos financeiros

4.11.1. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros são reconhecidos a valor justo acrescidos, no caso de ativos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição desse ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, indenizações a receber do poder concedente, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras, concessão de serviço público e outros créditos.

4.11.1.1. Mensuração subsequente dos ativos financeiros

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros são classificados *a valor justo por meio do resultado*, quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros *a valor justo por meio do resultado* são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

- **Recebíveis**

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração desconto na aquisição e taxas ou custos incorridos.

- **Investimentos mantidos até o vencimento**

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como *mantidos até o vencimento* quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

4.11.1.2. Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”; e (a) A Companhia transfere todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia não transfere nem retém todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

4.11.2. Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados como financiamentos e empréstimos, passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, e mantidos para negociação. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de financiamentos e empréstimos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos.

4.11.2.1. Mensuração subsequente dos passivos financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- **Financiamentos e empréstimos**

Após o reconhecimento inicial, financiamentos e empréstimos são mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e/ou cambiais nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

4.11.2.2. Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.11.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado, no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, com isenção de interesses; referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

4.12. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração foi preparada seguindo as disposições do CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício, e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, enquanto que para as *IFRS* representa informação financeira adicional.

4.13. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Destacam-se a seguir as normas, emendas a normas e interpretações *IFRS*, emitidas pelo *IASB*, que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2016. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar essas normas de forma antecipada.

Norma	Data de Entrada em Vigor	Comentários
IFRS 9 - Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração	A partir de 01/01/2018	Substitui as orientações existentes na IAS 39, incluindo orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.
IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes	A partir de 01/01/2018	Reconhecimento pela entidade do montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens e serviços.
IFRS 16 - Arrendamentos	A partir de 01/01/2019	A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- *IFRS 14 – Regulatory Deferral Accounts* (Contas Regulatórias de Diferimento);
- *Accounting for Acquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de Participações em Operações em Conjunto) (Alterações do CPC 19 / IFRS 11);
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (Alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38);
- *Sale of Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento controlado em conjunto) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28);
- Melhorias anuais das IFRs de 2012-2014 – várias normas;
- *Investment Entities: Consolidation Exception* (Entidades de Investimento: Exceção de Consolidação) (Alterações do CPC 36 / IFRS 10, CPC 45 / IFRS 12 e CPC 18 / IAS 28);
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes à algumas *IFRS* acima citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos *IFRS* está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

4.14. Benefícios a empregados

4.14.1. Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.14.2. Benefícios pós-emprego

a) Obrigações de aposentadoria

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

A obrigação líquida quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis.

b) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes e os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e em mudanças de premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido - *outros resultados abrangentes*, no período em que ocorrem.

4.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e na média ponderada de ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da quantidade das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e da IAS 33.

4.16. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas nos CPC 25 (IAS 37) e ICPC 08(R1), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a Companhia, conforme previsão legal.

4.17. Demais Práticas Contábeis

a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- Ativos e passivos fiscais diferidos - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados.

Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no

plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

- Provisões - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

- Contratos onerosos - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso.

O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração.

A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD decorrente dos estudos da área de comercialização aprovado pelo sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis, assim como a taxa de desconto para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia.

- Valor recuperável de ativos de longa duração – A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição.
- Obrigações atuariais - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- Vida útil dos bens do imobilizado – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela Resolução nº 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.
- Definição de controle e controle compartilhado na determinação das controladas, controladas em conjuntos e coligadas.
- Em resposta a investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Eletrobras detém participações acionárias minoritárias, em 2015, o Conselho de Administração da empresa (CAE) decidiu por iniciar um processo investigativo, em face do risco de tais irregularidades apontadas poderem afetar alguns dos principais investimentos da Eletrobras.

Para conduzir a investigação foi contratado escritório de advocacia norte-americano, *Hogan Lovells US LLP*, com notória especialização em ações investigativas e instaurada a Comissão Independente de Gestão da Investigação (CIGI), composta de especialistas notórios e independentes, contratados para exercerem a supervisão do processo de investigação.

O procedimento investigatório seguiu os princípios adotados pela *Securities and Exchange Commission*

(SEC) e *Department of Justice* (DOJ), para procedimentos desta natureza, em vista de que, após 2008, quando a Eletrobras passou a ser listada na Bolsa de Valores de Nova York por meio de *ADR's – American Deposit Receipts*, tornou-se sujeita às leis norte-americanas que regulam o mercado de capitais, em especial, a toda a regulamentação fixada pelo *U.S. Securities and Exchange Act*. Dentre essas leis encontra-se a *Foreign Corrupt Practices Act – FCPA* que, em síntese, criminaliza os atos de corrupção, tais como o pagamento a funcionários de governos estrangeiros, partidos políticos, candidatos a cargos políticos estrangeiros em troca de vantagens comerciais ou econômicas.

Neste contexto, o escopo da investigação interna independente compreende a avaliação de eventual existência de irregularidades, incluindo violações ao FCPA, à legislação brasileira, ao Código de Ética e políticas de integridade da Eletrobras.

No decorrer de 2015 e 2016, no âmbito da operação Lava Jato, as operações Radioatividade e Pripjat resultaram em mandados de prisão contra ex-executivos da Eletronuclear, bem como contra outras partes. A Eletrobras vem cooperando com as autoridades no compartilhamento de informações levantadas pela investigação independente, participando, inclusive, como assistente de acusação contra os réus nestes processos criminais.

Visando facilitar e garantir o andamento das investigações, a administração da Companhia vem adotando as medidas de governança requeridas e/ou recomendadas pelo *Hogan Lovells* e pela Comissão Independente. Desde o início da investigação, a Eletrobras substituiu todo o seu Conselho de Administração, contratou um novo CEO e vem reforçando sua estrutura de compliance. Em meados de 2016, foi criada a Diretoria de Conformidade, responsável pela coordenação do programa de compliance e pelo gerenciamento de riscos na Companhia e nas suas subsidiárias.

No mesmo sentido, a Eletrobras revisou contratos específicos nos quais as investigações identificaram possíveis irregularidades tendo sido os mesmos suspensos, quando encontradas quaisquer irregularidades.

Em relação aos empregados e diretores envolvidos nas situações identificadas pela investigação, a Eletrobras já tomou medidas punitivas na esfera administrativa, incluindo a suspensão e o desligamento do contrato de trabalho. Atualmente estão sendo estudadas as possibilidades jurídicas de responsabilização de tais funcionários, na esfera cível, já estando a Eletrobras em negociação com a Advocacia Geral da União quanto à propositura de eventuais ações de improbidade.

Em outubro de 2016, a investigação independente completou a etapa que tinha como objetivo identificar atos ilícitos que pudessem causar eventuais distorções significativas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Nesta etapa foram descobertos superfaturamentos relacionados a licitações fraudulentas oriundas da prática de cartel e propinas que teriam sido pagas por certos empreiteiros e fornecedores contratados, desde 2008, por subsidiárias e algumas das SPE não controladas pela Companhia.

No entanto, não há informações suficientes que permitam à Companhia determinar os períodos específicos em que ocorreram pagamentos em excesso. Assim, a Companhia entende que, após ter envidado todos os esforços razoáveis, é impraticável determinar os efeitos por período específico anteriores, relativos aos pagamentos ilegais em suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo registrado o ajuste para os pagamentos indevidos e, portanto, incorretamente capitalizados, em setembro 2016.

A Companhia não identificou quaisquer contratos após 31 de dezembro de 2015 que possam ter sido afetados pelo esquema de sobre preço. Sendo assim, em 30 de setembro de 2016, a Eletrobras registrou como baixa de custos capitalizados no ativo imobilizado o total de R\$ 211.123 representando valores estimados que as subsidiárias da Eletrobras pagaram indevidamente em períodos anteriores, e, adicionalmente foi baixado do ativo imobilizado um valor de R\$ 143.957 para os quais haviam perdas por impairment registradas anteriormente, ocasionando a reversão parcial de provisão de impairment registrada. Da mesma maneira, a Eletrobras reconheceu uma perda de R\$ 91.464 no resultado de investimento na Norte Energia S.A., SPE não controlada pela Eletrobras e avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

O resumo desses ajustes no balanço patrimonial consolidado e na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é o seguinte:

	31/12/2016
Balanço	
Investimento pelo método de equivalência patrimonial	(27.450)
	(27.450)
Demonstração do Resultado	
Investimento pelo método de equivalência patrimonial	(27.450)
	(27.450)

A Eletrobras vem implementando diversas ações de governança e remediação, adotando medidas necessárias para investigar as alegações relativas à Operação Lava Jato, além de avaliar as possibilidades de ressarcimento face aos danos sofridos em razão de condutas ilícitas.

Contudo, ainda que tenha havido a conclusão da etapa da investigação independente com vistas ao reconhecimento contábil de atos ilícitos, procedimentos adicionais relacionados ao processo investigatório ainda estão em andamento, especialmente para atendimento aos requisitos das comissões de *Enforcement* da SEC e DOJ.

De acordo com o atual conhecimento da Eletrobras, não se espera que esses procedimentos tragam informações relevantes adicionais que possam gerar impactos significativos nas suas demonstrações financeiras. Contudo, as investigações da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas e o Ministério Público Federal poderá levar tempo considerável para concluir todos os seus procedimentos de apuração dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobras a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações financeiras.

Em janeiro de 2017, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou as tratativas para a contratação de escritório de advocacia americana para a condução da nova etapa do processo de investigação. Na mesma reunião, o Conselho de Administração autorizou a assinatura dos instrumentos jurídicos com as autoridades americanas ("*Tooling Agreement e Statute of Limitation The Second Consecutive*"), estendendo o prazo prescricional para a ação de investigação. A assinatura desses documentos demonstra a cooperação e a boa-fé da Eletrobras com relação às autoridades estadunidenses, tratando com clareza e transparência todas as questões corporativas envolvidas.

Para dar continuidade à interlocução junto aos reguladores americanos e brasileiros e ao desenvolvimento dos procedimentos adicionais de investigação, a Eletrobras está realizando um processo licitatório, visando a contratação de escritório de advocacia americana.

Contudo, devido aos procedimentos licitatórios a que a Eletrobras se sujeita como integrante da Administração Pública Indireta, a contratação do escritório de advocacia americana que irá conduzir a nova etapa do processo de investigação ainda não foi concluída.

De forma a garantir a continuidade dos procedimentos de investigação enquanto não se conclui esta contratação, foi constituído um Grupo de Trabalho Transitório de Investigação, formado por integrantes da Diretoria de Conformidade, cuja função precípua é dar andamento a ações decorrentes das atividades exercidas no curso da ação investigativa realizada, sob a supervisão da CIGI.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes, são decorrentes da venda de energia, da disponibilização do sistema de transmissão, de serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do exercício, contabilizados com base no regime de competência e ajustados a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dessas contas a receber.

d) Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras em Letras do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, séries B e F, são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor. Os demais títulos e valores mobiliários, correspondentes a menor parte, estão relacionados a Títulos da Dívida Agrária – TDA e Notas do Tesouro Nacional – NTN, série P, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado e são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável.

e) Cauções e depósitos vinculados

As cauções e depósitos vinculados referem-se a garantias prestadas a instituições financeiras e em leilões de energia elétrica e depósitos judiciais vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa, estão registradas ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

f) Ativos indexados

Os ativos indexados estão atualizados até a data do balanço, e os demais demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais provisões para perdas.

g) Ativo financeiro – Concessões de serviço público

Refere-se a ativo financeiro a receber no âmbito das concessões de energia elétrica pela Receita Anual Permitida ou por indenização.

O Ativo financeiro - Receita Anual Permitida é o valor estimado de recebimento durante o prazo de concessão.

O Ativo financeiro indenizável refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (*IFRIC 12*) e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão. Esses ativos financeiros são remunerados por taxa interna de retorno calculada com base no fluxo de caixa projetado desses investimentos.

Os valores de indenização a receber do poder concedente, decorrente das instalações objeto de renovação serão recebidos reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, sendo: 50% à vista, paga 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria nº 580/2012, ambas acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

h) Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de longo prazo e as de curto prazo quanto o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado na data da transação.

i) Resultado

É apurado pelo regime de competência e considera a constituição e a realização dos créditos fiscais no exercício e a redução do imposto de renda com origem em incentivos fiscais Sudene, calculada com base no lucro da exploração (nota 39).

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são compostas principalmente de juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, dos valores a receber - Lei nº 12.783/2013 e financiamentos e empréstimo, e são reconhecidas pelo regime de competência.

4.18. ASPECTOS ESPECÍFICOS DO SETOR ELÉTRICO**4.18.1 - Receita Anual Permitida – RAP**

A Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões.

De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos.

Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

4.18.2. Receita Anual de Geração - RAG

Homologada pela Aneel, corresponde à receita pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

4.18.3. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos da União Federal e de Consumidores em geral, em parceria com a Companhia.

4.18.4. Reserva Global de Reversão - RGR

Encargo criado pelo Decreto nº 41.019, de 26/02/1957, tendo a sua vigência estendida até 2035, por intermédio da Lei nº 12.431, de 24/06/2011. Refere-se a um valor anual estabelecido pela Aneel, pago mensalmente em duodécimos pelas concessionárias, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação do Serviço Público de Energia Elétrica, como também para financiar a expansão e a melhoria desse serviço. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica e limitado a 3,0% da sua receita anual. Sua gestão é exercida pela Eletrobras. As concessões de Geração e Transmissão de energia elétrica prorrogada ou licitada nos termos da lei nº 12.783/2013, ficam desobrigadas, a partir de 1ª de janeiro de 2013, do recolhimento da cota anual da RGR.

4.18.5. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa

Instituído pela Lei nº 10.438/2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762/2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889/2004, tem o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica, privilegiando empreendedores que não tenham vínculos societários com concessionárias de geração, transmissão, ou distribuição de energia elétrica, e visando, também, ao aumento da participação de agentes no Setor Elétrico.

4.18.6. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

Criada pela Lei nº 7.990/1989, destina-se a compensar os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionada por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Do montante arrecadado mensalmente a título de compensação financeira, 45% destinam-se aos Estados, 45% aos Municípios, 3% ao Ministério do Meio Ambiente, 3% ao Ministério de Minas e Energia e 4% ao Ministério da Ciência e Tecnologia. O cálculo da CFURH baseia-se na geração efetiva das usinas hidrelétricas, de acordo com a seguinte fórmula: $CFURH = TAR \times GH \times 6,75\%$, onde TAR refere-se à Tarifa Atualizada de Referência, estabelecida anualmente pela Aneel (em R\$/MWh) e GH é o montante (em MWh) da geração mensal da usina hidrelétrica. Sua gestão está a cargo da Aneel. A partir da Lei nº 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passou a ser recolhida pela Companhia e arrecadada das distribuidoras por meio de seu faturamento.

4.18.7. Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Criada pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de prover recursos para: i) o desenvolvimento energético dos Estados; ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral, nas áreas atendidas pelos sistemas elétricos interligados; iii) promover a universalização do serviço público de energia elétrica em todo o território nacional. Os recursos são provenientes: (i) dos pagamentos anuais realizados a título de Uso de Bem Público – UBP, estabelecidos nas concessões de geração; (ii) multas aplicadas pela Aneel; e (iii) dos pagamentos de cotas anuais por parte de todos os agentes que comercializam energia elétrica com o consumidor final no Sistema Interligado Nacional - SIN, com base nos valores da CCC dos sistemas interligados referentes ao ano de 2001, atualizados anualmente pelo crescimento do mercado e pelo IPCA. Sua gestão está a cargo do Ministério de Minas e Energia e da Eletrobras, a partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

4.18.8. Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Criado pela Lei nº 9.991/2000, o programa de P&D estabelece que as concessionárias e permissionárias do serviço público de geração e transmissão de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor

Elétrico. Os recursos são destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia e aos agentes, a serem aplicados em projetos aprovados pela Aneel. Estão envolvidos com a sua gestão os Ministérios da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, como também a Aneel e os próprios agentes.

4.18.9. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE

Instituída pela Lei nº 9.427/1996, equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizada do Serviço Público de Energia Elétrica. Seu valor anual é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita para a cobertura do custeio de suas atividades. Para os segmentos de geração e de transmissão (produtores independentes, autoprodutores, concessionários, permissionários) o valor é determinado no início de cada ano civil, e para os distribuidores, o cálculo se dá a cada data de aniversário da concessão. Os valores estabelecidos em resolução são pagos mensalmente em duodécimos, e sua gestão é exercida pela Aneel.

4.18.10. Encargo de Energia de Reserva - EER

Encargo cobrado de todos os usuários do Sistema Interligado Nacional - SIN, decorrente da comercialização da Energia de Reserva existente a partir do Decreto nº 6.353, de 16 de janeiro de 2008, com objetivo de elevar a segurança no fornecimento de energia elétrica do SIN. Em janeiro de 2009, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE passou a representar os agentes de consumo dessa energia e a responder pela centralização da relação contratual entre as partes (Contratos de Energia de Reserva - CER), pelo recolhimento do encargo e gestão da Conta de Energia de Reserva - CONER. O encargo é apurado de acordo com as Regras de Comercialização de Energia Elétrica, aprovadas por meio da Resolução Normativa da ANEEL nº 385/2009.

5 - PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

a) Participação de não controladores

A Companhia mensura a participação de não-controladores na investida pela participação proporcional nos ativos líquidos.

b) Controladas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram preparadas de acordo com as normas vigentes e incluem as da Chesf, das empresas do Complexo Eólico Pindaí I, Complexo Eólico Pindaí II, Complexo Eólico Pindaí III e Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN – S.A.. A consolidação da Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN – S.A. e de equivalência patrimonial em suas investidas, foram utilizadas as participações acionárias conforme descritas no quadro 19.1.1.

Os Balanços Patrimoniais e as Demonstrações dos Resultados das investidas, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial e consolidação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R2) (IAS 28), em seus itens 33 e 34, são levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Entretanto, ainda de acordo com os citados pronunciamentos, tornou-se necessária a utilização de demonstrações com defasagem de até 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes, quando da ocorrência de efeitos de eventos e transações relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes. Desta forma, foram utilizadas as demonstrações financeiras das investidas para equivalência patrimonial e consolidação, quando aplicável, de 30 de novembro de 2016.

c) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo.

Os investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com

a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

d) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados.

6 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	33.741	10.911	39.334	59.686
Aplicações financeiras	3.228	142.985	101.065	314.181
Total	36.969	153.896	140.399	373.867

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, ou seja, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia mantém suas aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, em fundos exclusivos extramercado com carteira composta, em sua maioria, de títulos de emissão do Tesouro Nacional caracterizadas por operações compromissadas, que possuem garantia de recompra diária pelas instituições financeiras a uma taxa previamente estabelecida pelas partes. Adicionalmente, as aplicações financeiras de curto prazo também contemplam LTN, NTN e LFT com vencimentos em até 90 dias.

A composição das aplicações financeiras era a seguinte em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Remuneração anual	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aplicação financeira					
Banco do Brasil					
BB Extramercado Exclusivo 8 FI RF LTN	15,91%	-	14.316	-	14.316
		-	14.316	-	14.316
BB CP 50	-	-	-	56.785	147.069
Caixa Econômica Federal					
FI CX Extramercado III IRFM-1 RF LTN	14,24%	-	73.261	-	73.261
		-	73.261	-	73.261
FI CX Extramercado IV IRFM RF LP LTN	14,79%	3.228	55.408	3.228	55.408
Operações compromissadas		-	50.973	-	50.973
		3.228	4.435	3.228	4.435
Giro	-	-	-	16.277	13.245
Poupança	-	-	-	23.881	10.686
CDB	-	-	-	894	196
Total		3.228	142.985	101.065	314.181

No exercício de 2016, a principal variação ocorrida nas aplicações financeiras da Companhia decorrem de bloqueio judicial referente a ação judicial do Fator K (nota 11.2).

7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e valores mobiliários possuem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			
	Vencimento	Remuneração	31/12/2016	31/12/2015
Participações minoritárias	-	JCP/Dividendos	25	25
Fundo Exclusivo - Letras Tesouro Nacional (LTN)	Após 90 dias	Pré Fixado	-	308.388
Fundo Exclusivo - Notas do Tesouro Nacional (NTN) - B	Após 90 dias	IPCA	-	170.947
Fundo Exclusivo - Notas do Tesouro Nacional (NTN) - F	Após 90 dias	Pré Fixado	-	3.421
Títulos da dívida agrária – TDA	Março/2017	TR + 3% a.a.	6.545	5.090
TVM - Fundo de Energia do Nordeste - FEN			13.126	-
Total Circulante			19.696	487.871
Notas do Tesouro Nacional – NTN - P	01/01/2030	TR + 6% a.a.	174	163
Títulos da dívida agrária – TDA	Até março/2019	TR + 3% a.a.	1.465	2.782
Total Não Circulante			1.639	2.945
Total			21.335	490.816

As ações ordinárias e preferenciais representam participações minoritárias em empresas de telecomunicações, registradas ao valor de custo de aquisição no Ativo Circulante, ajustadas a valor de mercado quando este for inferior ao valor de custo.

As Notas do Tesouro Nacional – NTN - série P são provenientes da venda de títulos de ações representativos de participações minoritárias, depositados no Fundo Nacional de Desestatização - FND, no âmbito do Decreto nº 1.068/1994 classificadas como *títulos mantidos até o vencimento*. Durante o exercício de 2016, as Notas do Tesouro Nacional - NTN - série P tiveram taxa efetiva média no valor de 1,76% a.a.

Os Títulos da Dívida Agrária – TDA são provenientes da ação desapropriatória da União Federal, por interesse social, para fins de reforma agrária, de propriedades rurais da Companhia, nos termos do Estatuto da Terra - Lei nº 4.504, de 30/11/1964, e estão classificadas como *títulos mantidos até o vencimento*. Os títulos registrados no Ativo Não Circulante/Realizável a Longo Prazo possuem vencimentos até 2019. Durante o exercício de 2016, os Títulos da Dívida Agrária - TDA tiveram taxa efetiva média no valor de 7,16% a.a.

Os fundos exclusivos extramercado com carteira composta substancialmente de títulos públicos federais (LTNs e NTNs, séries B e F), emitidos pelo Tesouro Nacional, junto ao Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. – BB-DTVM e à Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para empresas estatais emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03/12/1973, e da Resolução nº 4.034, de 30/11/2011, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu os mecanismos para as aplicações das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta, estando classificadas como mantidas para negociação e mensurada a valor justo por meio do resultado.

Fundo de Energia do Nordeste (FEN)

Fundo setorial, criado pela Medida Provisória nº 677/2015, convertida na Lei nº 13.182, de 03 de novembro de 2015. Os recursos que serão revertidos para o fundo correspondem à diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Companhia e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Companhia venha a possuir participação acionária de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

8 - CLIENTES

Os créditos a receber de curto e longo prazos decorrentes de operações com energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão apresentam o seguinte perfil:

	Controladora					
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/12/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>						
Suprimento de energia	165.749	6.339	136.550	142.889	308.638	227.404
Fornecimento de energia	71.956	15.398	205.124	220.522	292.478	276.907
Disponibilização do Sistema de Transmissão	94.047	2.395	54.501	56.896	150.943	136.022
Conexão ao sistema de transmissão	13.150	1.334	6.152	7.486	20.636	13.484
Comercialização na CCEE	11.533	-	-	-	11.533	23.367
Parcelamento	4.732	3.195	46.880	50.075	54.807	44.486
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(513)	-	-	-	(513)	(171)
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.244)	(23.661)	(433.483)	(457.144)	(459.388)	(348.677)
Total Circulante	358.410	5.000	15.724	20.724	379.134	372.822
<u>Não Circulante</u>						
Parcelamento	430	-	-	-	430	5.592
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(62)	-	-	-	(62)	(606)
Total Não Circulante	368	-	-	-	368	4.986
Total	358.778	5.000	15.724	20.724	379.502	377.808

	Consolidado					
	A vencer	Vencidos			Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias	Total	31/12/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>						
Suprimento de energia	165.749	6.339	136.550	142.889	308.638	227.404
Fornecimento de energia	71.956	15.456	205.124	220.580	292.536	276.907
Disponibilização do Sistema de Transmissão	100.099	2.395	54.501	56.896	156.995	137.029
Conexão ao sistema de transmissão	15.384	1.334	6.152	7.486	22.870	18.034
Comercialização na CCEE	11.533	-	-	-	11.533	23.367
Parcelamento	4.732	3.195	46.880	50.075	54.807	44.486
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(513)	-	-	-	(513)	(171)
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.244)	(23.661)	(433.483)	(457.144)	(459.388)	(348.677)
Total Circulante	366.696	5.058	15.724	20.782	387.478	378.379
<u>Não Circulante</u>						
Parcelamento	430	-	-	-	430	5.592
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(62)	-	-	-	(62)	(606)
Total Não Circulante	368	-	-	-	368	4.986
Total	367.064	5.058	15.724	20.782	387.846	383.365

• **PARCELAMENTO**

Parte dos créditos a receber antes relacionados sofreu renegociação conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Ligas do Brasil S.A.	45.598	35.000
Celpe S.A.	5.162	10.323
Santana Têxtil	4.477	3.437
New Energy	-	1.318
	55.237	50.078
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(50.075)	(38.437)
(-) Provisão de ajuste a valor presente	(575)	(777)
Total	4.587	10.864
Circulante	4.219	5.878
Não Circulante	368	4.986

Os parcelamentos têm as seguintes características:

- **Ligas do Brasil S.A. – Libra** – Termo de Confissão de Dívida firmado entre Chesf e a Ligas do Brasil S.A. – Libra, datado de 01/09/2004, no montante de R\$ 3.423 com pagamento em 36 parcelas mensais, vencíveis a partir de 25/09/2004, corrigidas pela Selic, mais juros de 1% a.m.. As parcelas vencidas desde novembro/2005, estavam em fase de cobrança judicial por meio do Processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001, movido na Justiça Estadual de Pernambuco, na 24ª Vara Cível da Capital. Em razão do Acordo firmado entre a Chesf e a Libra, foi pedida a extinção do processo nº 0126653-84.2009.8.17.0001 que se operou em 05/05/2010. Contudo, tal transação referiu-se apenas às faturas de consumo de energia elétrica vincendas a partir de maio de 2010. Foi interposta, pela Chesf, nova Ação Ordinária de cobrança que tramita na 17ª vara cível da capital, tombada sob o nº 00282992-95.2010.8.17.0001, objetivando a recuperação de créditos relativos a faturas atrasadas.

A Companhia manteve no exercício o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores

- **Santana Têxtil** – Termos de Reconhecimento e Pagamento de Dívida nº 001/2012 no valor de R\$ 4.055, pagável em 24 (vinte e quatro) parcelas; datado de 18/06/2012, com suas respectivas parcelas corrigidas pela SELIC mais juros de 1% a.m.. Foi emitida CE-PR-400/2013 de 11/11/2013, comunicando a rescisão contratual.

A Companhia manteve no exercício o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa desses valores.

- **Celpe S.A.** - Plano de Recuperação Judicial, no valor de R\$ 25.810, aprovado em 01/09/2012 pela Assembleia de Credores. Esse valor deverá ser pago pela Celpe em 60 (sessenta) parcelas mensais, iguais e sucessivas, sem incidência de juros e correção monetária. A Companhia mantém provisão de ajuste a valor presente deste contas a receber no valor de R\$ 575.

• **PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

	Controladora e Consolidado
Saldos em 31/12/2015	(348.677)
Constituição	(112.315)
Reversão	673
Baixa	931
Saldos em 31/12/2016	(459.388)

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável. Considera uma análise individual das contas a receber vencidas, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros. Neste exercício, as principais variações ocorridas foram decorrentes de variação monetária, juros incorporados ao contas a receber de clientes e a inadimplência do período.

9 – VALORES A RECEBER – LEI Nº 12.783/2013

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Anterior	487.822	2.093.532
Valores Recebidos	-	(1.625.575)
Atualização do exercício	-	519.106
Remensuração de cálculo de atualização	-	(499.241)
Total	487.822	487.822

Conforme facultado pelo art. 4º da Portaria nº 580/2012, a Companhia solicitou o recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa: 50% à vista, paga 45 dias após a assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da respectiva Portaria, ambas acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

Os valores a receber decorrente dessa indenização foram reajustados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA até a data do seu efetivo pagamento.

Em decorrência da remensuração em 2015 do cálculo da atualização dos valores a receber da Lei 12.783/2013, a Companhia possui provisionado o montante de R\$ 162.378 para fazer face a possível ressarcimento. Em 13/01/2017, foi publicado Despacho Aneel que estabelece prazo de 6 meses para pagamento desses valores a partir de 01/07/2017.

10 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

10.1 - Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>				
Tributos a recuperar	101.347	182.209	105.437	188.180
	101.347	182.209	105.437	188.180
<u>Não Circulante</u>				
Tributos a recuperar	187.637	175.844	187.637	175.844
Ativos fiscais diferidos	202.252	-	202.252	-
	389.889	175.844	389.889	175.844
Total	491.236	358.053	495.326	364.024

10.2 – Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>				
IRPJ/CSLL	96.353	164.716	99.838	168.865
IR Fonte	-	-	605	1.455
Finsocial	2.608	2.447	2.608	2.447
PIS/Pasep	150	1.735	150	1.799
Cofins	691	7.989	691	8.288
Outros	1.545	5.322	1.545	5.326
	101.347	182.209	105.437	188.180
<u>Não Circulante</u>				
Finsocial	8.018	7.523	8.018	7.523
PIS/Pasep	18.084	16.946	18.084	16.946
Cofins	161.535	151.375	161.535	151.375
	187.637	175.844	187.637	175.844
Total	288.984	358.053	293.074	364.024

PIS/Pasep e Cofins – Inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do Pis/Pasep e da Cofins e deu novo conceito ao faturamento que passou a abranger todas as receitas auferidas pela pessoa jurídica independentemente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

A referida decisão somente beneficiou as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados. Com base no Código Tributário Nacional - CTN, a Companhia ingressou, em 09 de junho de 2005, com requerimento administrativo na Secretaria da Receita Federal do Brasil com o fim de obter o reconhecimento do direito e a restituição dos valores pagos a maior em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições, pelo STF.

Com o indeferimento do citado recurso pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Companhia ingressou com ações judiciais ordinárias, em julho de 2006, para a recuperação desses créditos de Pis/Pasep e da Cofins tendo obtido julgamento favorável.

No entanto, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar a constitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 118/2005 (RE 566.621/RS), concluiu que o prazo prescricional de 10 (dez) anos incide apenas sobre os processos ajuizados ou requerimentos administrativos apresentados até 08 de junho de 2005. Tendo em vista esse entendimento da Suprema Corte, a União Federal (Fazenda Nacional) impugnou a liquidação da condenação (apuração dos valores) e também ajuizou ação rescisória perante o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, visando desconstituir parcialmente a decisão favorável à Companhia, o que representaria uma redução dos valores devidos. A ação rescisória foi julgada procedente para desconstituir a sentença. Foram interpostos embargos de declaração, que não foram providos, com o que a Chesf interpôs recurso especial, uma vez que a matéria constitucional suscitada pela Chesf na rescisória não havia sido apreciada pelo TRF5. O STJ deu provimento ao recurso da Chesf, anulando o julgamento proferido nos embargos de declaração à rescisória e determinando ao TRF5 que profira outro julgamento. Desde 24/11/2015 o processo se encontra com o relator no TRF5.

Em virtude do posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal – STF é provável que os recursos pendentes de julgamento retornem aos órgãos de origem para adequação à orientação da Corte Constitucional.

Consubstanciado na opinião dos seus consultores jurídicos sobre a ação judicial referente à COFINS, com sentença já transitada em julgado, no Comunicado Técnico nº 05/2009 do Ibracon e na Deliberação CVM nº 594/2009, a Companhia mantém registrado contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar, o montante estimado de crédito ao valor provável de realização (valor original corrigido), correspondente a R\$ 161.535, os quais serão futuramente compensados com tributos federais devidos pela Companhia.

Em relação ao Pis/Pasep, a ação judicial também teve sua sentença transitada em julgado e atualmente encontra-se em fase de liquidação de valores, com crédito fiscal estimado relativo ao período de agosto de 2001 a novembro de 2002, que, atualizado até o final deste exercício, corresponde a R\$ 18.084, registrado contabilmente no grupo de impostos e contribuições a recuperar de acordo com o comunicado técnico do Ibracon e com a deliberação da CVM citados anteriormente.

10.3 – Ativos fiscais diferidos

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Ativo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26(R1) (IAS 1) e 32 (IAS 12), aprovados pelas Deliberações CVM nº 595 e 599, ambas de 15/09/2009, ativos diferidos, no montante de R\$ 202.252, resultantes de Prejuízos Fiscais e Base Negativa da Contribuição Social, conforme distribuição a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Prejuízo fiscal	510.434	-
Base negativa da contribuição social	829.391	-
Créditos Fiscais		
. Imposto de renda sobre prejuízo fiscal	127.607	-
. Contribuição social sobre base negativa	74.645	-
	202.252	-
Não circulante	202.252	-

Tais efeitos contemplam a aplicação da alíquota de 9% para a Contribuição Social e para o Imposto de Renda da alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%.

Os créditos fiscais relativos a Imposto de Renda - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, provenientes de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL serão utilizados de acordo com a realização do passivo fiscal diferido ou com a obtenção de lucro tributável.

A realização desses ativos foi estimada conforme tabela abaixo:

2017	11.561
2018 a 2020	68.973
Após 2022	121.718
Total	202.252

11 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

11.1 - Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Cauções e outros depósitos vinculados	15.533	10.982	15.561	11.010
	15.533	10.982	15.561	11.010
Não Circulante				
Depósitos vinculados a litígios	1.009.010	909.862	1.009.010	909.862
Cauções e outros depósitos vinculados	111.163	113.175	111.163	113.175
	1.120.173	1.023.037	1.120.173	1.023.037
Total	1.135.706	1.034.019	1.135.734	1.034.047

11.2 - Depósitos vinculados a litígios

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	194.620	186.492
Cíveis	739.040	624.697
Fiscais	75.350	98.673
Total	1.009.010	909.862

Referem-se a valores vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa. Do montante registrado em 31/12/2016, R\$ 899.185 (R\$ 783.960, em 31/12/2015) estão diretamente relacionados às provisões

relativas a processos trabalhistas, cíveis e fiscais, com risco de perda provável, demonstrados na nota 29, sendo a variação no período motivada, em grande parte, pelo bloqueio judicial de aplicações financeiras da Companhia, no âmbito do processo do Fator K (nota 48).

O valor referente à atualização monetária, registrado no exercício de 2016 como receita financeira é de R\$ 39.892 (R\$ 25.673 em 2015).

11.3 - Cauções e outros depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>				
Cauções referentes a leilões de energia elétrica	-	10.980	-	10.980
Caução contratual CEF - empréstimo	15.531	-	15.531	-
Outros	2	2	30	30
	15.533	10.982	15.561	11.010
<u>Não Circulante</u>				
Caução contratual BB	16.150	30.150	16.150	30.150
Caução contratual CEF - outras	15.595	40.000	15.595	40.000
Caução contratual Bradesco	53.404	-	53.404	-
Caução contratual BNB	2.982	-	2.982	-
Carta de crédito BNB	21.950	41.943	21.950	41.943
Garantia contratual BNB	1.082	1.082	1.082	1.082
	111.163	113.175	111.163	113.175
Total	126.696	124.157	126.724	124.185

A caução contratual CEF – empréstimo foi constituída em garantia ao contrato de empréstimo contraído junto ao banco.

A caução contratual CEF – outras foi constituída em garantia como de operações de liquidação financeira no âmbito da CCEE, ofertada através de contrato de cessão de direitos creditórios, firmado junto ao banco, com recursos aportados em fundo extramercado.

A caução contratual Bradesco foi constituída em garantia junto ao BNDES com saldo equivalente a 6 (seis) prestações de amortização do financiamento concedido.

A carta de crédito BNB refere-se a reserva com saldo equivalente a 3 (três) prestações de amortização do financiamento concedido, em garantia ao contrato junto ao banco.

12 – ALMOXARIFADO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Matéria-prima para a produção de energia elétrica	276	276
<u>Material</u>		
Almoxarifado	64.105	64.524
Destinado a alienação	7.171	11.669
Outros	4.812	6.643
	76.088	82.836
Adiantamentos a fornecedores	283	366
Total	76.647	83.478

13 – SERVIÇOS EM CURSO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>		
Pessoal	59.675	46.135
Material	17.202	9.363
Serviços de terceiros	104.407	100.164
Pesquisa e desenvolvimento	1.822	1.738
Outros	7.063	5.137
	190.169	162.537
<u>Não Circulante</u>		
Outros	75.000	75.000
	75.000	75.000
Total	265.169	237.537

Os serviços em curso estão relacionados aos gastos com pessoal, material, serviços, dentre outros, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria Companhia, bem como os valores relativos aos gastos com pesquisa e desenvolvimento, gastos reembolsáveis, a exemplo de estudos e projeto que serão objetos de leilão, que quando de sua conclusão poderão em função de seu desfecho, serem classificados como contas a receber, imobilizado, intangível ou resultado.

O valor do não circulante refere-se ao aporte realizado pela Companhia, em consonância às obrigações legais, para execução de Projeto de P&D-ANEEL, denominado Pesquisas e Desenvolvimento de Tecnologias para Linhas de Transmissão em Ultra-Alta Tensão, com prazo de duração previsto de 60 meses.

14 – ATIVO FINANCEIRO - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, firmados com o Poder Concedente - Governo Federal representado pela Aneel - sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do Poder Concedente.

A tarifação da transmissão é controlada pela Aneel, reajustada anualmente e revisada a cada período de cinco anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, considerando tanto os investimentos efetuados pela Companhia como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança dos serviços é feita diretamente aos usuários das linhas de transmissão, pelo faturamento da Receita Anual Permitida – RAP ajustada mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS via avisos de créditos.

A geração de energia elétrica tem sua receita e sistema de arrecadação na modalidade preço para as usinas que não tiveram a sua concessão prorrogada e tarifação para as demais usinas, e a comercialização de energia elétrica se dá por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia elétrica, realizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre as energias geradas e vendidas na forma dos contratos descritos, são comercializadas no mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

Os prazos e outras informações sobre as concessões estão descritas na nota 2.

A ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) e a OCPC 05 orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações relacionados aos contratos de concessão desses serviços.

A ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) aplica-se aos contratos de concessão público-privados nos quais o Poder Concedente:

- Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;
- Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;
- Controla/detém interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Nos termos da ICPC 01(R1) (*IFRIC 12*) uma concessão público-privada deve apresentar as seguintes características:

- Existe uma infraestrutura subjacente à concessão, a qual é utilizada para prestar serviços;
- Existe um acordo/contrato entre o concedente e o operador;

- O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;
- O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, diretamente do concedente, dos utilizadores das infraestruturas, ou de ambos;
- As infraestruturas são transferidas para o concedente no final da concessão, de forma gratuita ou onerosa.

Tanto no negócio de Transmissão de energia elétrica quanto no negócio de Geração, relacionado às usinas que tiveram suas concessões prorrogadas, a ICPC 01(R1) (IFRIC 12) é aplicável com a utilização do Modelo Financeiro.

Em decorrência da adoção dessas normas e resultante do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu um Ativo Financeiro correspondente à remuneração pelo uso da infraestrutura e um Ativo Financeiro indenizável correspondente ao valor devido pelo Poder Concedente.

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2016, R\$ 1.929.472 como contas a receber do Poder Concedente, após os efeitos da Lei nº 12.783/2013, referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões (R\$ 1.798.054, em 31/12/2015). Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão, Ativo financeiro – RAP, R\$ 13.200.039 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3.495.420, em 31/12/2015), foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos Ativos Financeiros – concessão do serviço público e o Ativo financeiro – indenizável, sendo que este representa o menor entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição, dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão no término do contrato.

O valor justo do ativo financeiro é apurado por meio do fluxo de caixa dos contratos, que contemplam as entradas de caixa previstas através da Receita Anual Permitida – RAP, deduzida da parcela correspondente a remuneração dos custos com operação e manutenção dos ativos, além da indenização prevista ao término do contrato de concessão, ajustado pela correspondente taxa interna de retorno.

14.1 – Movimentação do Ativo Financeiro

Em 2016, esses ativos financeiros tiveram a seguinte movimentação:

	Controladora					Saldo em 31/12/2016
	Saldo em 31/12/2015	Movimentação				
		Ingressos	Atualização	Amortização		
Transmissão						
Ativo financeiro indenizável	1.588.752	93.054	8.267	-	-	1.690.073
Ativo financeiro – RAP	3.495.420	452.209	9.384.441	(132.031)	-	13.200.039
(-) Impairment da transmissão	(1.320.054)	-	-	-	(2.042.488)	(3.362.542)
Geração						
Ativo financeiro - RAG	-	473	-	-	-	473
Ativo financeiro amortizável	209.302	11.205	84.449	(84.842)	-	220.114
Ativo financeiro indenizável	-	18.419	-	-	-	18.419
Total	3.973.420	575.360	9.477.157	(216.873)	(2.042.488)	11.766.576
Circulante	77.514					1.255.246
Não Circulante	3.895.906					10.511.330

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2015	Movimentação				Saldo em 31/12/2016
		Ingressos	Atualização	Amortização	Impairment	
Transmissão						
Ativo financeiro indenizável	1.769.730	93.054	8.267	-	-	1.871.051
Ativo financeiro – RAP	3.990.526	459.682	9.428.936	(177.160)	-	13.701.984
(-) Impairment da transmissão	(1.333.827)	-	-	-	(2.042.488)	(3.376.315)
Geração						
Ativo financeiro - RAG	-	473	-	-	-	473
Ativo financeiro amortizável	209.302	11.205	84.449	(84.842)	-	220.114
Ativo financeiro indenizável	-	18.419	-	-	-	18.419
Total	4.635.731	582.833	9.521.652	(262.002)	(2.042.488)	12.435.726
Circulante	114.207					1.314.991
Não Circulante	4.521.524					11.120.735

	Controladora	Controladora				Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 31/12/2014	Movimentação				
		Ingressos	Atualização	Amortização	Impairment	
Transmissão						
Ativo financeiro indenizável	1.482.870	105.882	-	-	-	1.588.752
Ativo financeiro – RAP	2.925.624	638.313	22.398	(90.915)	-	3.495.420
(-) Impairment da transmissão	(961.522)	-	-	-	(358.532)	(1.320.054)
Geração						
Ativo financeiro indenizável	158.348	50.954	-	-	-	209.302
(-) Impairment da geração	(24.827)	-	-	-	24.827	-
Total	3.580.493	795.149	22.398	(90.915)	(333.705)	3.973.420
Circulante	77.833					77.514
Não Circulante	3.502.660					3.895.906

	Controladora	Consolidado				Saldo em 31/12/2015
	Saldo em 31/12/2014	Movimentação				
		Ingressos	Atualização	Amortização	Impairment	
Transmissão						
Ativo financeiro indenizável	1.482.870	278.272	18.853	(10.265)	-	1.769.730
Ativo financeiro – RAP	2.925.624	1.115.941	60.773	(111.812)	-	3.990.526
(-) Impairment da transmissão	(961.522)	-	-	-	(372.305)	(1.333.827)
Geração						
Ativo financeiro indenizável	158.348	50.954	-	-	-	209.302
(-) Impairment da geração	(24.827)	-	-	-	24.827	-
Total	3.580.493	1.445.167	79.626	(122.077)	(347.478)	4.635.731
Circulante	77.833					114.207
Não Circulante	3.502.660					4.521.524

14.2 – Teste de Recuperabilidade de ativos – Impairment (controladora)

Neste exercício, a Companhia realizou teste de impairment, para suas unidades geradoras de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 6,33% (7,06% para o período de fruição de benefício fiscal) para o segmento de geração não renovado, e 6,02% (6,71% para o período de fruição de benefício fiscal) para o segmento de geração renovado e de transmissão. A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma provisão para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos, no montante de R\$ 2.042.488 (R\$ 333.705, em 2015).

UGC - Impairment	Ano do fim da concessão	Ativo Financeiro (na data do teste)	Taxa de Desconto	Impairment reconhecido em 2015	Impairment reconhecido em 2016
Geração					
UHE Luiz Gonzaga	2042	30.603	6,02%	24.827	-
		30.603		24.827	-
Transmissão					
Contrato nº 061/2001	2042	12.094.924	6,02%	(174.389)	(1.902.617)
Demais contratos de transmissão	Até 2042	2.795.190	6,02%	(184.143)	(139.871)
		14.890.114		(358.532)	(2.042.488)
Total		14.920.717		(333.705)	(2.042.488)

15 – DIVIDENDOS A RECEBER

Correspondem aos dividendos a receber das SPEs conforme quadro abaixo:

Circulante	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2015
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	23.035	13.575
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	9.891	5.780
Manaus Construtora Ltda.	9.178	9.178
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	8.974	-
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	7.324	-
Energética Águas da Pedra S.A.	4.743	2.181
Manaus Transmissora de Energia S.A.	3.934	50
Integração Transmissora de Energia S.A.	1.171	1.209
Complexo Eólico Sento Sé I	1.391	1.350
Complexo Eólico Sento Sé II	231	-
Complexo Eólico Pindaí I	141	-
Vamcruz I Participações S.A.	-	523
Total	70.013	33.846

Circulante	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	23.035	13.575
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	9.891	5.780
Manaus Construtora Ltda.	9.178	9.178
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	8.974	-
Energética Águas da Pedra S.A.	4.743	2.181
Manaus Transmissora de Energia S.A.	3.934	50
Integração Transmissora de Energia S.A.	1.171	1.209
Complexo Eólico Sento Sé I	1.391	1.350
Complexo Eólico Sento Sé II	231	-
Complexo Eólico Pindaí I	141	-
Vamcruz I Participações S.A.	-	523
Total	62.548	33.846

16 – FACHESF SAÚDE MAIS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Fachesf Saúde Mais	8.448	42.095
Não Circulante		
Fachesf Saúde Mais	78.636	92.265
Total	87.084	134.360

Corresponde a adiantamentos para cobertura dos gastos referentes ao plano de saúde disponibilizado aos empregados participantes do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV, conforme nota 26. Conforme convênio, ao término do plano os valores por ventura não utilizados serão devolvidos a Companhia.

17 – ADIANTAMENTOS A CONTROLADAS EM CONJUNTO (AFAC)

Corresponde a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes SPEs:

17.1 - Composição:

Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	590.189	590.189	-	-
ESBR Participações S.A.	267.600	105.200	267.600	105.200
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	101.000	101.000	101.000	101.000
Cia. Energética SINOP S.A.	-	36.750	-	36.750
Vamcruz I Participações S.A.	43.099	66.892	43.099	66.892
Chapada Piauí II Holding S.A.	35.213	-	35.213	-
Serra das Vacas Holding S.A.	9.443	25.005	9.443	25.005
Chapada Piauí I Holding S.A.	-	14.040	-	14.040
Total	1.046.544	939.076	456.355	348.887

17.2 – Movimentação dos adiantamentos a controladas em conjunto (AFAC)

Controladora						
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Devoluções	Capitalizações	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2016
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	590.189	-	-	-	-	590.189
ESBR Participações S.A.	105.200	162.400	-	-	-	267.600
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	101.000	-	-	-	-	101.000
VamCruz I Participações S.A.	66.892	-	(7.350)	(16.443)	-	43.099
Chapada do Piauí II Holding S.A.	-	35.213	-	-	-	35.213
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	25.005	-	(12.560)	(4.551)	1.549	9.443
Companhia Energética SINOP S.A.	36.750	80.360	-	(117.110)	-	-
Chapada do Piauí I Holding S.A.	14.040	-	-	(14.040)	-	-
Total	939.076	277.973	(19.910)	(152.144)	1.549	1.046.544

No exercício de 2016 foi efetuado encontro de contas com a ESBR Participações S.A. no montante de R\$ 12.839 referente a valores a receber da TUST.

No exercício foram efetuados AFACs na Companhia Energética SINOP S.A., no montante de R\$ 80.360, sendo R\$ 62.660 efetuados diretamente pela nossa controladora, a Eletrobras. Estes recursos foram obtidos mediante empréstimos conforme demonstrado na nota 24.

Consolidado						
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Devoluções	Capitalizações	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2016
ESBR Participações S.A.	105.200	162.400	-	-	-	267.600
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	101.000	-	-	-	-	101.000
VamCruz I Participações S.A.	66.892	-	(7.350)	(16.443)	-	43.099
Chapada do Piauí II Holding S.A.	-	35.213	-	-	-	35.213
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	25.005	-	(12.560)	(4.551)	1.549	9.443
Companhia Energética SINOP S.A.	36.750	80.360	-	(117.110)	-	-
Chapada do Piauí I Holding S.A.	14.040	-	-	(14.040)	-	-
Total	348.887	277.973	(19.910)	(152.144)	1.549	456.355

17.3 – Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.

Em 10 de junho de 2011, o consórcio Extremoz, constituído por CTEEP (51%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (49%), arrematou, em sessão pública realizada na BM&F Bovespa, o lote A do leilão ANEEL nº 001/2011, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV. Em 07 de julho do mesmo ano foi constituída a Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A., observando as mesmas participações, com o objetivo de explorar o serviço concedido.

Este projeto tem investimento estimado em R\$ 560,0 milhões e RAP de R\$ 31,9 milhões, (base junho de 2011).

Ainda em 2011 a CTEEP manifestou sua intenção de retirar-se do consórcio, comprometendo-se a permanecer na composição societária até a conclusão de todos os trâmites junto a Aneel, que foi aceita pela Companhia.

Nesse sentido, a Chesf passou a realizar Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFACs na investida, de forma a honrar os compromissos assumidos e necessários à viabilização do empreendimento, até que a saída da acionista CTEEP seja aprovada pelos órgãos reguladores de controle e demais instâncias cabíveis e a Chesf assumia a totalidade das ações da SPE.

Os trâmites necessários para a efetiva retirada da CTEEP da sociedade foram concluídos junto a Aneel. No 4º trimestre de 2015 a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE culminou na assunção de todos os riscos e benefícios do empreendimento pela Chesf.

18 - OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>				
Adiantamentos a empregados	26.280	45.804	26.448	45.807
Financiamentos a terceiros	827	3.214	827	3.214
Alienações em curso	12.446	21.820	12.446	21.820
Prêmios de seguros	2.579	4.246	2.678	4.423
Gastos reembolsáveis	12.962	11.477	12.962	11.477
Alienações de bens e direitos	16.830	14.837	16.830	14.837
Adiantamentos a fornecedores	18.717	18.271	18.834	18.295
Serviços prestados a terceiros	20.679	9.389	20.679	9.389
Contas a receber - Eletropar	479	3.655	479	3.655
Outros	6.934	21.763	8.875	22.368
	118.733	154.476	121.058	155.285
<u>Não Circulante</u>				
FGTS - Conta-Empresa	4.244	4.552	4.244	4.552
Bens destinados a alienação	10.493	10.542	10.493	10.542
Financiamentos a terceiros	-	795	-	795
Reserva Global de Reversão	14.396	10.623	14.396	10.623
Contas a receber - Eletropar	479	958	479	958
Outros	-	15	-	15
	29.612	27.485	29.612	27.485
Total	148.345	181.961	150.670	182.770

19 - INVESTIMENTOS
19.1 - Composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<u>Participações societárias permanentes</u>				
Controladas	624.439	598.935	-	-
Controladas em conjunto	5.462.103	4.351.282	5.462.103	4.351.282
Coligadas	104.650	103.307	104.650	103.307
Outras participações	549	529	549	529
Total participações societárias	6.191.741	5.054.053	5.567.302	4.455.118
<u>Outros investimentos</u>				
Bens e direitos para uso futuro	2.212	2.212	2.212	2.212
Outros	1.091	1.091	1.091	1.091
Total outros investimentos	3.303	3.303	3.303	3.303
(-) Provisão para perdas em investimentos	(278.613)	-	(278.613)	-
Total	5.916.431	5.057.356	5.291.992	4.458.421

19.1.1 – Provisão para perdas em investimentos

Em 31 de dezembro de 2016 foi constituída provisão para perdas em investimento no montante de R\$ 278.613, decorrente de perdas por redução ao valor recuperável nas participações societárias em SPEs analisadas sob a ótica do investidor a partir de premissas praticadas no sistema Eletrobras (nota 36).

19.1.2 – Participação direta

Empresas	31/12/2016	31/12/2015
Controladas		
Complexo Eólico Pindaí I		
- Acauã Energia S.A.	99,93%	99,93%
- Angical 2 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Arapapá Energia S.A.	99,90%	99,90%
- Caititu 2 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Caititu 3 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Carcará Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Corrupião 3 Energia S.A.	99,96%	99,96%
- Teiú 2 Energia S.A.	99,95%	99,95%
Complexo Eólico Pindaí II		
- Coqueirinho 2 Energia S.A.	99,98%	99,98%
- Papagaio Energia S.A.	99,96%	99,96%
Complexo Eólico Pindaí III		
- Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	83,01%	83,01%
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	100,00%
Controladas em conjunto		
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	49,00%
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	12,00%
ESBR Participações S.A.	20,00%	20,00%
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	24,50%
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	19,50%
Manaus Construtora Ltda.	19,50%	19,50%
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	49,00%
Norte Energia S.A.	15,00%	15,00%
Complexo Eólico Sento Sé I		
- Pedra Branca S.A.	49,00%	49,00%
- São Pedro do Lago S.A.	49,00%	49,00%
- Sete Gameleiras S.A.	49,00%	49,00%
Complexo Eólico Sento Sé II		
- Baraúnas I Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Mussambê Energética S.A.	49,00%	49,00%
- Morro Branco I Energética S.A.	49,00%	49,00%
Complexo Eólico Sento Sé III		
- Baraúnas II Energética S.A.	1,56%	49,00%
- Banda de Couro Energética S.A.	1,76%	49,00%
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	49,00%
Vamcruz I Participações S.A.	49,00%	49,00%
Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	49,00%
Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	49,00%
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	49,00%
Companhia Energética SINOP S.A.	24,50%	24,50%
Coligada		
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	24,50%

Foi considerada no cálculo de equivalência patrimonial da Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. a participação relativa de 100%, devido ao efeito diluidor do AFAC descrito na nota 17. Em virtude da assunção de todos os benefícios e riscos no empreendimento (nota 17.3), a Companhia passou a incluir as demonstrações financeiras da Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. no procedimento de consolidação.

Em cumprimento ao estabelecido no acordo de acionistas das SPEs Banda de Couro Energética S.A. e Baraúnas II Energética S.A., em 04/04/2016, a acionista Brennand Energia S.A., realizou o capital subscrito e não integralizado pela Chesf, ficando assim diluída a participação acionária da Companhia nas referidas SPEs, passando após a diluição a ser a seguinte:

Investida	Participação acionária	
	Antes da diluição	Depois da diluição
Banda de Couro Energética S.A.	49,00%	1,76%
Baraúnas II Energética S.A.	49,00%	1,56%

Complexo Eólico Pindaí I

A Companhia, em consórcio com a empresa Sequoia Capital, venceu o 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica. Serão implantados oito parques eólicos, através das empresas Acauã Energia S.A., Angical 2 Energia S.A., Arapapá Energia S.A., Caititu 2 Energia S.A., Caititu 3 Energia S.A., Carcará Energia S.A., Corrupião 3 Energia S.A. e Teiú 2 Energia S.A., constituídas em 14 de novembro de 2013, no município de Pindaí, na Bahia, com 102 MW de potência instalada, com início das operações previsto entre maio de 2017 e fevereiro de 2018 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. No final de 2014, ocorreu uma mudança na composição acionária dessas SPEs, passando a Chesf a deter 99,9% de participação acionária. Durante o exercício de 2016, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 896 (perda de R\$ 2.748 em 2015) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Pindaí II

O Complexo Eólico Pindaí II é formado pelas SPEs Coqueirinho 2 Energia S.A. e Papagaio Energia S.A., constituídas através do consórcio com a empresa Sequoia Capital, vencedor do Leilão Aneel nº 09/2013 (A-3) realizado em 18 de novembro de 2013, cujo objetivo foi a implantação da UEE Coqueirinho 2, de 20 MW, e da UEE Papagaio, de 18 MW, ambas situadas no município de Pindaí, na Bahia, com início das operações previsto entre maio e setembro de 2017 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. No final de 2014 ocorreu uma mudança na composição acionária dessas SPEs, passando a Chesf a deter 99,9% de participação acionária sobre ambas. Durante o exercício de 2016, a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.929 (perda de R\$ 1.545 em 2015) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Pindaí III

O Complexo Eólico Pindaí III é constituído da SPE Tamanduá Mirim 2 S.A. formada em consórcio com a empresa Sequoia Capital, vencedora do Leilão Aneel nº 10/2013 (A-5) realizado em 13/12/2013, cujo objeto foi a implantação da UEE Tamanduá Mirim 2, de 24 MW de potência, situada no município de Pindaí, na Bahia, com início das operações previsto para junho de 2017 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação da Companhia nesse empreendimento é de 83,01%. Durante o exercício de 2016, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 528 (perda de R\$ 623 em 2015) neste complexo eólico.

Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.

A empresa Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A. foi criada em 07/07/2011, vencedora do Leilão nº 001/2011, promovido pela Aneel, em 10/06/2011, objetivando a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente a LT Ceará Mirim – João Câmara II, CS, em 500 kV, com 64 km (início da operação em out/14); LT Ceará Mirim – Campina Grande III, CS, em 500 kV, com 201 km (início da operação em mai/15); LT Ceará Mirim – Extremoz II, CS, em 230 kV, com 26 km (início da operação em out/14); LT Campina Grande III – Campina Grande II, CS, em 230 kV, com 8,5 km (início da operação em mai/15); LT Secc. J. Câmara II/Extremoz/SE Ceará Mirim, CS, em 230 kV, com 6 km (início da operação em out/15); LT Secc. C. Grande II/Extremoz II, C1 e C2, CS, em 230 kV, com 12,5 km (início da operação em out/15); SE João Câmara II, 500 kV (início da operação em out/14); SE Campina Grande III, 500/230 kV (início da operação em mai/15); SE Ceará Mirim, 500/230 kV (início da operação em out/14), e instalação de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG, banco de transformadores 500/138 kV na SE João Câmara II. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos para as instalações de transmissão que compõem a Rede Básica do SIN e de 18 (dezoito) anos para as instalações de transmissão de interesse exclusivo das centrais de geração para conexão compartilhada – ICG, contados a partir de 13/10/2011, conforme Contrato de Concessão nº 008/2011 ANEEL. Durante o exercício de 2016 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 33.471 (ganho de R\$ 28.899, em 2015).

Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

A STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A. foi constituída em 27/10/2003, a partir do Leilão nº 001/2003-ANEEL, com o objetivo de construir e operar a linha de transmissão de 500kv, em Teresina-PI/Sobral e Fortaleza-CE, com 546 km de extensão, nos termos do Contrato de Concessão nº 005/2004 ANEEL, firmado em 18/02/2004, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos. A sua operação comercial teve início em janeiro de 2006. A participação acionária da Companhia nessa SPE corresponde a 49,0%. Durante o exercício de 2016 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 76.794 (ganho de R\$ 45.475, em 2015).

Integração Transmissora de Energia S.A.

A Integração Transmissora de Energia S.A. foi constituída em 20/12/2005, cujo objeto social é a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN. Composto pela linha de transmissão de 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, 3º circuito, entradas de linha e instalações vinculadas, com 695 km de extensão, nos termos do Contrato de Concessão nº 002/2006 – ANEEL, firmado com o Poder Concedente, em 27/04/2006, por meio da Aneel. A sua operação comercial teve início em maio/2008. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 12,0%, e o prazo da concessão é de 30 (trinta) anos. Durante o exercício de 2016 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 7.328 (ganho de R\$ 6.727, em 2015).

ESBR Participações S.A.

A ESBR Participações S.A., constituída em 12/02/2009, tem por objeto social exclusivo a participação no capital social da Energia Sustentável do Brasil S.A e passou a deter a totalidade de suas ações a partir de maio de 2009. A Energia Sustentável do Brasil S.A. foi criada a partir do Leilão nº 005/2008-ANEEL, com o objetivo de obter a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau – UHE Jirau, no Rio Madeira, município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, com potência mínima a ser instalada de 3.750 MW. Em setembro de 2013, a SPE deu início à operação em fase de testes de uma Unidade Geradora, com 75 MW, e finalizou em dezembro de 2016 com 50 unidades em operação comercial, totalizando 3.750 MW. A participação da Companhia nessa SPE corresponde a 20% e o prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir de 13/08/2008, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2008 – MME-UHE JIRAU. Durante o exercício de 2016 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 269.899 (perda de R\$ 147.620, em 2015).

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

A Interligação Elétrica do Madeira S.A. foi constituída em 18/12/2008, através do Leilão ANEEL – 007/2008, da qual a Companhia possui 24,5% do seu capital social. A referida sociedade tem por objeto a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, especificamente das LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraquara 2 (SP) número 01, em CC, +/- 600 kV, com 2.375 km, Estação Retificadora número 02 CA/CC, 500 kV +/- 600 kV – 3.150 MW, Estação Inversora número 02 CC/CA +/- 600 kV/500 kV – 2.950 MW e demais obras complementares, nos termos dos Contratos de Concessão nº 13/2009-ANEEL e nº 15/2009-ANEEL. A sua operação comercial teve início em agosto de 2013. Durante o exercício de 2016, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial de R\$ 99.198 (ganho de R\$ 58.853, em 2015).

Manaus Transmissora de Energia S.A.

A empresa Manaus Transmissora de Energia S.A. foi criada a partir do Consórcio Amazonas e constituída em 22/04/2008 para a implantação das linhas de transmissão de 500 kV Oriximiná (PA) – Silves (AM), com extensão aproximada de 335 km, e Silves (AM) – Lechuga (AM), com 224 km de extensão aproximada; construção da subestação Silves (antes denominada Itacoatiara) em 500/138 kV (150 MVA) e da subestação Lechuga (antes denominada Cariri) em 500/230 kV (1.800 MVA), conforme Contrato de Concessão nº 010/2008 – ANEEL, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, a partir de 16/10/2008, data da assinatura do contrato. A Companhia possui participação de 19,5% no capital social da referida empresa. A sua operação comercial teve início em março de 2013. Durante o exercício de 2016, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 16.355 (ganho de R\$ 11.787, em 2015).

Manaus Construtora Ltda.

Em 30/01/2009, foi constituída a empresa Manaus Construtora Ltda., da qual a Companhia é sócia com 19,5%. Essa empresa foi criada com o objetivo de construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a linha de transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, a subestação Silves (antes denominada Itacoatiara) de 500/138 kV e a subestação Lechuga (antes denominada Cariri) de 500/230 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Durante o exercício de 2016 a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 106 (perda de R\$ 322, em 2015).

TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

A empresa TDG – Transmissora Delmiro Gouveia foi constituída em 12/01/2010, a partir do Leilão nº 005/2009-ANEEL, Lote C, objetivando a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente da linha de transmissão São Luiz II – São Luiz III, em 230 kV, com 156 km de extensão, localizada no estado do Maranhão, das subestações Pecém II, em 500/230 kV (3.600 MVA), e Aquiraz II, em 230/69 kV (450 MVA), localizadas no estado do Ceará. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 anos, a partir de 12/07/2010, data da assinatura do Contrato de Concessão nº 004/2010 ANEEL. Em novembro de 2013 a SPE deu início à operação a Subestação Aquiraz, de 230/69 kv. A participação da Companhia nesse empreendimento é de 49,0%. Durante o exercício de 2016 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 593 (perda de R\$ 20.777, em 2015).

Em função da interação entre os acionistas da TDG, no âmbito de processo de arbitragem, não foi possível a conclusão das demonstrações financeiras desta SPE em tempo hábil, motivo pelo qual foi utilizado o período de defasagem de 30 dias (nota 4.1).

Norte Energia S.A.

A Norte Energia S.A. foi constituída em 21/07/2010, a partir do Consórcio Norte Energia, vencedor do Leilão nº 006/2009-ANEEL, cujo objeto foi a concessão e a comercialização da energia proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte, da qual a Chesf participa com 15,0%. A UHE Belo Monte está sendo instalada no Rio Xingu, no município de Vitória do Xingu, no Pará. A capacidade mínima a ser instalada é de 11.233,1 MW, garantia física de 4.571 MW médios e reservatório com área de 516 quilômetros quadrados, com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 26/08/2010, data da assinatura do Contrato de concessão nº 001/2010-MME-UHE Belo Monte. Em abril de 2016, a SPE deu início à operação comercial, totalizando ao final do período 1.295 MW de capacidade instalada referente a 04 unidades geradoras. No exercício, a Companhia efetivou aportes de capital no montante de R\$ 600.000, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 34.263 (perda de R\$ 7.225, em 2015).

Complexo Eólico Sento Sé I

O Complexo Eólico Sento Sé I é composto pelas SPEs São Pedro do Lago S.A., Pedra Branca S.A., e Sete Gameleiras S.A., constituídas em 07/10/2010, a partir dos consórcios Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras, vencedores do Leilão ANEEL nº 007/2010, cujo objeto foi a contratação, no ambiente regulado, de energia de fontes alternativas de geração, na modalidade por disponibilidade de energia. A sua operação comercial teve início em março de 2013 com prazo de concessão de 35 (trinta e cinco) anos, proveniente de três parques eólicos localizados na região Nordeste – UEE Pedra Branca, UEE São Pedro do Lago e UEE Sete Gameleiras - e capacidade para gerar 30,0 MW, cada. A participação acionária da Companhia nesses empreendimentos é de 49,0%. Durante o exercício de 2016 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 5.305 (ganho de R\$ 6.672, em 2015) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Sento Sé II

O Complexo Eólico Sento Sé II é composto pelas SPEs Baraúnas I S.A., Morro Branco I S.A., e Mussambê Energética S.A. constituídas em consórcio com as empresas Brennand Energia e Brennand Energia Eólica a partir do 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), Leilão 005/2013, promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos Baraúnas I, Morro Branco I e Mussambê, no município de Sento Sé, na Bahia, com 32,9 MW de potência instalada cada. Os Parques eólicos Mussambê, Baraúnas I e Morro Branco I entraram em operação comercial em outubro de 2015, e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação acionária da Companhia nesses empreendimentos é de 49,0%. A Companhia realizou no exercício, aportes de capital no montante de R\$ 6.664, sendo R\$ 1.519, na SPE Morro Branco I, R\$ 3.920, na SPE Baraúnas I, e R\$ 1.225 na SPE Mussambê Energética, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 5.375 (perda de R\$ 442 em 2015) neste complexo eólico.

Complexo Eólico Sento Sé III

O Complexo Eólico Sento Sé III é composto pelas SPEs Banda de Couro S.A. e Baraúnas II Energética S.A, cujo objeto é a implantação dos parques eólicos Banda de Couro e Baraúnas II, no município de Sento Sé, na Bahia, com 29,7 MW e 21,6 MW, respectivamente, de potência instalada. Os parques entraram em operação em março de 2016 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A Companhia possui 1,76% de participação em Banda de Couro e 1,56% de participação em Baraúnas II. Durante o exercício de 2016 a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 28 (perda de R\$ 63 em 2015) neste complexo eólico.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A foi constituída a partir do Consórcio Garanhuns, vencedor do Lote L do Leilão nº 004/2011, promovido pela Aneel, em 02 de setembro de 2011, objetivando a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente LT Luis Gonzaga – Garanhuns, em 500 kV, com 224 km; LT Garanhuns – Campina Grande III, em 500 kV, com 190 km; LT Garanhuns – Pau Ferro, em 500 kV, com 239 km; LT Garanhuns – Angelim I, em 230 kV, com 13 Km; SE Garanhuns, 500/230 kV; SE Pau Ferro, 500/230 kV. O prazo de concessão do empreendimento é de 30 (trinta) anos e o início das operações foi em novembro de 2015. A Companhia possui 49,0% da participação na investida. Durante o exercício de 2016 a Companhia realizou aporte de capital no montante de R\$ 735 e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 44.476 (ganho de R\$ 26.361, em 2015).

VamCruz I Participações S.A.

A Vamcruz I Participações S.A. constituída em 07/07/2014 tem por objeto social exclusivo a participação direta ou indireta nas SPEs Usina de Energia Eólica Junco I S.A., Usina de Energia Eólica Junco II S.A., Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A., constituídas em março de 2012, e passou a deter a totalidade das ações destas SPEs a partir de junho de 2015. As SPEs foram criadas a partir do Leilão nº 007/2011, promovido pela Aneel, em 20 de dezembro de 2011, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica. As usinas Junco I, Junco II, Caiçara I e Caiçara II, totalizarão 93,0 MW de potência instalada, e foram construídas no município de Serra do Mel, no Estado do Rio Grande do Norte. As usinas eólicas entraram em operação em novembro de 2015. Em 12/11/2013, houve a transferência das ações da empresa Voltália para a Envolver Participações S.A, ficando a participação da Chesf nos quatro projetos eólicos de 49,0% e 51,0% da empresa Envolver, por meio das empresas Usina de Energia Eólica Junco I S.A., Usina de Energia Eólica Junco II S.A., Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A. e Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A. Durante o exercício de 2016 a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R\$ 2.974 (ganho de R\$ 506, em 2015) neste complexo eólico.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

A Chapada do Piauí I Holding S.A. constituída em 08/05/2014, tem por objetivo social exclusivo a participação nas SPEs Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A., e Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A., constituídas em outubro de 2013, e passou a deter totalidade das ações destas SPEs a partir do 1º semestre de 2015. As SPEs foram criadas a partir do 5º Leilão de Energia de Reserva (5º LER), promovido pela Aneel em 23/08/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, situados nos municípios de Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões, no Piauí, para implantação dos parques eólicos denominados Ventos Santa Joana IX, X, XI, XIII, com 29,6 MW de potência instalada cada; e Ventos de Santa Joana XII, XV, XVI, com 28,9 MW de potência instalada cada. Os parques entraram em operação em julho de 2015 e possuem prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A Companhia possui 49,0% da participação no capital social da referida investida. Durante o exercício de 2016, realizou aportes de capital no montante de R\$ 14.040, mediante a capitalização de saldo de AFAC, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 19.477 (perda de R\$ 9.560 em 2015).

Chapada do Piauí II Holding S.A.

A Chapada do Piauí II Holding S.A. constituída em 08/05/2014, tem por objetivo social exclusivo a participação nas SPEs Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A., Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A., e Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A., constituídas em 08/05/2014, e passou a deter a totalidade das ações destas SPEs a partir do 2º semestre de 2015. As SPEs foram criadas a partir do Leilão 09/2013-ANEEL, promovido pela Aneel em 18 de novembro de 2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos denominados Ventos de Santa Joana I, IV, V e Ventos de Santo Augusto IV, com 28,9 MW, Ventos de Santa Joana III, com 29,6 MW, e Ventos de Santa Joana VII, com 27,2 MW, todos situados nos municípios de Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões, no Piauí. Os parques entraram em operação em janeiro de 2016 e possuem prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A Companhia possui 49,0% da participação no capital social da referida investida. No exercício de 2016, a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 24.486 (perda de R\$ 2.358 em 2015).

Eólica Serra das Vacas Holding S.A.

A Eólica Serra das Vacas Holding S.A. constituída em 08/10/2015, tem por objeto social exclusivo a participação na totalidade do capital social das SPEs Eólica Serra das Vacas I S.A., Eólica Serra das Vacas II S.A., constituídas em 21/02/2014, Eólica Serra das Vacas III S.A. e Eólica Serra das Vacas IV S.A., constituídas em 17/01/2014. As SPEs foram criadas a partir do Leilão 09/2013-ANEEL, promovido pela Aneel em 18/11/2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica, para implantação dos parques eólicos denominados Serra das Vacas I, II, III e IV, situados nos municípios de Saloá, em Pernambuco, totalizando 90,76 MW de potência instalada, com prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos, cuja operação comercial iniciou em dezembro de 2015. A Companhia possui 49,0% da participação no capital social da referida investida. Durante o exercício de 2016 realizou aportes de capital no montante de R\$ 4.551, mediante a capitalização parcial de AFAC e apurou perda com equivalência patrimonial de R\$ 7.311 durante o exercício de 2016 (perda de R\$ 592 em 2015).

Companhia Energética Sinop S.A.

A Companhia Energética Sinop S.A. foi constituída, através do Leilão nº 006/2013, promovido pela Aneel em 29 de agosto de 2013, cujo objeto foi a compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração de energia que construirá a UHE SINOP, no Rio Teles Pires, nos municípios de Cláudio e Itaúba, no Estado do Mato Grosso, com 400 MW de potência instalada e com início de suprimento previsto para dezembro de 2018 e prazo de duração de 35 (trinta e cinco) anos. A participação da Companhia nesse empreendimento é 24,5%. No exercício de 2016, a Companhia realizou aportes de capital no montante de R\$ 127.489 e apurou no exercício perda com equivalência patrimonial no montante de R\$ 1.405 (ganho de R\$ 2.479 2015) neste empreendimento.

Energética Águas da Pedra S.A.

A Energética Águas da Pedra S.A. foi constituída em 03/04/2007 a partir do Leilão nº 004/2006-ANEEL e tem como objeto a implantação e exploração da UHE Dardanelos, no Rio Aripuanã, situado no norte do Estado do Mato Grosso, com potência instalada de 261 MW e energia assegurada total de 154,9 MW médios, para suprir o município de Aripuanã e, posteriormente, o Sistema Interligado Nacional - SIN. A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,5%, e o prazo de concessão do empreendimento é de 35 (trinta e cinco) anos, a partir de 03/07/2007, data da assinatura do seu Contrato de Concessão nº 002/2007-MME-UHE DARDANELOS. A sua operação comercial teve início em agosto de 2011. Durante o exercício de 2016, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R\$ 26.280 (ganho de R\$ 13.533, em 2015).

19.2 – Movimentação das Participações Societárias Permanentes:

	31/12/2015	Aumento de Capital	Capitalização de AFAC	Dividendos	Resultado de participação societária	Outros	31/12/2016
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial							
<u>Controladas</u>							
- Complexo Eólico Pindaí I	337.731	-	-	(138)	896	-	338.489
- Complexo Eólico Pindaí II	148.518	-	-	-	(1.929)	-	146.589
- Complexo Eólico Pindaí III	76.607	-	-	-	528	-	77.135
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	36.079	-	-	(7.324)	33.471	-	62.226
<u>Controladas em conjunto</u>							
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	176.941	-	-	(50.837)	76.794	-	202.898
- Integração Transmissora de Energia S.A.	42.084	-	-	(1.505)	7.328	-	47.907
- ESBR Participações S.A.	1.396.062	-	-	-	269.899	-	1.665.961
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	489.031	-	-	(23.474)	99.198	-	564.755
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	244.950	-	-	(3.885)	16.355	-	257.420
- Manaus Construtora Ltda.	7.449	-	-	-	(106)	-	7.343
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	7.236	-	-	-	593	-	7.829
- Norte Energia S.A.	1.042.090	600.000	-	-	(34.263)	-	1.607.827
- Complexo Eólico Sento Sé I	56.903	-	-	(5.196)	5.305	-	57.012
- Complexo Eólico Sento Sé II	56.099	6.664	-	(231)	(5.375)	-	57.157
- Complexo Eólico Sento Sé III	1.513	-	-	-	(28)	-	1.485
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	318.972	735	-	(4.111)	44.476	-	360.072
- VamCruz I Participações S.A.	73.368	-	16.443	(333)	2.974	-	92.452
- Chapada do Piauí I Holding S.A.	109.497	-	14.040	-	(19.477)	-	104.060
- Chapada do Piauí II Holding S.A.	142.187	-	-	-	(24.486)	-	117.701
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	97.374	-	4.551	-	(7.311)	-	94.614
- Companhia Energética SINOP S.A.	89.526	10.379	117.110	-	(1.405)	-	215.610
<u>Coligada</u>							
- Energética Águas da Pedra S.A.	103.307	-	-	(24.937)	26.280	-	104.650
Avaliadas ao custo							
- Outras participações	529	-	-	-	-	20	549
Total	5.054.053	617.778	152.144	(121.971)	489.717	20	6.191.741

No exercício foram efetuados aportes na Norte Energia S.A., no montante de R\$ 600.000, sendo R\$ 374.116 efetuados diretamente pela nossa controladora, a Eletrobras. Estes recursos foram obtidos mediante empréstimos conforme demonstrado na nota 24.

19.3 - Equivalência Patrimonial

	Investimento	Patrimônio Líquido	Resultado até 30/11/2016	Equivalência Patrimonial
<u>Controladas</u>				
- Complexo Eólico Pindaí I	338.489	338.650	896	896
- Complexo Eólico Pindaí II	146.589	146.632	(1.929)	(1.929)
- Complexo Eólico Pindaí III	77.135	92.921	636	528
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	62.226	62.226	33.471	33.471
<u>Controladas em conjunto</u>				
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	202.898	414.078	156.718	76.794
- Integração Transmissora de Energia S.A.	47.907	399.225	61.070	7.328
- ESBR Participações S.A.	1.665.961	8.329.809	1.349.496	269.899
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	564.755	2.305.121	404.887	99.198
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	257.420	1.320.107	83.876	16.355
- Manaus Construtora Ltda.	7.343	37.656	(542)	(106)
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	7.829	15.978	1.210	593
- Norte Energia S.A.	1.607.827	10.718.843	(228.422)	(34.263)
- Complexo Eólico Sento Sé I	57.012	116.355	10.831	5.305
- Complexo Eólico Sento Sé II	57.157	116.647	(10.969)	(5.375)
- Complexo Eólico Sento Sé III	1.485	88.782	(6.024)	(28)
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	360.072	734.841	90.768	44.476
- Vamcruz I Participações S.A.	92.452	188.680	6.070	2.974
- Chapada do Piauí I Holding S.A.	104.060	165.637	(39.749)	(19.477)
- Chapada do Piauí II Holding S.A.	117.701	195.332	(49.971)	(24.486)
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	94.614	177.445	(14.919)	(7.311)
- Companhia Energética SINOP S.A.	215.610	880.039	(5.735)	(1.405)
<u>Coligada</u>				
- Energética Águas da Pedra S.A.	104.650	427.141	107.265	26.280
TOTAL	6.191.192	27.272.145	1.948.934	489.717

19.4 - Resumo das Demonstrações Financeiras das Empresas Controladas, Coligada e Controladas em Conjunto

BALANÇO PATRIMONIAL

INVESTIDAS	2016								2015							
	ATIVO				PASSIVO				ATIVO				PASSIVO			
	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total	Circulante	Não Circulante		Total	Circulante	Não Circulante	Patrimônio Líquido	Total
		Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos							Outros	Imobilizado, Intangível e Investimentos					
Controladas																
- Complexo Eólico Pindai I	35.205	-	314.457	349.662	11.012	-	338.650	349.662	151.261	-	196.837	348.098	10.205	-	337.893	348.098
- Complexo Eólico Pindai II	13.153	-	135.310	148.463	1.831	-	146.632	148.463	29.503	-	119.992	149.495	936	-	148.559	149.495
- Complexo Eólico Pindai III	13.081	-	80.924	94.005	1.084	-	92.921	94.005	16.737	-	76.560	93.297	1.011	-	92.286	93.297
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	116.523	609.405	127	726.055	41.269	622.560	62.226	726.055	71.528	625.618	144	697.290	42.425	618.786	36.079	697.290
Controladas em conjunto																
- STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	222.993	542.310	412	765.715	83.842	267.795	414.078	765.715	225.335	537.567	458	763.360	66.246	336.009	361.105	763.360
- Integração Transmissora de Energia S.A.	157.056	471.730	398	629.184	51.077	178.882	399.225	629.184	148.977	496.086	-	645.063	80.621	213.739	350.703	645.063
- ESBR Participações S.A.	635.182	886.818	22.175.682	23.697.682	1.246.901	14.120.972	8.329.809	23.697.682	908.570	1.655.056	21.646.808	24.210.434	1.422.013	15.808.108	6.980.313	24.210.434
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	724.943	4.979.505	44.546	5.748.994	388.702	3.055.171	2.305.121	5.748.994	673.878	4.572.575	41.627	5.288.080	347.620	2.944.416	1.996.044	5.288.080
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	210.848	2.635.898	13.567	2.860.313	241.778	1.298.428	1.320.107	2.860.313	310.344	2.385.339	248	2.695.931	342.567	1.097.213	1.256.151	2.695.931
- Manaus Construtora Ltda.	325	90.858	-	91.183	6.460	47.067	37.656	91.183	90.955	331	-	91.286	6.020	47.068	38.198	91.286
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	53.203	263.423	149	316.775	22.474	278.323	15.978	316.775	23.161	238.717	166	262.044	21.551	225.725	14.768	262.044
- Norte Energia S.A.	1.147.233	402.437	35.950.015	37.499.685	1.638.101	25.142.741	10.718.843	37.499.685	940.254	271.620	29.964.727	31.176.601	719.033	23.510.303	6.947.265	31.176.601
- Complexo Eólico Sento Sé I	16.972	31.560	278.464	326.996	22.436	188.205	116.355	326.996	14.239	28.147	293.682	336.068	21.447	198.492	116.129	336.068
- Complexo Eólico Sento Sé II	9.071	11.263	392.884	413.218	22.322	274.249	116.647	413.218	18.030	-	368.761	386.791	41.120	231.184	114.487	386.791
- Complexo Eólico Sento Sé III	10.418	4.352	234.036	248.806	13.862	146.162	88.782	248.806	9.602	1	151.168	160.771	157.685	-	3.086	160.771
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	119.305	1.216.827	210	1.336.342	103.054	498.447	734.841	1.336.342	118.384	1.046.325	184	1.164.893	60.084	453.845	650.964	1.164.893
- VamCruz I Participações S.A.	80.963	-	502.591	583.554	29.849	365.025	188.680	583.554	7.935	(57.445)	582.766	533.256	234.629	148.896	149.731	533.256
- Chapada do Piauí Holding S.A.	35.868	492.512	788.559	1.316.939	42.000	1.109.302	165.637	1.316.939	51.418	132	809.359	860.909	86.607	597.568	176.734	860.909
- Chapada do Piauí II Holding S.A.	45.947	392.127	883.960	1.322.034	193.520	933.182	195.332	1.322.034	85.298	-	864.913	950.211	675.323	25.858	249.030	950.211
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	20.294	-	511.454	531.748	76.186	278.117	177.445	531.748	20.288	53	463.716	484.057	250.400	50.581	183.076	484.057
- Companhia Energética SINOP S.A.	124.779	5.449	1.377.142	1.507.370	66.050	561.281	880.039	1.507.370	56.761	2.491	844.803	904.055	403.643	135.000	365.412	904.055
Coligada																
- Energética Águas da Pedra S.A.	102.093	30.765	733.188	866.046	114.798	324.107	427.141	866.046	101.065	17.354	753.114	871.533	97.852	352.021	421.660	871.533
Total	3.895.455	13.067.239	64.418.075	81.380.769	4.418.608	49.690.016	27.272.145	81.380.769	4.073.523	11.819.967	57.180.033	73.073.523	5.089.038	46.994.812	20.989.673	73.073.523

Obs.: Data-base das demonstrações 30/11/2016, exceto ESBR Participações S.A., cujas demonstrações possuem data-base em 31/12/2016.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

INVESTIDAS	2016								2015							
	Receita Oper. Líquida	Despesa Oper.	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I. Renda e C. Social	Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício	Receita Oper. Líquida	Despesa Oper.	Resultado do Serviço	Resultado Financeiro	Resultado Operacional	I. Renda e C. Social	Incentivos Fiscais	Resultado do Exercício
Controladas																
- Complexo Eólico Pindai I	-	(3.755)	(3.755)	4.884	1.129	(233)	-	896	-	(4.264)	(4.264)	1.794	(2.470)	(279)	-	(2.749)
- Complexo Eólico Pindai II	7.784	(11.290)	(3.506)	1.577	(1.929)	-	-	(1.929)	-	(2.648)	(2.648)	1.094	(1.554)	9	-	(1.545)
- Complexo Eólico Pindai III	-	(492)	(492)	1.285	793	(157)	-	636	-	(2.033)	(2.033)	1.283	(750)	-	-	(750)
- Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	58.027	(21.921)	36.106	2.096	38.202	(7.364)	2.633	33.471	258.114	(230.335)	27.779	1.325	29.104	(205)	-	28.899
Controladas em conjunto																
- STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	160.739	(21.382)	139.357	(26.560)	112.797	23.092	20.829	156.718	159.741	(18.917)	140.824	(24.784)	116.040	(39.884)	16.650	92.806
- Integração Transmissora de Energia S.A	100.314	(22.742)	77.572	(9.467)	68.105	(15.284)	8.249	61.070	101.344	(19.709)	81.635	(11.057)	70.578	(24.250)	9.734	56.062
- ESBR Participações S.A.	2.386.172	746.811	3.132.983	(1.061.192)	2.071.791	(722.295)	-	1.349.496	2.412.946	(2.826.861)	(413.915)	(672.570)	(1.086.485)	348.386	-	(738.099)
- Interligação Elétrica do Madeira S.A.	830.043	(47.361)	782.682	(204.450)	578.232	(173.345)	-	404.887	610.279	(43.884)	566.395	(224.107)	342.288	(102.072)	-	240.216
- Manaus Transmissora de Energia S.A.	266.126	(60.803)	205.323	(68.992)	136.331	(52.455)	-	83.876	182.519	(18.323)	164.196	(74.094)	90.102	(29.656)	-	60.446
- Manaus Construtora Ltda.	-	(81)	(81)	(461)	(542)	-	-	(542)	-	(982)	(982)	(926)	(1.908)	258	-	(1.650)
- TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	22.446	(14.623)	7.823	(5.652)	2.171	(961)	-	1.210	38.805	(81.705)	(42.900)	(4.823)	(47.723)	5.323	-	(42.400)
- Norte Energia S.A.	547.738	(743.073)	(195.335)	(60.739)	(256.074)	27.652	-	(228.422)	120.653	(293.282)	(172.629)	10.960	(161.669)	113.505	-	(48.164)
- Complexo Eólico Sento Sé I	63.296	(33.922)	29.374	(15.175)	14.199	(3.368)	-	10.831	66.015	(33.629)	32.386	(15.896)	16.490	(2.872)	-	13.618
- Complexo Eólico Sento Sé II	44.087	(28.896)	15.191	(24.503)	(9.312)	(1.657)	-	(10.969)	412	(1.260)	(848)	(44)	(892)	(10)	-	(902)
- Complexo Eólico Sento Sé III	21.372	(13.734)	7.638	(12.883)	(5.245)	(779)	-	(6.024)	-	(116)	(116)	(14)	(130)	-	-	(130)
- Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	230.909	(55.874)	175.035	(23.700)	151.335	(60.567)	-	90.768	279.257	(175.652)	103.605	(22.140)	81.465	(27.667)	-	53.798
- VamCruz I Participações S.A.	65.723	(36.796)	28.927	(20.069)	8.858	(2.788)	-	6.070	1.128	(1.364)	(236)	2.811	2.575	(1.542)	-	1.033
- Chapada do Plauí I Holding S.A.	112.103	(51.315)	60.788	(96.408)	(35.620)	(4.129)	-	(39.749)	44.733	(18.847)	25.886	(43.941)	(18.055)	(1.456)	-	(19.511)
- Chapada do Plauí II Holding S.A.	98.876	(53.303)	45.573	(91.849)	(46.276)	(3.695)	-	(49.971)	-	(223)	(223)	(4.590)	(4.813)	-	-	(4.813)
- Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	62.690	(37.373)	25.317	(38.275)	(12.958)	(1.961)	-	(14.919)	-	(2.661)	(2.661)	1.453	(1.208)	-	-	(1.208)
- Companhia Energética SINOP S.A.	-	(10.797)	(10.797)	2.104	(8.693)	2.958	-	(5.735)	-	(10.786)	(10.786)	18.414	7.628	2.491	-	10.119
Coligada																
- Energética Águas da Pedra S.A.	220.698	(63.173)	157.525	(30.222)	127.303	(20.038)	-	107.265	207.027	(116.912)	90.115	(27.531)	62.584	(7.346)	-	55.238
Total	5.299.143	(585.895)	4.713.248	(1.778.651)	2.934.597	(1.017.374)	31.711	1.948.934	4.482.973	(3.904.393)	578.580	(1.087.383)	(508.803)	232.733	26.384	(249.686)

Obs.: Data-base das demonstrações 30/11/2016, exceto ESBR Participações S.A., cujas demonstrações possuem data-base em 31/12/2016.

20 – IMOBILIZADO

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros.

20.1 - Imobilizado segregado por atividade

	Controladora		
	Taxas médias anuais de depreciação em 2016 (%)	31/12/2016	31/12/2015
Geração			
Imobilizações em serviço	2,36%	1.798.157	1.796.049
Depreciação acumulada		(1.231.164)	(1.197.076)
Imobilizações em curso		458.382	383.001
Impairment		(696.888)	(507.261)
Total da Geração		328.487	474.713
Administração			
Imobilizações em serviço	6,22%	1.103.362	1.285.141
Depreciação acumulada		(724.059)	(826.010)
Imobilizações em curso		346.249	329.361
Total da Administração		725.552	788.492
Total		1.054.039	1.263.205

	Consolidado		
	Taxas médias anuais de depreciação em 2016 (%)	31/12/2016	31/12/2015
Geração			
Imobilizações em serviço	2,36%	1.798.157	1.796.049
Depreciação acumulada		(1.231.164)	(1.197.076)
Imobilizações em curso		969.479	756.807
Impairment		(696.888)	(507.261)
Total da Geração		839.584	848.519
Administração			
Imobilizações em serviço	6,22%	1.103.931	1.285.674
Depreciação acumulada		(724.169)	(826.078)
Imobilizações em curso		346.249	329.361
Total da Administração		726.011	788.957
Total		1.565.595	1.637.476

20.2 - Movimentação do Imobilizado

	Controladora							31/12/2016
	31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/serviço	Provisão/ Reversão	Transferência entre contas	
<u>Geração</u>								
Em serviço	1.796.049	-	(55)	-	2.549	-	(386)	1.798.157
Terrenos	177.893	-	-	-	-	-	(4)	177.889
Reservatórios, barragens e adutoras	402.158	-	-	-	-	-	-	402.158
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	(1.894)	247.964
Máquinas e equipamentos	965.953	-	(55)	-	2.549	-	1.512	969.959
Móveis e utensílios	187	-	-	-	-	-	-	187
Depreciação	(1.197.076)	-	13	(33.758)	-	-	(343)	(1.231.164)
Em curso	383.001	77.930	-	-	(2.549)	-	-	458.382
Impairment	(507.261)	-	-	-	-	(189.627)	-	(696.888)
Total Geração	474.713	77.930	(42)	(33.758)	-	(189.627)	(729)	328.487
<u>Administração</u>								
Em serviço	1.285.141	-	(151.430)	-	26.005	-	(56.354)	1.103.362
Servidão	4.272	-	-	-	21.572	-	(21.551)	4.293
Terrenos	18.768	-	(1)	-	-	-	1	18.768
Edificações	281.193	-	(840)	-	-	-	(13.508)	266.845
Máquinas e equipamentos	835.729	-	(106.579)	-	2.507	-	(25.276)	706.381
Veículos	103.775	-	(31.661)	-	1.380	-	3.983	77.477
Móveis e utensílios	41.404	-	(12.349)	-	546	-	(3)	29.598
Depreciação	(826.010)	-	149.083	(61.694)	-	-	14.562	(724.059)
Em curso	329.361	22.914	-	-	(26.005)	-	19.979	346.249
Total Administração	788.492	22.914	(2.347)	(61.694)	-	-	(21.813)	725.552
Total	1.263.205	100.844	(2.389)	(95.452)	-	(189.627)	(22.542)	1.054.039

	Consolidado							
	31/12/2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências p/serviço	Provisão/ Reversão	Transferência entre contas	31/12/2016
<u>Geração</u>								
Em serviço	1.796.049	-	(55)	-	2.549	-	(386)	1.798.157
Terrenos	177.892	-	-	-	-	-	(4)	177.888
Reservatórios, barragens e adutoras	402.158	-	-	-	-	-	-	402.158
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	(1.894)	247.964
Máquinas e equipamentos	965.954	-	(55)	-	2.549	-	1.512	969.960
Móveis e utensílios	187	-	-	-	-	-	-	187
Depreciação	(1.197.076)	-	13	(33.758)	-	-	(343)	(1.231.164)
Em curso	756.807	215.221	-	-	(2.549)	-	-	969.479
Impairment	(507.261)	-	-	-	-	(189.627)	-	(696.888)
Total Geração	848.519	215.221	(42)	(33.758)	-	(189.627)		839.584
<u>Administração</u>								
Em serviço	1.285.674	34	(151.428)	-	26.005	-	(56.354)	1.103.931
Servidão	4.272	-	-	-	21.572	-	(21.551)	4.293
Terrenos	18.769	-	(1)	-	-	-	1	18.769
Edificações	281.242	-	(840)	-	-	-	(13.508)	266.894
Máquinas e equipamentos	835.728	31	(106.579)	-	2.507	-	(25.276)	706.411
Veículos	103.775	-	(31.661)	-	1.380	-	3.983	77.477
Móveis e utensílios	41.888	3	(12.347)	-	546	-	(3)	30.087
Depreciação	(826.078)	-	149.082	(61.735)	-	-	14.562	(724.169)
Em curso	329.361	22.914	-	-	(26.005)	-	19.979	346.249
Total Administração	788.957	22.948	(2.346)	(61.735)	-	-	(21.813)	726.011
Total	1.637.476	238.169	(2.388)	(95.493)	-	(189.627)	(21.813)	1.565.595

	Controladora							31/12/2015
	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		Provisão	
					Para serviço	Entre atividades		
Geração								
Em serviço	1.797.304	-	(1.274)	-	19	-	-	1.796.049
Terrenos	179.164	-	(1.271)	-	-	-	-	177.893
Reservatórios, barragens e adutoras	402.664	-	-	-	(506)	-	-	402.158
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	-	249.858
Máquinas e equipamentos	965.435	-	(3)	-	521	-	-	965.953
Móveis e utensílios	183	-	-	-	4	-	-	187
Depreciação	(1.161.134)	-	1	(35.943)	-	-	-	(1.197.076)
Em curso	366.050	16.970	-	-	(19)	-	-	383.001
Impairment	(477.224)	-	-	-	-	-	(30.037)	(507.261)
Total Geração	524.996	16.970	(1.273)	(35.943)	-	-	(30.037)	474.713
Administração								
Em serviço	1.281.826	4	(10.062)	-	13.373	-	-	1.285.141
Servidão	4.272	-	-	-	-	-	-	4.272
Terrenos	18.764	4	-	-	-	-	-	18.768
Edificações	281.517	-	(324)	-	-	-	-	281.193
Máquinas e equipamentos	836.531	-	(5.692)	-	4.890	-	-	835.729
Veículos	99.827	-	(3.710)	-	7.658	-	-	103.775
Móveis e utensílios	40.915	-	(336)	-	825	-	-	41.404
Depreciação	(769.270)	-	9.130	(65.870)	-	-	-	(826.010)
Em curso	298.278	44.456	-	-	(13.373)	-	-	329.361
Total Administração	810.834	44.460	(932)	(65.870)	-	-	-	788.492
Total	1.335.830	61.430	(2.205)	(101.813)	-	-	(30.037)	1.263.205

	Consolidado							31/12/2015
	31/12/2014	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		Provisão	
					Para serviço	Entre atividades		
Geração								
Em serviço	1.797.304	-	(1.274)	-	19	-	-	1.796.049
Terrenos	179.164	-	(1.272)	-	-	-	-	177.892
Reservatórios, barragens e adutoras	402.664	-	-	-	(506)	-	-	402.158
Edificações	249.858	-	-	-	-	-	-	249.858
Máquinas e equipamentos	965.435	-	(2)	-	521	-	-	965.954
Móveis e utensílios	183	-	-	-	4	-	-	187
Depreciação	(1.161.134)	-	1	(35.943)	-	-	-	(1.197.076)
Em curso	366.436	390.390	-	-	(19)	-	-	756.807
Impairment	(477.224)	-	-	-	-	-	(30.037)	(507.261)
Total Geração	525.382	390.390	(1.273)	(35.943)	-	-	(30.037)	848.519
Administração								
Em serviço	1.281.920	484	(10.103)	-	13.373	-	-	1.285.674
Servidão	4.272	-	-	-	-	-	-	4.272
Terrenos	18.764	5	-	-	-	-	-	18.769
Edificações	281.567	-	(325)	-	-	-	-	281.242
Máquinas e equipamentos	836.531	-	(5.693)	-	4.890	-	-	835.728
Veículos	99.827	-	(3.710)	-	7.658	-	-	103.775
Móveis e utensílios	40.959	479	(375)	-	825	-	-	41.888
Depreciação	(769.274)	(9)	9.116	(65.911)	-	-	-	(826.078)
Em curso	298.278	44.456	-	-	(13.373)	-	-	329.361
Total Administração	810.924	44.931	(987)	(65.911)	-	-	-	788.957
Total	1.336.306	435.321	(2.260)	(101.854)	-	-	(30.037)	1.637.476

20.3 - Taxas anuais de depreciação

A Companhia calcula e contabiliza as quotas de depreciação com aplicação das taxas estabelecidas pela Resolução ANEEL nº 474, de 07/02/2012, que alterou as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009. As taxas são aplicadas considerando os códigos internos que identificam as Unidades de Cadastro.

As principais taxas anuais de depreciação, por atividade, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Comporta	3,3
Reservatório	2,0
Casa de força	2,0
Gerador	3,3
Painel – Comando e Medição	3,6
Turbina hidráulica	2,5
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3
Turbina a gás	4,0
Administração central	
Equipamentos gerais	6,2
Veículos	14,3
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,3

20.4 – Teste de recuperabilidade de ativos - Impairment

A administração da Companhia avaliou em 31 de dezembro de 2016 e fará anualmente, ou sempre que alguma circunstância assim determinar, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) – redução ao valor recuperável de ativos (IAS 36).

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa para a atividade de geração, cada usina, dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

A administração da Companhia, amparada em seus contratos de concessão e nas regras aplicadas para indenização de ativos definidas pela Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, considerou a reversão do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de energia elétrica, tomando por base o menor valor entre valor contábil residual e o Valor Novo de Reposição. Considerou, também, a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil dos bens e não o prazo da concessão, tendo em vista a condição de indenização prevista nos contratos.

Neste exercício, a Companhia realizou teste de impairment, para suas unidades geradoras de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 6,33% (7,06% para o período de fruição de benefício fiscal) para os empreendimentos de geração não renovados.

A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma provisão líquida de uma reversão de R\$ 39.422 para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos de geração no montante de R\$ 189.627 (R\$ 30.037, em 2015), conforme demonstrado abaixo:

UGC - Impairment	Ano do fim da concessão	Imobilizado (na data do teste)	Taxa de Desconto	Impairment em 2015	Impairment em 2016
Casa Nova	2036	319.414	6,33%	(51.981)	(160.941)
Casa Nova II	2036	57.356	6,33%	-	(37.458)
Casa Nova III	2036	56.066	6,33%	-	(30.650)
UTE Camaçari	2027	327.616	6,33%	21.944	39.422
Total				(30.037)	(189.627)

20.5 - Encargos financeiros

Os custos de financiamentos e empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estiverem prontos para o uso pretendido, conforme disposições da Deliberação CVM nº 577, de 05/06/2009, que aprovou o CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos (IAS 23).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 27 (IAS 16), parte dos encargos financeiros foram transferidos para o Ativo Imobilizado em curso, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Encargos financeiros totais	46.865	36.698
(-) Transferência para o imobilizado em curso	(10)	(378)
Efeito líquido no resultado	46.855	36.320

A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização está descrita na nota 24.

21- INTANGÍVEL

21.1 - Intangível segregado por natureza e atividade

	Controladora				
	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2016			31/12/2015
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Administração	20,00%	111.722	(77.108)	34.614	22.320
		111.722	(77.108)	34.614	22.320
Em curso					
Administração		6.794	-	6.794	22.363
		6.794	-	6.794	22.363
Total		118.516	(77.108)	41.408	44.683

	Consolidado				
	Taxas médias anuais de amortização (%)	31/12/2016			31/12/2015
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração	20,00%	12	-	12	-
Administração	20,00%	111.722	(77.108)	34.614	22.332
		111.734	(77.108)	34.626	22.332
Em curso					
Geração		19.250	-	19.250	-
Administração		6.794	-	6.794	41.613
		26.044	-	26.044	41.613
Total		137.778	(77.108)	60.670	63.945

21.2 - Movimentação do Intangível

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora				
		31/12/2015	Adições	Amortização	Transferência entre contas	31/12/2016
Não vinculadas a concessão						
Em serviço						
Software	20,0%	90.150	-	-	21.572	111.722
Amortização		(67.830)	-	(9.278)	-	(77.108)
Em curso		22.363	4.410	-	(19.979)	6.794
Total Intangível		44.683	4.410	(9.278)	1.593	41.408

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado				
		31/12/2015	Adições	Amortização	Transferência entre contas	31/12/2016
Não vinculadas a concessão						
Em serviço						
Software	20,0%	90.162	-	-	21.572	111.734
Amortização		(67.830)	-	(9.278)	-	(77.108)
Em curso		41.613	4.410	-	(19.979)	26.044
Total Intangível		63.945	4.410	(9.278)	1.593	60.670

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Controladora			
		31/12/2014	Adições	Amortização	31/12/2015
<u>Não vinculadas a concessão</u>					
Em serviço					
Software	20%	90.150	-	-	90.150
Amortização		(58.771)	-	(9.059)	(67.830)
Em curso					
		8.871	13.492	-	22.363
Total Intangível		40.250	13.492	(9.059)	44.683

	Taxas médias anuais de amortização (%)	Consolidado				
		31/12/2014	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2015
<u>Não vinculadas a concessão</u>						
Em serviço						
Software	20%	90.150	12	-	-	90.162
Amortização		(58.771)	-	-	(9.059)	(67.830)
Em curso						
		27.247	16.536	(2.170)	-	41.613
Total Intangível		58.626	16.548	(2.170)	(9.059)	63.945

22 - FORNECEDORES

O saldo da conta Fornecedores apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Energia elétrica comprada	54.925	92.401	54.925	92.401
Materiais e serviços	186.758	218.176	196.525	230.877
Encargos de uso da rede elétrica:				
Eletonorte	4.173	3.682	4.173	3.682
Eletrosul	3.821	3.836	3.821	3.836
Furnas	4.746	4.637	4.746	4.637
CTEEP	2.258	3.066	2.258	3.066
Outros	46.690	46.050	46.690	46.050
Total	303.371	371.848	313.138	384.549

23 – TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

23.1 - Tributos a recolher

A Companhia apresenta nos Passivos Circulante e Não Circulante tributos e contribuições a pagar assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
IRPJ - retenção	3.517	3.643	3.982	3.643
CSLL - retenção	2.502	2.592	3.639	2.592
Cofins	19.989	28.156	20.661	28.934
ICMS	23.940	23.069	23.940	29.008
INSS	18.912	18.886	19.133	19.290
PIS/Pasep	4.338	6.111	4.449	6.273
IRRF	28.741	15.804	28.762	15.906
FGTS	7.281	5.482	7.312	5.510
Outros	4.167	5.665	4.305	6.514
	113.387	109.408	116.183	117.670
Não Circulante				
Cofins	-	-	16.825	16.318
PIS/Pasep	-	-	3.652	3.541
	-	-	20.477	19.859
Total	113.387	109.408	136.660	137.529

23.2 - Passivos fiscais diferidos

- Imposto de renda pessoa jurídica e Contribuição social sobre o lucro líquido**

A Companhia mantém reconhecidos integralmente em seu Passivo Não Circulante, nos termos dos Pronunciamentos Técnicos CPC 26(R1) (IAS 1) e 32 (IAS 12), aprovados pelas Deliberações CVM nºs 595 e 599, ambas de 15/09/2009, passivos diferidos, no valor de R\$ 3.242.660 (R\$ 56.332, em 31/12/2015), resultantes de diferenças temporárias conforme distribuição a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Diferenças temporárias				
Reconhecimento do laudo (Port. MME nº 120/2016)	9.377.718	-	9.377.718	-
Ajustes decorrentes da ICPC 01	159.517	165.683	194.497	177.992
	9.537.235	165.683	9.572.215	177.992
Débitos Fiscais				
Imposto de renda sobre diferenças temporárias	2.384.309	41.421	2.388.679	44.498
Contribuição social sobre diferenças temporárias	858.351	14.911	865.874	20.572
Não Circulante	3.242.660	56.332	3.254.553	65.070

Tais efeitos contemplam a aplicação da alíquota de 9% para a Contribuição Social e para o Imposto de Renda da alíquota de 15% sobre a base de cálculo, com adicional de 10%.

Os débitos fiscais relativos ao Imposto de renda da pessoa jurídica e à Contribuição social sobre o lucro líquido, provenientes de diferenças temporárias do ICPC 01(R1) (IFRIC 12); ressarcimento dos investimentos na RBSE - registrados integralmente no Passivo Não Circulante, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 26(R1) (IAS 1), será realizado pela movimentação dos ativos financeiros decorrentes da adoção da ICPC 01(R1) (IFRIC 12) e pelo recebimento via RAP.

A programação de realização desses passivos está demonstrada conforme tabela abaixo:

2017/2019	1.002.673
2020/2022	1.201.950
Após 2022	1.038.037
Total	3.242.660

24- FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

24.1 - Composição:

	Controladora e Consolidado									
	31/12/2016					31/12/2015				
	Circulante			Não circulante	Total	Circulante			Não circulante	Total
	Encargos	Principal	Total	Principal		Encargos	Principal	Total	Principal	
Partes relacionadas										
Eletrobras	-	564.166	564.166	134.569	698.735	-	12.563	12.563	17.188	29.751
Instituições financeiras										
Banco do Brasil	6.454	125.000	131.454	125.000	256.454	10.091	125.000	135.091	250.000	385.091
Banco do Nordeste	32	45.636	45.668	112.870	158.538	18	45.474	45.492	158.505	203.997
Caixa Econômica Federal	6.249	112.500	118.749	337.500	456.249	4.892	100.000	104.892	250.000	354.892
BNDES	2.296	64.640	66.936	567.097	634.033	-	-	-	476.915	476.915
Total	15.031	911.942	926.973	1.277.036	2.204.009	15.001	283.037	298.038	1.152.608	1.450.646

- **Eletrobras**

Os financiamentos provenientes da Eletrobras têm como principal fonte os seus recursos próprios, e como principais destinações a realização de programas de investimento.

Neste exercício, foram contratados empréstimos junto a nossa controladora, a Eletrobras, no montante de R\$ 681.531, tendo as seguintes características:

- Empréstimo no montante de R\$ 82.043, para realização de obras do programa de investimentos, sobre o qual incide juros equivalentes a do CDI acrescidos de 2,5% a.a., Este contrato será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira no dia 30 do mês subsequente ao término da carência, que ocorrerá em janeiro/2017. Está garantido por receita própria e haverá quitação antecipada, total ou parcial, caso ocorra liberação de recursos referente ao bloqueio judicial relativo ao “Fator k”;
- Empréstimo no montante de R\$ 50.250 para realização de aportes na SPE Norte Energia S.A., sobre o qual incide juros equivalentes a do CDI acrescidos de 5,54% a.a., Este contrato será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira no dia 30 do mês subsequente ao término da carência, que ocorrerá em fevereiro/2017. Está garantido por recursos referentes à transmissão (Rede Básica do Sistema Existente- RBSE);
- Empréstimo no montante R\$ 300.000, para realização de aportes na SPE Norte Energia S.A., e R\$ 5.145 referente ao IOF sobre a transação, sobre o qual incide juros equivalentes a do CDI acrescidos de 5,54% a.a.. Este contrato será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira no dia 30 do mês subsequente ao término da carência, que ocorrerá em março/2017. Está garantido por recursos referentes a transmissão (Rede Básica do Sistema Existente- RBSE).
- Empréstimo no montante de R\$ 26.250, para realização de aportes na SPE Norte Energia S.A., sobre o qual incide juros equivalentes a do CDI acrescidos de 5,54% a.a., Este contrato será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira no dia 30 do mês subsequente ao término da carência, que ocorrerá em março/2017. Está garantido por recursos referentes à transmissão (Rede Básica do Sistema Existente- RBSE);
- Empréstimo no montante de R\$ 67.954, para realização de aportes na SPE Companhia Energética Sinop S.A., sobre o qual incide juros equivalentes a do CDI acrescidos de 5,54% a.a., Este contrato será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira no dia 30 do mês subsequente ao término da carência, que ocorrerá em março/2017. Está garantido por recursos referentes a transmissão (Rede Básica do Sistema Existente- RBSE);
- Empréstimo no montante de R\$ 100.000, para quitação de compromissos financeiros relativos ao programa de investimento e compromissos relativos aos gastos de manutenção e operação do sistema elétrico, sobre o qual incide juros equivalentes a do CDI acrescidos de 5,54% a.a., Este contrato será amortizado em 10 (dez) parcelas mensais, sendo a primeira no dia 30 do mês subsequente ao término da carência, que ocorrerá em fevereiro/2017. Está garantido por recursos referentes à transmissão (Rede Básica do Sistema Existente- RBSE);

- Empréstimo no montante de R\$ 55.034, para realização de aportes na SPE Norte Energia S.A., sobre o qual incide juros equivalentes a do CDI acrescidos de 5,54% a.a., Este contrato será amortizado em 12 (doze) parcelas mensais, sendo a primeira no dia 30 do mês subsequente ao término da carência, que ocorrerá em março/2017. Está garantido por recursos referentes à transmissão (Rede Básica do Sistema Existente- RBSE);

A Companhia possui ainda contrato com a Eletrobras, com saldo de R\$ 17.203 em 31/12/2016 (R\$ 29.751, em 31/12/2015), com taxa de juros de 7,2% a.a.- a variação do IPCA no período foi de 5,51% (6,4% no mesmo período do ano anterior). Estes contratos serão amortizados mensalmente (principal e encargos), com a última parcela vencendo em 2018.

- **Banco do Brasil**

Saldo de R\$ 256.454 (R\$ 385.091, em 31/12/2015) contratado com o Banco do Brasil S.A., com juros de 10,13% a.a. (115% da taxa média do CDI).

O empréstimo junto ao Banco do Brasil destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras (vide nota 11.3).

Este contrato está sendo amortizado em 08 (oito) parcelas semestrais e teve carência de 12 (doze) meses, vencendo-se a primeira após 18 (meses) a contar da concessão do empréstimo. Os encargos são pagos trimestralmente.

São motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial:

- a) Não honrar o pagamento pontual quaisquer das prestações previstas neste instrumento, ou se não dispusermos de saldo suficiente, nas datas dos seus respectivos vencimentos, para que o Banco do Brasil S.A. promova os lançamentos contábeis destinados às suas respectivas liquidações;
- b) Sofrermos protesto cambiário cuja somatória seja igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), requerermos recuperação extrajudicial, judicial ou falência, ou tivermos falência ou insolvência civil requerida ou por qualquer motivo encerrarmos nossas atividades;
- c) Sofrermos ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou cumprimento das obrigações aqui assumidas;
- d) Diretamente ou através de prepostos ou mandatários prestarmos ao Banco do Brasil S.A. informações incompletas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza;
- e) Diretamente ou através de prepostos ou mandatários, deixarmos de prestar informações que, se do conhecimento do Banco do Brasil S.A. poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações;
- f) Tornar-nos inadimplentes em outra(s) operação(ões) mantida(s) junto ao Banco do Brasil S.A.;
- g) Excedermos o limite de crédito concedido;
- h) Trocarmos o controle do nosso capital, sem a prévia e expressa anuência do Banco do Brasil S.A.;
- i) Manutenção do índice financeiro obtido da divisão da dívida financeira bruta pelo patrimônio líquido não superior a 0,50 a dívida financeira bruta corresponde às dívidas contraídas junto a bancos, entidades multilaterais ou empresas coligadas e/ou emissões no mercado de capitais, no Brasil e no exterior.

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **Banco do Nordeste**

Saldo de R\$ 158.538 (R\$ 203.997), em 31/12/2015), sendo o montante de R\$ 151.277 (R\$ 194.499, em 31/12/2015), contratado com juros de 10% a.a. e bônus de 2,5% por pontualidade, e o montante de R\$ 7.261 (R\$ 9.498, em 31/12/2015) contratado com juros de 4,5% a.a..

Os empréstimos junto ao Banco do Nordeste estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 03 a 06 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 03 prestações de amortização (vide nota 11.3).

Estes contratos são amortizados mensalmente (principal e encargos), com a última parcela vencendo em 2020.

Alguns dos motivos de vencimento antecipado da dívida, independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial:

- a) Deixar de cumprir qualquer obrigação estabelecida neste instrumento de crédito, salvo por exigência legal;
- b) Vier a ser declarada impedida, por normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito, especialmente através de políticas de contingenciamento de crédito para o setor público indireto;
- c) Contratar com outra instituição financeira financiamento para cobertura de itens previstos no orçamento constante neste instrumento de crédito, ou a ele anexo, para financiamento pelo banco;
- d) Incluir em acordo societário ou no estatuto social da creditada, ou da empresa que a controla, dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação de crédito;
- e) Não efetuar, num prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ocorrência, a cobertura de quaisquer insuficiências de recursos na conta reserva no banco, observados os termos da cláusula décima quarta - garantias - item "b" deste instrumento;
- f) Gerar insuficiências na conta reserva, ainda que cobertas dentro do prazo previsto no item "e" retro, em patamares superiores a 03 (três) ocorrências, a cada período de 12 (doze) meses;
- g) Pedir recuperação judicial ou extrajudicial, ou for decretada a sua falência, ou tiver contra si formulação de pedido de liquidação ou decretação de intervenção.

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **Caixa Econômica Federal**

Saldo de R\$ 456.249 (R\$ 354.892 em 31/12/2015), sendo o montante de R\$ 253.531 contratado com a Caixa Econômica Federal, com juros de 115% do CDI, e está sendo amortizado em 08 (oito) parcelas semestrais com carência de 12 (doze) meses, vencendo-se a primeira após 18 (dezoito) meses a contar da concessão do empréstimo com encargos pagos trimestralmente; o montante de R\$ 202.718, contratado neste exercício, com juros de 140% da taxa média diária do CDI, e será amortizado em 60 (sessenta) meses, sendo: (a) Carência: de 12 (doze) meses, com pagamento mensal dos juros; e (b) Amortização: 48 (quarenta e oito) meses, com pagamento mensal de parcela de juros e amortização.

Os empréstimos junto a Caixa Econômica Federal foram destinados à constituição de capital de giro. Estão garantidos por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da totalidade das Receitas Anuais de Geração – RAG, das Usinas do Complexo de Paulo Afonso, Usina de Funil e Usina da Pedra durante o prazo da operação.

São motivos de vencimento antecipado da dívida e imediata execução do título, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, além dos casos previstos em lei aqueles estabelecidos em contrato, tais como:

- a) Infringência de qualquer obrigação contratual;
- b) Existência, a qualquer tempo, de débitos fiscais, trabalhistas ou previdenciários, vencidos e não pagos, em nome da Creditada, exceto aqueles que estejam sendo discutidos judicialmente;

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

- **BNDES**

Saldo de R\$ 634.033 (R\$ 476.915, em 31/12/2015). Neste exercício, foram liberados R\$ 137.469 para a linha de crédito do contrato 1148.1, e R\$ 70.750 para a linha de crédito do contrato 1149.1. Sobre o valor do financiamento, incidem juros de 3,28% a.a. acima da TJLP, pagos mensalmente para os subcréditos A e B; 3,5% a.a. pagos mensalmente para o subcrédito C, e a variação da TJLP para o subcrédito D, do contrato 1148.1; 1,5% acima da TJLP para o subcrédito A, pagos trimestralmente, 3,5% a.a. pagos trimestralmente para o subcrédito B; e a variação da TJLP pagos trimestralmente para o subcrédito C, do contrato 1149.1.

Os financiamentos junto ao BNDES destinam-se a implantação das obras de ampliação, reforços, melhorias e modernização da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, sob responsabilidade da Chesf, para implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), bem como para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame, tendo como garantias a cessão fiduciária dos direitos creditórios da Receita Anual de Geração - RAG, a que a beneficiária tem direito pela disponibilização da Garantia Física e de Potência das Usinas Hidroelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança (Castelo Branco) e Xingó, e Fiança da Eletrobras.

Estes financiamentos serão amortizados em até 168 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data na formalização do aditivo aos respectivos contratos e a última no dia 15/06/2029.

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente a dívida, com a exigibilidade e imediata sustação de qualquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", a que se refere a Cláusula Décima Primeira, inciso I, forem comprovados pelo BNDES:

- a) a redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA sem atendimento ao disposto no inciso IV da Cláusula Décima Primeira;
- b) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- c) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente Contrato, no "Contrato de Garantia" referido na Cláusula Nona ou no "Contrato de Administração de Contas e Outras Avenças" referido no inciso XXVIII da Cláusula Décima Primeira;
- d) a falsidade da declaração firmada pela BENEFICIÁRIA na Cláusula Oitava (Garantia da Operação) que negava a existência de gravames sobre os direitos creditórios oferecidos ao BNDES;
- e) a constituição sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia ao BNDES na Cláusula Oitava (Garantia da Operação); ou
- f) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente CONTRATO e no CONTRATO de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças mencionado no caput da Cláusula Oitava (Garantia da Operação);
- g) aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato).

As cláusulas de vencimento antecipado estabelecidas nos contratos de financiamentos e empréstimos estão sendo cumpridas pela Companhia.

24.2 - Composição dos financiamentos e empréstimos por indexador:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
IPCA	215	300
CDI	1.394.235	739.983
TJLP	389.881	197.858
Sem indexador	419.678	512.505
Total	2.204.009	1.450.646
Principal	2.188.978	1.435.645
Encargos	15.031	15.001
Total	2.204.009	1.450.646

24.3 – Vencimentos das parcelas do passivo não circulante

O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 1.277.036 (R\$ 1.152.608, em 2015), tem seus vencimentos assim programados:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
2018	513.803	330.526
2019	204.233	327.418
2020	130.911	145.378
2021	96.336	71.993
2022	58.836	49.905
Após 2022	272.917	227.388
Total Não Circulante	1.277.036	1.152.608

24.4- Mutação dos financiamentos e empréstimos

	Controladora e Consolidado			
	Circulante			Não Circulante Principal
	Encargos	Principal	Total	
Saldo em 31/12/2014	15.730	234.684	250.414	957.153
Ingressos	-	-	-	476.915
Provisão de Encargos	137.418	-	137.418	-
Variação monetária	30	4	34	25
Transferências	-	281.485	281.485	(281.485)
Amortizações/pagamentos	(138.177)	(233.136)	(371.313)	-
Saldo em 31/12/2015	15.001	283.037	298.038	1.152.608
Ingressos	-	-	-	1.089.750
Provisão de Encargos	182.413	-	182.413	-
Variação monetária	-	8.395	8.395	(4.647)
Transferências	-	960.675	960.675	(960.675)
Amortizações/pagamentos	(182.383)	(340.165)	(522.548)	-
Saldo em 31/12/2016	15.031	911.942	926.973	1.277.036

24.5– Garantias

A Companhia participa, sem custo ou recebimento de remuneração, na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados abaixo:

Empresa	Banco Financiador	Modalidade	Participação na Investida	Valor do Financiamento (Quota parte da Companhia) (*)	Saldo Devedor em 31/12/2016 (*)	Projeção do Saldo Devedor			Término da Garantia
						2017	2018	2019	
TDG	BNB (FNE)	SPE	49,0%	29.764	27.302	27.417	26.241	25.354	30/03/2031
TDG	BNB (FNE)	SPE	49,0%	58.346	52.820	52.595	52.460	52.179	30/10/2032
Manaus Transmissora	BASA (FNO)	SPE	19,5%	48.750	63.494	61.389	59.353	57.386	10/07/2030
Manaus Transmissora	BASA (FDA)	SPE	19,5%	29.250	31.066	30.957	30.610	30.740	10/07/2031
Serra das Vacas	Itaú BBA e Bradesco BBI	SPE	49,0%	132.009	136.110	134.102	131.344	128.037	2017
Serra das Vacas	Itaú BBA e Bradesco BBI	SPE	49,0%	33.320	32.360	36.629	37.761	38.679	2017
Total				331.439	343.152	343.089	337.769	332.375	

(*) Valor do Financiamento contratado considerando o percentual de participação da Chesf na SPE.

25 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Contribuições sociais	42.209	35.848	42.494	36.007
Férias	107.906	91.062	108.366	91.518
Outros	10.742	9.253	11.001	9.253
Total	160.857	136.163	161.861	136.778

26 – INCENTIVO AO DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO – PIDV

A Companhia aprovou um programa denominado “Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV”, destinado ao desligamento de empregados que possuíam a partir de 20 anos de vínculo empregatício efetivo na Companhia ou que estivessem aposentados pelo INSS, e que voluntariamente desejassem aderir cujo prazo de adesão encerrou no dia 10/07/2013.

Aos empregados participantes do PIDV, e a seu grupo familiar, foi assegurado um plano de saúde administrado pela Fachesf, denominado “Fachesf Saúde Mais”, por um período de 60 (sessenta) meses, a partir da data de seu desligamento.

O Fachesf Saúde Mais é um plano privado de assistência à saúde, destinado exclusivamente para os empregados, participantes do Plano Previdenciário da Fachesf, que aderirem ao Plano de Incentivo a Demissão Voluntária – PIDV, e aos seus respectivos dependentes e agregados vinculados ao Plano de Assistência Patronal – PAP da Chesf, na data de adesão.

Em 31/12/2016 a Companhia possui registrado o montante de R\$ 73.079 (R\$ 109.521, em 31/12/2015), referente a PIDV e plano de saúde.

27 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora da Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social - Fachesf, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal assegurar a prestação de benefícios complementares aos concedidos pela Previdência Oficial.

O regime atuarial da Fachesf é o de capitalização e o Plano originalmente constituído é do tipo Benefício Definido (Plano BD). Em 29/06/2001, foram implantados os Planos de Contribuição Definida (Plano CD) e de Benefício Saldado (Plano BS), tendo a migração de participantes do Plano BD para os novos Planos, encerrada em 19/11/2001, atingindo o percentual de 97,1%.

A Companhia adota os procedimentos recomendados pelo Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) (IAS 19), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, procedendo à avaliação atuarial dos passivos decorrentes dos benefícios pós-emprego. Os critérios e hipóteses adotados nessa avaliação podem diferir daqueles adotados pela administração do programa, os quais seguem legislações específicas, impedindo, assim, as comparações simples de resultados.

Em conformidade com as práticas contábeis previstas na Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

A seguir, encontra-se o detalhamento dos compromissos referentes aos Planos de Aposentadoria, na forma da Deliberação CVM nº 695/2012, na data-base de 31/12/2016.

PLANO PREVIDENCIÁRIO

- **Características Básicas**

A Fachesf administra em favor dos empregados da Chesf três planos de aposentadoria: o Plano de Benefícios Definido, o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida e o Plano de Benefícios Saldados.

O Plano de Benefícios, do tipo benefício definido, garante aos participantes um benefício de 100% da média dos últimos salários.

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida é um plano onde o participante escolhe o seu nível de contribuição e a patrocinadora contribui com um percentual variável da contribuição escolhida pelo participante. A acumulação desses recursos é que irá determinar o valor do benefício do participante. A Chesf se responsabiliza ainda pelos custos dos benefícios de risco e da administração do plano. Este é o único Plano aberto a novas inscrições.

Os participantes que optaram pela transferência do Plano de Benefícios para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida tiveram a opção de manter no Plano Benefícios Saldados o valor proporcional que haviam acumulado no plano de origem ou transferir o valor presente de tal benefício para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida.

- **Política Contábil Adotada pela Entidade no Reconhecimento dos Ganhos e Perdas Atuariais.**

A obrigação com benefícios de aposentadoria reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, reduzido pelo valor justo dos ativos do plano, conforme previsto no Pronunciamento sobre a Contabilização de Benefícios a Empregados.

Perfil populacional dos participantes:

DADOS POPULACIONAIS	31/12/2016			31/12/2015		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Participantes ativos						
Participantes - nº	15	1.120	3.868	15	1.124	4.248
Idade Média (anos)	61,50	59,48	47,97	60,06	57,95	46,50
Salário Médio em R\$	9.620,89	2.084,73	11.193,14	8.510,14	1.882,40	9.488,54
Aposentados						
Participantes Aposentados - nº	4.375	1.173	1.498	4.506	1.180	1.514
Idade Média	72,79	64,65	64,54	71,48	63,18	63,04
Benefício em Médio R\$	4.545,19	3.556,99	2.758,12	4.041,69	3.193,71	2.472,23
Pensionistas						
Números de pensões	1.670	147	145	1.621	137	133
Benefício Médio em R\$	1.791,57	1.169,88	2.235,85	1.590,41	1.017,86	2.043,06
População Total	6.060	2.440	5.511	6.142	2.441	5.895

SEGURO DE VIDA

A Companhia subsidia parte dos prêmios decorrentes de uma apólice de seguro de vida para os empregados ativos. Os ex-empregados aposentados, que optaram por permanecer vinculados a essa apólice, pagam integralmente o prêmio que é estabelecido de forma coletiva para toda a massa de ativos e inativos. Todavia, dadas as características etárias das massas populacionais de ativos e inativos, o cálculo atuarial do prêmio segregado atribuível à massa inativa identifica a existência de um subsídio pós-emprego indireto pago pela Companhia.

Com base nas características apresentadas, a Companhia registra em seu passivo não circulante a avaliação atuarial para cobertura dos segurados inativos, considerando o total da apólice vigente, segregada entre as partes.

Em conformidade com as novas práticas contábeis, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais apurados relativo ao benefício de seguro de vida, no período em que ocorrerem, em outros resultados abrangentes, conforme orientações do CPC 33(R1) e IAS 19.

HIPÓTESES ATUARIAIS E ECONÔMICAS

	2016	2015
Hipóteses Econômicas		
Taxa de juros de desconto atuarial anual	11,17%	13,22%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,91%	7,32%
Projeção de aumento médio dos salários	7,23%	8,26%
Projeção de aumento médio dos benefícios	4,97%	5,50%
Taxa média de inflação anual	4,97%	5,50%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,17%	13,22%
Hipóteses Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 BASIC (D5%) M&F	AT-2000 BASIC (D5%) M&F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 49 M&F	AT- 49 M&F
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa de juros de longo prazo considerada baseou-se na prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios.

PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2016

	31/12/2016				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES					
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	2.560.273	769.692	2.017.921	66.060	5.413.946
Custo de juros	321.768	98.618	263.531	8.680	692.597
Custo do serviço corrente	9	310	148.166	4.694	153.179
Benefícios pagos pelo plano	(297.313)	(54.233)	(57.654)	-	(409.200)
Remensurações de Ganho/(Perdas) atuariais	510.095	193.492	(1.517.647)	(12.192)	(826.252)
Decorrentes de ajuste de experiência	189.284	42.831	(1.651.146)	(14.519)	(1.433.550)
Decorrentes de alterações premissas biométricas	-	-	-	-	-
Decorrentes de alterações premissas financeiras	320.811	150.661	133.499	2.327	607.298
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	3.094.832	1.007.879	854.317	67.242	5.024.270
ALTERAÇÕES DOS ATIVOS FINANCEIROS					
Valor justo dos ativos do plano no início do período	2.092.453	1.196.109	2.008.636	-	5.297.198
Receita de juros	264.201	155.310	272.074	-	691.585
Contribuições do patrocinador	74.137	1.787	7.363	-	83.287
Contribuições dos participantes	8.485	-	79.720	-	88.205
Benefícios pagos pelo plano	(297.313)	(54.233)	(57.654)	-	(409.200)
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(14.056)	19.477	(1.620.278)	-	(1.614.857)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	2.127.907	1.318.450	689.861	-	4.136.218

PLANOS DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2015

ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES	31/12/2015				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	2.698.011	764.548	1.876.960	55.273	5.394.792
Custo de juros	314.192	90.324	226.309	6.765	637.590
Custo do serviço corrente	10	476	138.505	4.143	143.134
Benefícios pagos pelo plano	(271.085)	(46.023)	(54.993)	-	(372.101)
Remensurações de Ganho/(Perdas) atuariais	(180.855)	(39.633)	(168.860)	(121)	(389.469)
Decorrentes de ajuste de experiência	(41.867)	(13.870)	(117.647)	846	(172.538)
Decorrentes de alterações premissas biométricas	63.458	54.587	20.353	267	138.665
Decorrentes de alterações premissas financeiras	(202.446)	(80.350)	(71.566)	(1.234)	(355.596)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	2.560.273	769.692	2.017.921	66.060	5.413.946
ALTERAÇÕES DOS ATIVOS FINANCEIROS					
Valor justo dos ativos do plano no início do período	2.181.009	1.160.451	1.822.024	-	5.163.484
Receita de juros	256.722	138.840	228.114	-	623.676
Contribuições do patrocinador	54.818	3.961	64.268	-	123.047
Contribuições dos participantes	8.268	-	75.564	-	83.832
Benefícios pagos pelo plano	(271.085)	(46.023)	(54.993)	-	(372.101)
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(137.279)	(61.120)	(126.341)	-	(324.740)
Valor justo dos ativos do plano no final do período	2.092.453	1.196.109	2.008.636	-	5.297.198

ATIVOS GARANTIDORES POR CATEGORIA

As principais categorias de ativos do plano no final do período são apresentadas a seguir:

Categorias de Ativo	31/12/2016			31/12/2015		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Disponível	154	54	403	977	9	8
Realizável	270.799	15.287	56.017	262.473	15.008	48.094
Títulos Públicos	1.666.599	903.453	1.286.542	1.542.559	841.173	1.246.485
Crédito de Depósitos Privados	21.185	-	-	36.480	-	-
Debêntures	-	6.928	39.032	-	7.498	2.473
Ações	-	-	-	41.114	13.569	20.471
Investimentos em Fundos	353.508	327.270	1.067.046	349.753	259.858	624.803
Investimentos imobiliários	36.193	-	5.448	35.399	-	5.372
Empréstimos e financiamentos	143.496	86.698	96.078	139.018	79.916	88.588
Outros Realizáveis	-	-	-	-	-	2.000
(-) Exigíveis Previdenciários	(57.610)	(15.334)	(23.796)	(32.504)	(15.810)	(25.065)
(-) Exigível Contingencial	(290.720)	(18)	(4)	(270.564)	-	-
(-) Fundo de Investimentos	(15.697)	(5.888)	(6.189)	(12.252)	(5.112)	(4.593)
Valor justo - parte CD	-	-	(1.830.716)	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano	2.127.907	1.318.450	689.861	2.092.453	1.196.109	2.008.636

FLUXO PROJETADO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

Valores esperados	Posição em 31/12/2016		
	Plano BD	Plano BS	Plano CD
Até 1 ano:	278.422	64.195	58.239
De 1 ano a 2 anos:	274.734	66.053	58.261
De 2 anos a 5 anos:	796.977	210.570	174.805
Acima de 5 anos:	3.978.459	1.753.530	1.622.691
Total dos pagamentos esperados pelo Plano:	5.328.592	2.094.348	1.913.996

MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO COM BENEFÍCIOS POS-EMPREGO

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
Saldo em 31/12/2014	821.660	-	54.937	55.273	931.870
Custo dos Juros e do Serviço	49.213	476	62.941	10.908	123.538
Pagamentos	(38.993)	-	(59.205)	-	(98.198)
Ajuste atuarial	249.609	(476)	(49.388)	(121)	199.624
Saldo em 31/12/2015	1.081.489	-	9.285	66.060	1.156.834
Custo dos Juros e do Serviço	49.090	310	68.446	13.375	131.221
Pagamentos	(60.221)	-	(59.941)	-	(120.162)
Ajuste atuarial	117.578	(310)	146.665	(12.192)	251.741
Saldo em 31/12/2016	1.187.936	-	164.455	67.243	1.419.634

CUSTO PERIÓDICO LÍQUIDO

	Exercício de 2016				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO					
Custo do Serviço	9	310	148.166	4.694	153.179
Custo dos juros	57.566	-	-	8.681	66.247
Contribuição de participantes	(8.485)	-	(79.720)	-	(88.205)
CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO PERÍODO	49.090	310	68.446	13.375	131.221

	Exercício de 2015				
	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
COMPONENTES DO CUSTO PERIÓDICO					
Custo do Serviço	10	476	138.505	4.143	143.134
Custo dos juros	57.471	-	-	6.765	64.236
Contribuição de participantes	(8.268)	-	(75.564)	-	(83.832)
CUSTO DOS BENEFÍCIOS NO PERÍODO	49.213	476	62.941	10.908	123.538

MOVIMENTAÇÃO DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO EM OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	Plano BD	Plano BS	Plano CD	Seguro	Total
Saldo em 31/12/2014	(1.029.808)	(32.434)	(239.679)	(67.593)	(1.369.514)
Ganhos e perdas	(249.609)	476	49.388	121	(199.624)
Saldo em 31/12/2015	(1.279.417)	(31.958)	(190.291)	(67.472)	(1.569.138)
Ganhos e perdas	(117.578)	310	(146.665)	12.192	(251.741)
Saldo em 31/12/2016	(1.396.995)	(31.648)	(336.956)	(55.280)	(1.820.879)

ANÁLISES DE SENSIBILIDADE DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES

PLANO BD					
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	3.165.550	3.022.713	3.032.967	3.159.014	3.094.832
Valor justo dos ativos do plano	2.127.907	2.127.907	2.127.907	2.127.907	2.127.907
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(1.037.643)	(894.806)	(905.060)	(1.031.107)	(966.925)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	2,3%	-2,3%	-2,0%	2,1%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	7,3%	-7,5%	-6,4%	6,6%	-

PLANO BS					
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	1.025.154	990.067	981.741	1.035.220	1.007.879
Valor justo dos ativos do plano	1.318.450	1.318.450	1.318.450	1.318.450	1.318.450
Superávit / (Déficit) técnico do plano	293.296	328.383	336.709	283.230	310.571
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	1,7%	-1,8%	-2,6%	2,7%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	-5,6%	5,7%	8,4%	-8,8%	-

PLANO CD					
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	863.174	845.078	831.240	878.518	854.317
Valor justo dos ativos do plano	689.861	689.861	689.861	689.861	689.861
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(173.313)	(155.217)	(141.379)	(188.657)	(164.456)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	1,0%	-1,1%	-2,7%	2,8%	-
Aumento / redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	5,4%	-5,6%	-14,0%	14,7%	-

SEGURO DE VIDA					
	TÁBUA BIOMÉTRICA		TAXA DE JUROS		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade - 1	Idade +1	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	67.303	67.177	66.473	68.031	67.242
Superávit / (Déficit) técnico do plano	(67.303)	(67.177)	(66.473)	(68.031)	(67.242)
Variações:					
Aumento / redução da obrigação atuarial	0,1%	-0,1%	-1,1%	1,2%	-
Aumento / redução do Superávit / (Déficit) técnico do plano	0,1%	-0,1%	-1,1%	1,2%	-

PASSIVO ATUARIAL DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS CONTRATADOS

A Companhia mantém plano de previdência aos seus empregados e seguro de vida pós-emprego conforme a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Planos previdenciários	1.255.179	1.090.774
Seguro de vida	164.455	66.060
Total	1.419.634	1.156.834
Circulante	27.727	25.876
Não circulante	1.391.907	1.130.958

Os valores reconhecidos no período foram apurados com base no laudo atuarial preparado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A avaliação atuarial é intrinsecamente incerta e, portanto, está sujeita a alterações quando da revisão atuarial realizada anualmente.

OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Além dos benefícios concedidos por intermédio dos planos de previdência complementar, a Companhia oferece outras vantagens a seus empregados, tais como: plano de saúde, seguro de vida, auxílio refeição, auxílio transporte e auxílio educação, que são periodicamente negociadas por ocasião dos acordos coletivos de trabalho. No exercício, a Companhia despendeu com essas rubricas o montante de R\$ 183.794 (R\$ 156.599, em 2015).

28 – OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<u>Circulante</u>				
Taxa de fiscalização da Aneel	782	1.607	1.067	1.607
Benefícios pós-emprego – contribuição normal	14.224	11.415	14.224	11.415
Aquisição de imóveis – acampamento	923	923	923	923
Convênio MME	4.707	4.210	4.707	4.210
Cauções em garantia	3.307	2.940	3.307	2.940
Acordo Chesf/Senai	1.099	1.341	1.099	1.341
Entidade seguradora	161	98	161	98
Aquisição da conexão à SE Pirapama II	1.353	1.353	1.353	1.353
Contas a pagar - Eletropar	73	73	73	73
Valores a ressarcir - Lei nº 12.783/2013	101.524	-	101.524	-
Outras provisões - Lei nº 12.783/2013	60.854	-	60.854	-
Outros	12.213	3.936	43.978	35.402
	201.220	27.896	233.270	59.362
<u>Não Circulante</u>				
FGTS Conta-Empresa	4.244	4.552	4.244	4.552
Eletropar	10	19	10	19
Valores a ressarcir - Lei nº 12.783/13	-	90.461	-	90.461
Outros	-	-	1	-
	4.254	95.032	4.255	95.032
Total	205.474	122.928	237.525	154.394

29 – RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E AMBIENTAIS

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	Provisão em 31/12/2015	Adições (reversões)	Baixas	Provisão em 31/12/2016
Trabalhistas	144.525	19.568	(21.282)	142.811
Cíveis	1.498.684	256.579	(87.042)	1.668.221
Ambientais	165	15	-	180
Fiscais	17.162	11.017	-	28.179
Total	1.660.536	287.179	(108.324)	1.839.391

A Chesf é parte em processos judiciais, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Chesf, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- São constituídas provisões para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **provável**;
- São divulgadas em notas explicativas as informações correspondentes às causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **possível**;
- Para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado **remoto**, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

As contingências da área Trabalhista são compostas na sua maioria de ações relativas a periculosidade; horas extras; suplementações de aposentadoria Fachesf; equiparação/enquadramento funcional e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas.

As Cíveis de maior peso são as ações de caráter indenizatório, desapropriações e de recomposição financeira de contratos.

Na área Tributária há questões envolvendo anulação de autos de infração; pleitos de ressarcimento/compensação de créditos (PIS, Cofins, IRPJ, CSLL, ITR, ICMS entre outros tributos).

Todas essas contingências estão tendo as devidas defesas pela Companhia, tendo sido constituídos os pertinentes depósitos judiciais, quando requeridos.

1) Destacam-se as seguintes ações com **risco de perda provável**:

- 1.1) A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAIN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. (rés neste processo, e aqui doravante assim referidas), e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R\$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As mesmas rés, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após longa tramitação processual nas instâncias ordinárias, incluindo controvérsia em torno do ramo judiciário competente para seu processamento e julgamento (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à luz da Lei nº 8.197/1991, entendeu ser a competência da Justiça Estadual, entendimento este ratificado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE – o Superior Tribunal de Justiça/STJ, instado a se pronunciar na matéria, não conheceu do correspondente recurso especial por razões exclusivamente processuais), a ação da Chesf foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo TJPE.

A Chesf e a União, no curso do processo – por questões incidentais – e especialmente ao seu final nas instâncias ordinárias, apresentaram recursos especiais e extraordinários. Em torno do processo principal, o Supremo Tribunal Federal/STF não conheceu do recurso extraordinário, por inexistir matéria diretamente constitucional na controvérsia. E o STJ, em agosto/2010, negou provimento ao recurso especial da Chesf

(RESP 726.446), ensejando a apresentação pela Companhia de embargos de declaração cujo julgamento foi iniciado em dezembro/2012 e concluído em dezembro/2013, sendo a eles por igual negado provimento e objeto de segundos Embargos de Declaração, que, de igual modo foram negados. Ato contínuo, foram apresentados embargos de divergência em recurso especial. Em fevereiro de 2016, os embargos de divergência de competência da Corte Especial do STJ foram rejeitados liminarmente pelo Relator, Ministro Luiz Felipe Salomão. A Chesf interpôs agravo regimental dessa decisão, rejeitado pela Corte Especial e pendente de publicação.

Em 02/12/2016 a Chesf protocolizou petição de Tutela Provisória Incidental nos autos do RESP nº 1.530.912/PE, a qual teve seu pedido deferido, atribuindo efeito suspensivo para sustar a eficácia do acórdão prolatado pelo TJPE, até julgamento definitivo do recurso especial.

Paralelamente, e desde a conclusão da tramitação do feito perante as instâncias ordinárias, as rés vem tomando, perante as instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, diversas iniciativas no sentido de promover a execução do montante que pleitearam em reconvenção.

Assim, em novembro/1998 apresentaram pedido de execução provisória, mediante antecipação judicial da tutela pretendida, mas tal iniciativa foi suspensa por ordem do STJ.

Após, as mesmas rés formularam processo de liquidação da decisão provisória que detinham em seu favor, o qual, afinal – e não sem antes, no seu curso, haver sido declinado, por incompetência, à Justiça Federal, decisão esta revertida pelo TJPE a pedido das rés –, foi extinto sem julgamento de mérito por decisão da primeira instância que, recorrida, foi revertida pelo TJPE, que deu provimento, em larga medida, à pretensão das rés (AI 205.097-7), homologando, com exclusões, o segundo laudo pericial final de arbitramento de valores apresentado no feito em primeira instância. Ainda neste mesmo caso, e após a sucessiva apreciação de diversos embargos de declaração articulados por todas as partes do processo, o mesmo TJPE acolheu pretensão da Chesf no sentido de excluir daquela anterior homologação de valores o indevido cômputo cumulado de juros moratórios contratuais e legais, reduzindo assim muito substancialmente o montante reconhecido em favor das rés.

Concluída a apreciação da matéria liquidatória nas instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, todas as partes do processo apresentaram recursos às instâncias judiciárias superiores – no caso da Chesf, tanto recurso especial ao STJ (apontando diversas irregularidades processuais e manifestas reduções ainda legalmente necessárias no montante liquidatório inicialmente homologado pelo TJPE) quanto recurso extraordinário ao STF (apontando questões processuais relacionadas às garantias fundamentais constitucionais).

Cabe ainda registrar, neste mesmo feito – processo de liquidação –, que independentemente dos antes referidos recursos especiais e extraordinários ora pendentes de apreciação, encontra-se em curso perante o STJ o RESP 1.366.295, onde, já após a vigência da Lei nº 9.469/1997, controverte-se novamente a competência para processamento e julgamento daquela causa (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; as rés entendem pela competência do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco): neste recurso houve decisão denegatória da Segunda Turma do STJ, seguida de embargos declaratórios da CHESF. Em março de 2016 houve apreciação dos referidos embargos declaratórios com idêntico resultado sendo publicada tal decisão em 12/09/2016.

Em agosto de 2013 as rés, após a conclusão da tramitação deste feito liquidatório perante as instâncias ordinárias – e sem prejuízo das pendências dos recursos às instâncias judiciárias superiores antes referidos –, tomaram iniciativa perante a 12ª Vara Cível de Recife – PE no sentido de promover a execução provisória dos valores, que referenciados a abril/2015 totalizam um montante de R\$ 1.035 milhões. Houve determinação de penhora *on line*, via Bacenjud, com várias iniciativas de incidência sobre ativos da CHESF. Até o dia 31/12/2015 os bloqueios somavam a importância de R\$ 360 milhões. O consórcio peticionou requerendo que fosse penhorado 25% do faturamento da Chesf, bem como fosse liberado o valor até então bloqueado sem a apresentação de caução idônea, sendo tal pleito **indeferido** pelo MM. Juízo, decisão posteriormente confirmada pelo TJPE. Em 24/02/2016 nova decisão da 12ª Vara Cível da Comarca de Recife deferiu o pedido de penhora sobre títulos da dívida pública havidos pela Chesf, de forma a complementar, até o valor da condenação, o valor já bloqueado. Contra tal medida foi apresentado Agravo de Instrumento ao TJPE, pendente de julgamento. A Secretaria do Tesouro Nacional informou a impossibilidade de cumprimento de tal determinação e, por conseguinte, foram oficiados o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Em 31/05/2016, foi bloqueado pela Caixa Econômica Federal o valor de R\$125 milhões, aplicados em fundos daquela instituição.

Apresentada Ação de Reclamação pela Chesf, em 31/05/2016, objetivando a suspensão da execução provisória e por via de consequência, as medidas de bloqueio, foi deferida liminar pelo Des. substituto Roberto Maia em 06/06/2016 e revogada em 07/06/2016, restituindo a situação de bloqueio sem que

houvesse, na prática, produzido seus efeitos. Novo pedido de reconsideração/agravo foi apresentado pela Chesf em 15/06/2016, recebido como agravo em 16/06/2016 tendo sido determinada a citação das agravadas. Ante a juntada de novos documentos pela Chesf, o Relator Des. Eduardo Augusto Paurá Peres despachou para o Consórcio se manifestar sobre os documentos novos, dê-se vista aos reclamados, na forma do art. 437, §1º, do CPC1.

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, atualizou a provisão em seu passivo não circulante, no montante de aproximadamente R\$1.169.311 e outros adicionais de R\$ 117.700, relativamente ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à Chesf (estes fixados à razão de 10% sobre o valor da condenação principal e mais R\$100.000,00), tudo o acima referido tomando especialmente por referência, de um lado, a decisão manifestada pelo TJPE em ação de liquidação (proposta pelo Consórcio Xingó – CBPO/CONSTRAN/Mendes Junior), atualmente em curso perante o STJ sob o nº RESP 1.530.912, distribuído naquela corte e ainda ali aguardando processamento e julgamento com atribuição de efeito suspensivo no recurso (há, no mesmo processo, também Recurso Extraordinário com destino ao Supremo Tribunal Federal), e, de outro lado, os valores em torno dos quais (inclusive conforme suscitado no ora Recurso Especial acima referido) há a convicção de descabimento/inaplicação ao caso.

Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

- 1.2) Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (distribuído e autuado à época sob o número 0085/1993, atualmente 0000023-22.1993.805.0242). A sentença foi julgada procedente no primeiro grau para condenar a Chesf no valor de R\$ 50.000, (principal mais juros e correção monetária). Em 31/12/2008, a Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente (sendo autuado sob o número 0003437-77.2011.4.01.3305). Em 30/06/2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor. Em 30/09/2011 foi ajuizada Ação Rescisória (0054126-49.2011.4.01.0000) perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo sido deferida liminar em 31/12/2011 determinando a suspensão da execução do processo principal, o que se perdura até este momento. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R\$ 100.000. Em 31/12/2016, referida Ação Rescisória ainda encontra-se pendente de julgamento.
- 1.3) Ação de Desapropriação movida pela Companhia contra Herculano Galdino do Nascimento (Processo 0000538-66.2007.805.0245). Tendo como parte o sucessor, Henrique Moraes do Nascimento, cujo objeto da causa é a contestação do valor indenizatório pago à época. A Companhia mantém em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta ação no valor de R\$ 52.000. Processo em fase de instrução – laudo pericial. Decisão remetendo para Justiça Federal. Em 31/12/2016, referido processo ainda não foi enviado à Justiça Federal.

- 2) A Chesf possui ações não provisionadas, com **risco de perda possível**, conforme distribuição a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	167.964	151.525
Ambientais	710	4.210
Cíveis e fiscais	5.674.111	4.870.339
Total	5.842.785	5.026.074

- 2.1) Dentre essas destacam-se as seguintes:

- 2.1.1) Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, ajuizada em 08/06/1999, processo nº 0012492-28.2010.4.05.8300, na qual pede a condenação da Companhia ao pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, para as faturas emitidas após 30/04/1990 (“Pós-Collar”). Na aludida ação, as autoras formularam pedidos genéricos, limitando-se a apontar a existência de um suposto direito a compensação financeira, remetendo a apuração dos valores para a liquidação da sentença.

A Chesf contestou a ação, inclusive pedindo que a União Federal fosse admitida no feito, com a consequente remessa do processo a uma das Varas da Justiça Federal em Pernambuco. Após a

apresentação de perícia foi proferida sentença, pela justiça estadual, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R\$ 23.766, a preços de setembro de 2004 (R\$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31/03/2010). Contra essa decisão, a Chesf interpôs recurso de apelação, onde foi declarada, pelo TJPE a nulidade da sentença, por ter sido proferida por Juiz incompetente (uma vez que a União Federal havia sido admitida no feito), e determinando o envio dos autos à Justiça Federal. A Justiça Federal de Pernambuco recebeu o processo no estado em que se encontrava, não tendo determinado a realização de nova perícia, e tendo proferido nova sentença, condenando a Chesf ao pagamento das importâncias acima discriminadas. Diante dessa situação a Companhia interpôs recurso de apelação, para o Tribunal Regional Federal da 5.ª Região, no qual requereu a anulação do processo a partir da fase da perícia. Ato contínuo, a autora interpôs recurso de apelação adesivo. Julgados ambos os recursos pela 4ª turma do TRF5, em decisão publicada em 10/12/2014 que determinou a condenação ao pagamento de indenização relativa aos encargos moratórios calculados incorretamente sobre as parcelas pagas com atraso pela Chesf. Prevalecendo as conclusões do perito judicial no que tange ao equívoco da Chesf no cálculo dos encargos contratuais, exceto no que tange à necessidade de correção do anatocismo verificado no pagamento parcial das faturas e na incidência de juros de mora da parte dispositiva da sentença após 30/09/2001. Honorários reduzidos para R\$ 20. Embargos de declaração apresentados pela Chesf, pela União Federal e pela CBPO. Os embargos da CBPO foram providos para fixar os honorários em 2,5% do valor da condenação. Os embargos da Chesf e da União foram improvidos. Apresentados Recursos Especial e Extraordinário, estes foram admitidos e remetidos ao STJ. Distribuído o RESP 1.611.929/PE por dependência ao Ministro Mauro Campbell, 2ª Turma. Vistas ao MPF em 13/09/2016. A referida ação encontra-se pendente de julgamento em 31/12/2016.

- 2.1.2)** Ação civil pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no valor de R\$ 368.548, perante a 2ª Vara Federal em Sergipe, com o objetivo de obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores do Cabeço, à jusante da UHE Xingó e provocados pela construção desta Usina - Processo nº 0002809-27.2002.4.05.8500.

Foram incluídos no pólo passivo da ação o Ibama, o IMA-AL, o CRA-BA, a União Federal e a Adema-SE.

Por outro lado, na comarca de Brejo Grande/SE, também tramitava ação civil pública proposta contra a Chesf pela Associação de Pescadores do Povoado Cabeço e Saramém, à qual foi atribuído o valor de R\$ 309.114 com os mesmos propósitos da demanda anteriormente comentada. Em 15/04/2008 foi proferida sentença reconhecendo a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito e determinando a remessa dos autos à 2ª Vara Federal de Sergipe. Em 19/02/2009 as duas ações foram consideradas processualmente conexas e passaram a tramitar juntas perante a 2ª Vara Federal/SE.

Em 14/05/2009 houve audiência com a finalidade de decidir sobre a natureza da prova processual a ser colhida, inclusive realização de perícia, restando estabelecido prazo de 03 (três) meses para as partes apresentarem quesitos para perícia. Após algumas remarcações de audiências, o Juízo decidiu inverter o ônus da prova e o ônus financeiro para realização da perícia, determinando, assim, que seu custo seja suportado pela Chesf. Contra a decisão que inverteu o ônus da prova e o ônus financeiro, a Chesf interpôs agravo de instrumento o qual foi convertido pelo desembargador relator em agravo retido, restando mantida a decisão agravada. Contra essa decisão a Chesf apresentou outros recursos (Embargos e agravo) que não lograram êxito.

Em 29/03/2011, o juiz de primeira instância nomeou equipe de peritos para produção de laudo e em 08/04/2011 a Chesf apresentou em juízo a relação dos seus assistentes técnicos e os seus quesitos periciais. Em audiência realizada no dia 30/11/2011, para a definição da melhor forma de operacionalização do início dos trabalhos periciais, foi determinado que a Chesf efetivasse depósito judicial de R\$ 50 para fazer face às despesas com os peritos judiciais, depósito esse que foi realizado em 31/01/2012. Em 21/05/2013 foi realizada audiência na qual se traçou um cronograma para os trabalhos periciais, que serão realizados por equipes multidisciplinares, restando consignado previsão de conclusão dos laudos para janeiro de 2015. Em 27/11/2013 foi realizada audiência na qual foram homologados os planos de trabalhos das equipes de realização da perícia, estabelecendo-se, ainda, depósito mensal, a cargo da Chesf, para custeio das despesas com a realização da perícia e com os honorários dos profissionais designados nos autos no valor de R\$ 100, com início no mês de dezembro de 2013 e fim em maio de 2015. Também ficou consignado que ambos os processos restarão com seu trâmite exclusivamente direcionado à realização da perícia e suspensos até que seja apresentado o laudo pericial definitivo.

Em 18/11/2014, foi realizada nova audiência para acompanhamento de perícia e definição de cronograma de atividades com vistas à conclusão do trabalho pericial. Os dois Laudos Periciais foram disponibilizados para a Chesf em 07/12/2015.

Em 04/03/2016, o juiz determinou que a Chesf depositasse em juízo, a título de honorários periciais complementares, o montante de R\$ 755.350,56, dividido em 03 parcelas mensais (nos meses de marco, abril e maio de 2016), bem como um valor adicional de R\$ 50 para cobrir as despesas com o deslocamento (passagens aéreas), hospedagem e alimentação dos peritos na audiência de esclarecimento do laudo pericial, realizada nos dias 28 e 29/03/2016.

A Chesf requereu o parcelamento do montante em 8 vezes e o prorrogação do primeiro pagamento para 10/06/2016, com as demais parcelas vencendo no mesmo dia dos meses subsequentes. O juiz deferiu parcialmente o pedido, determinando que o depósito fosse feito em 04 (quatro) parcelas.

Diante da impossibilidade da Chesf de realizar o pagamento na data de 10/06/2016, o juiz adiou o vencimento da primeira parcela para 30/07/2016 e o vencimento das demais para a mesma data dos meses subsequentes, esclarecendo que cada parcela passaria a ser de R\$ 193.953,90. Todas foram devidamente quitadas.

O parecer dos assistentes técnicos da Chesf, que impugnou os laudos periciais, foi apresentado em ambos os processos judiciais em 30/05/2016. Por sua vez, as alegações finais da Chesf foram protocolizadas tempestivamente em 19/09/2016, estando os processos conclusos para sentença em 31/12/2016.

Suportada em avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Companhia, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é possível quanto ao insucesso da defesa e remota quanto aos valores dos pedidos.

- 2.1.3)** Ação ordinária proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia (proc. 2002.34.00.026509-0 – 15ª Vara Federal-DF) visando à contabilização e liquidação pela Aneel das transações do mercado, relativa à exposição positiva (lucro) verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. Decisão interlocutória proferida no bojo do Agravo de Instrumento da AES SUL (Processo nº 2002.01.00.040870-5) interposto contra a Aneel, resultou num débito de aproximadamente R\$ 110.000, com pagamento estipulado para o dia 07/11/2008.

Para suspender a exigibilidade do débito, foram adotadas naquela oportunidade as seguintes providências jurídicas: 1) ajuizamento de Pedido de Suspensão de Liminar no STJ; 2) impetração de Mandado de Segurança perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal - TJDF; 3) protocolização de petição postulando o ingresso da Chesf no processo, na condição de litisconsorte passiva necessária. Foram acolhidos os procedimentos 2 e 3, com a consequente reforma da liminar e suspensão do débito em questão. A Chesf ingressou na lide como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação. Em 31/12/2011 o Tribunal Regional Federal da 1.ª Região havia julgado procedente o mandado de segurança interposto pela Chesf (medida 2), tendo a AES ingressado com Recurso Especial, que após negado provimento, interpôs recurso de apelação. A Ação foi julgada improcedente e os embargos de Declaração rejeitados, havendo assim, a apresentação de recurso de apelação pela autora. Em 31/12/2012, haviam sido oferecidos contrarrazões pela Chesf, estando pendente de apreciação a remessa para o TRF – 1.ª Região. Em 31/03/2013 - TRF 1.ª Região julgou procedente o MS interposto pela Chesf (medida 2). REsp da AES, julgado. Mantida a Segurança. Ação julgada improcedente. Embargos Declaração rejeitados. No dia 26/03/2014 o Recurso de Apelação interposto pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia foi julgado e provido pelo TRF 1ª Região. Contra o acórdão que deu provimento à Apelação a Chesf opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Em 31/12/2015 o acórdão que improviu os embargos de declaração se achava pendente de publicação. Tendo sido publicado o acórdão em 14/01/2016, a Chesf e as demais rés interpueram recurso de embargos infringentes, com o objetivo de fazer prevalecer o voto vencido.

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a administração classificou o risco de perda desta ação como “possível”, no montante estimado de R\$ 110.000.

- 2.1.4)** Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Pernambuco – MPPE em Petrolândia (Proc. 81643-3), resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica. O Autor afirma ser inexistente por carência de legitimidade o acordo firmado pelo Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, em 06/12/1986, e requer a diferença das verbas de manutenções temporárias pagas no período (VMT), dando à causa o valor atualizado de aproximadamente R\$ 87.000. Recurso de Apelação da Chesf, alegando a ilegitimidade do MPPE para o feito teve provimento pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE, contudo, o STJ, em grau de recurso especial proposto pelo Autor reconheceu a legitimidade do MPPE e determinou a remessa dos autos ao TJPE. Em 19/04/2010, julgando o mérito da Apelação da Chesf, o TJPE, à unanimidade, negou-lhe provimento. A Chesf interpôs conjuntamente Recurso Especial e Recurso Extraordinário e correspondentes agravos de instrumento. Em 07/11/2012 foi proferida decisão que negou seguimento ao Recurso Especial da Chesf. Contra essa decisão, a Chesf apresentou Recurso de Agravo Regimental, ao qual foi dado provimento tendo sido reconsiderada a decisão e se determinando o processamento do recurso especial. Em 11/10/2013 foi

publicado acórdão dando provimento ao RESP, pronunciando-se, por unanimidade, a prescrição e decadência. Foram postos Embargos em 23/10/2013 pelo Ministério Público Federal, os quais foram rejeitados. Após a rejeição dos embargos opostos pelo Ministério Público Federal, os reassentados, na condição de terceiros interessados, opuseram novos embargos de declaração, os quais foram igualmente rejeitados. Os reassentados interpuseram Recurso Extraordinário, cujo processamento foi indeferido pelo STJ. Contra esse indeferimento, os terceiros interessados apresentaram agravo com a finalidade de desconstituir a decisão do STJ que inadmitiu o Recurso Especial. Em 31/12/2016 o Agravo encontra-se pendente de julgamento pelo Min. Luis Fux.

2.1.5) Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal junto à subseção Judiciária de Paulo Afonso – BA (processo n.º 2490-83.2012.4.01.3306) onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$ 1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a CHESF e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da VMT para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudicial e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando os benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em 30/11/2016 ao relator Desembargador Federal Neviton Guedes – Quinta Turma. Contudo, em 31/12/2016 continua concluso para relatório e voto.

2.1.6) Processo n.º 2014.01.1.193316-6, em trâmite perante a 23.ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília – DF. Trata-se de ação ordinária proposta pela Energia Potiguar Geradora Eólica S.A., Torres De Pedra Geradora Eólica S.A., Ponta do Vento Leste Geradora Eólica S.A., Torres de São Miguel Geradora Eólica S.A., Morro dos Ventos Geradora Eólica S.A., Canto da Ilha Geradora Eólica S.A., Campina Potiguar Geradora Eólica S.A., Esquina dos Ventos Geradora Eólica S.A., Ilha dos Ventos Geradora Eólica S.A., Pontal do Nordeste Geradora Eólica S.A., e Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. tendo por objeto a indenização em danos materiais (danos emergentes e lucros cessantes), no valor de R\$ 243.067.447,95, e que seriam decorrentes de suposto atraso na entrada em operação comercial da LT Extremoz II – João Câmara II e da SE João Câmara II. Oferecida contestação e deferida produção de prova pericial em 10/03/2016, laudo apresentado pelo perito do juízo desfavorável à Chesf, com consequente pedido de esclarecimentos. Petição solicitando oitiva do perito em audiência.

O requerimento de oitiva em audiência foi negado pelo MM. Juízo que, no entanto, deferiu a elaboração da perícia contábil, tendo intimado a Chesf a realizar o depósito dos honorários periciais. A Chesf ofereceu quesitos e depositou os honorários do perito do juízo. As autoras impugnaram os quesitos apresentados pela Chesf. O MM. Juízo da 23.ª Vara Cível determinou a oitiva da Chesf acerca da impugnação dos quesitos pela parte Autora.

2.1.7) Processo n.º 33328-13.2015.4.01.3400 – 15.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Trata-se de ação civil pública manejada pela Aneel com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471 milhões. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito no dia 04/12/2015. Apresentada réplica pela ANEEL, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. Em 31/10/2016 o referido processo encontra-se concluso para sentença.

Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante).

3) Com **risco de perda remoto** destaca-se a seguinte ação:

3.1) Apesar de ser considerada pelos administradores e procuradores jurídicos da Companhia como de risco de perda remoto, existe uma ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia.

A referida Ação de Cobrança está baseada na Ação Declaratória julgada procedente para o fim de declarar a existência de uma relação de crédito da Mendes Júnior junto à Chesf, assegurando ressarcimento financeiro.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo, seria de aproximadamente R\$ 7 bilhões, valor não atualizado desde então.

Após decisão do Superior Tribunal de Justiça de não conhecer recurso especial interposto pela Construtora Mendes Júnior e confirmar decisão da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que anulou a sentença, determinando ainda a redistribuição do processo a uma das Varas Federais de Pernambuco, o processo foi encaminhado à 12ª Vara Federal, tomando o número 2000.83.00.014864-7, para ser feita nova perícia e ser proferida nova sentença.

A Perícia foi apresentada. Devendo ser destacado que o Perito, respondendo a quesito da Chesf, declarou “não ser possível, a partir da análise dos registros contábeis da Mendes Júnior, afirmar ter ela captado, nos períodos em que ocorreram atrasos no pagamento das faturas, recursos no mercado financeiro, especificamente para o financiamento da obra de Itaparica”. Essa resposta foi confirmada pela análise feita pelo Assistente Técnico da Chesf.

O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação.

A ação foi julgada procedente em parte, conforme sentença publicada em 08/03/2008. Contra a sentença, a Chesf apresentou embargos de declaração, acatados pela MM. Juíza por meio de decisão que esclareceu alguns pontos da sentença relativos à apuração de eventual dívida da Chesf com a Mendes Júnior.

A Chesf apresentou recurso de apelação, em que pediu a improcedência total da ação; considerando que, nesta ação de cobrança, cabia à Mendes Júnior, para fazer jus a alguma espécie de ressarcimento financeiro, em cumprimento à decisão proferida na Ação Declaratória anteriormente ajuizada, comprovar que captou recursos especificamente para o financiamento da obra de Itaparica, em decorrência do atraso da Chesf no pagamento de algumas faturas; e que as despesas financeiras que teve, com essa captação de recursos, teriam sido superiores ao total de acréscimos pagos pela Chesf, em decorrência desses atrasos. A União Federal e o Ministério Público Federal apresentaram recursos no mesmo sentido que o apresentado pela Chesf.

Em sessão realizada em 25/10/2010, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu provimento aos recursos interpostos pela Chesf, União e Ministério Público Federal, e julgou a aludida ação inteiramente improcedente. Apresentados recursos especiais e extraordinários pela Construtora Mendes Júnior o TRF 5ª Região negou-lhes seguimento, ensejando a interposição de agravos de instrumento. Em 31/12/2012 os agravos interpostos pela Mendes Júnior haviam subido para Superior Tribunal de Justiça – ARESP 205.843 (2012/0155289-6), sob a relatoria do Min. Sergio Kukina. Apresentou o Ministério Público Federal parecer opinando pelo não provimento do agravo, que foi julgado improcedente em 19/02/2014. A Mendes Junior apresentou Agravo Regimental o qual fora convertido em REsp e levado à sessão de julgamento em 04/12/2014, onde houveram sustentações orais de todas as partes envolvidas. Por motivo de pedido de vista do Min. Benedito Gonçalves a sessão foi suspensa, com sua retomada em 18/12/2014, quando, à unanimidade, a Primeira Turma decidiu por não conhecer do Recurso Especial interposto pela Mendes Júnior. O acórdão foi publicado em 19/03/2015. Interpostos embargos de declaração estes foram rejeitados pelo STJ. Após a rejeição dos embargos, a Mendes Junior apresentou recurso extraordinário, que, negado seguimento foi objeto de agravo (ARE971.889) que aguarda julgamento após distribuição do Min. Barroso. Redistribuído à Min. Rosa Weber, que negou seguimento ao recurso. Interposto agravo regimental pela Mendes Junior que aguarda julgamento. Em 31/12/2016 encontra-se concluso para julgamento.

Considerando a existência da decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, informamos ser remoto o risco de a Chesf vir a ter perda nesta ação.

- 3.2)** Ação indenizatória proposta pela Hidroservice, processo nº 0009364-44.2003.4.05.8300 que tramita na 2ª Vara Federal-PE, objetivando a anulação de acordo de securitização setor elétrico com indenização pelo deságio na negociação de títulos recebidos, juros bancários. O valor atribuído à causa foi de R\$ 250.000 (históricos), estando estimado em R\$ 2.102.844. Apelações improvidas, mantendo a sentença que julgou improcedente a ação. Embargos de Declaração julgados em 26/11/2013 para corrigir o erro material apontado pela Chesf e negar provimento com relação a ambos os Embargos das partes. Apresentação de Recurso Especial e Recurso Extraordinário pela Hidroservice. A Eletrobras e a União Federal apresentaram Recurso Especial pleiteando majoração da verba honorária. O Recurso Extraordinário da Hidroservice e os

Recurso Especial da Eletrobras e da União Federal foram inadmitidos e o Recurso Especial da Hidroservice foi remetido ao STJ (RESP 1.513.670/PE), onde se encontra pendente de julgamento. A Hidroservice, a Eletrobras e a União Federal interpuseram agravo de instrumento para que seus recursos tenham seguimento admitidos. Parado desde 17/03/2015.

4) Riscos ambientais

A Chesf, em decorrência de suas atividades operacionais, possui ações judiciais de natureza ambiental que não estão provisionadas por envolverem riscos de perda classificados pela Administração e por seus consultores jurídicos como *possíveis* ou *remotos*. Com base na opinião desses consultores jurídicos, a Administração acredita que a resolução dessas questões não produzirá efeito material adverso sobre a sua situação financeira e, com base em histórico, acredita que nenhuma provisão ou seguro para perdas, relacionados às questões ambientais, seja necessário.

30 – PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

A Companhia realizou, em 31/12/2016, teste de suas unidades de geração e transmissão visando identificar se os custos necessários para satisfazer suas obrigações são superiores a capacidade de individualmente gerarem benefícios econômicos.

Como resultado deste teste, foram realizadas as seguintes provisões:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Camaçari	-	80.441
Linha de transmissão - Funil/Itapebi	-	5.353
Linha de transmissão - Eunápolis/Teixeira de Freitas	10.521	10.128
Linha de transmissão - Recife II/Suape II	41.463	51.024
Linha de transmissão - Camaçari IV/Sapeaçu	114.501	99.080
Linha de transmissão - Pólo	-	986
EOL Casa Nova II	57.356	-
EOL Casa Nova III	56.066	-
Total	279.907	247.012

A variação ocorrida na rubrica Camaçari foi decorrente do registro de reversão de contrato oneroso advinda das premissas para o cálculo, onde foram contempladas a retirada comercial de todas as turbinas decorrente dos Despachos nº 247 de 03/02/2015 e nº 2.058 de 01/08/2016.

O saldo de contrato oneroso das EOL Casa Nova II e Casa Nova III, é decorrente dos testes realizados no período, à taxa de desconto de 6,83% e os períodos de vigência dos respectivos contratos.

Quanto aos contratos de transmissão, as premissas adotadas no cálculo de contrato oneroso contemplaram as receitas de transmissão dos contratos de concessão autorizadas pela Resolução nº 1.918, de 23 de junho de 2015, uma taxa de desconto de 6,71% e os períodos de vigência dos respectivos contratos.

31 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos operacionais de longo prazo. Os valores e preços estão apresentados pelo seu valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia porventura tenha direito.

31.1 – Compra de energia (não auditada)

Referem-se a contratos de compra de energia elétrica com empresas geradoras.

Posições compradas		2017/2018	2019/2020	2021/2022	A partir de 2022 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	3.395.624	3.312.667	1.906.539	11.398.290
	Preço médio (R\$)	165,17	161,84	186,41	186,91

31.2 – Venda de energia (não auditada)

Posições vendidas		2017/2018	2019/2020	2021/2022	A partir de 2022 (pagamento remanescente)
Contratos firmados	Volume (MW)	12.836.308	13.500.243	12.184.863	71.089.632
	Preço médio (R\$)	133,28	127,81	137,63	143,18

31.3 - Compromissos com aportes em SPEs

SPE	2017/2018	2019/2020	2021	Após 2021
Complexo Eólico Pindaí I	68.125	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí II	15.430	-	-	-
Norte Energia S.A.	202.219	-	-	-
Complexo Eólico Sento Sé II	20.717	-	-	-
Complexo Eólico Sento Sé III	20.717	-	-	-
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	9.260	-	-	-
Companhia Energética SINOP S.A.	69.954	-	-	-
Complexo Eólico Pindaí III	19.390	-	-	-
Complexo Eólico Chapada do Piauí II	20.717	-	-	-
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	1.070	-	-	-
Total	447.599	-	-	-

31.4 – Imobilizado

	2017/2018	2019/2020	2021	Após 2021
Wobeen Windpower Indústria e Comércio Ltda.	163.691	-	-	-
Weg Equipamentos Elétricos S.A.	63.656	-	-	-
Tabocas Participações Empreendimentos S.A.	62.184	-	-	-
Indústria Const. e Mont. Ingelec S.A.	34.925	-	-	-
Energy Power Ltda.	33.986	-	-	-
Sadesul Projetos e Construções Ltda.	14.968	-	-	-
Real Energy Ltda.	12.991	-	-	-
Grid Solutions Transmissão de Energia Ltda.	11.644	-	-	-
Total	398.045	-	-	-

32 - OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Participações da União	69.456	69.456
Doações e subvenções para investimentos	-	36.138
Pesquisa e Desenvolvimento	606	606
Reversões e Amortizações	(11.020)	(23.960)
Total	59.042	82.240

As participações da União referem-se a recursos recebidos do Governo Federal e aplicados em obras de geração e administração de energia elétrica.

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica.

33 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

33.1 - Capital Social

O capital social, no valor de R\$ 9.753.953 (R\$ 9.753.953, em 2015), é constituído por ações sem valor nominal com a seguinte distribuição:

31/12/2016						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	54.151	100,000	1.754	100,000	55.905	100,000

31/12/2015						
Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	%
	Quant.	%	Quant.	%		
Eletrobras	54.151	100,000	1.518	86,545	55.669	99,578
Ministério da Fazenda	-	-	194	11,060	194	0,347
Light	-	-	9	0,513	9	0,016
Outros	-	-	33	1,882	33	0,059
	54.151	100,000	1.754	100,000	55.905	100,000

As ações ordinárias são nominativas com direito a voto. As ações preferenciais, também nominativas, não têm classe específica nem direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, gozando, entretanto, de prioridade na distribuição de dividendo, mínimo de 10% ao ano, calculado sobre o capital correspondente a essa espécie de ações.

33.2- Reservas de Capital

	31/12/2016	31/12/2015
Doações/subvenções para investimentos	4.759.353	4.759.353
Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	156.846	156.846
	4.916.199	4.916.199

33.3 - Outros Resultados Abrangentes

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico – CPC 33(R1) (IAS 19), a Companhia reconheceu neste exercício perdas atuariais de benefícios pós-emprego, em Outros resultados abrangentes, no valor de R\$ 251.741 (perdas de R\$ 199.624, em 2015), perfazendo um montante acumulado de R\$ 1.820.879 (R\$ 1.569.138, em 2015).

34 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em atendimento às exigências do CPC 30(R1) – Receitas (IAS 18), demonstramos a seguir a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado. De acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, a apresentação da receita da Companhia na demonstração do resultado segregava a receita operacional bruta, as deduções sobre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida. As novas práticas contábeis estabelecem que a Companhia deve apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita operacional líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
GERAÇÃO				
Fornecimento de energia elétrica	846.687	1.185.628	846.687	1.185.628
Operação e manutenção de usinas e suprimento	1.393.221	1.338.706	1.393.221	1.338.706
Energia elétrica de curto prazo (CCEE)	46.558	223.285	55.073	223.285
Receita de construção	30.097	50.953	30.097	50.953
Receita financeira	84.449	-	84.449	-
Outras receitas operacionais	9.632	5.362	9.632	5.362
TRANSMISSÃO				
Operação e manutenção do sistema de transmissão	994.489	907.531	1.008.739	919.387
Receita de construção	545.263	744.196	552.736	949.042
Receita financeira	9.392.708	22.398	9.437.203	81.743
Outras receitas operacionais	33.610	20.147	33.610	20.147
	13.376.714	4.498.206	13.451.447	4.774.253
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Encargos setoriais				
Reserva Global de Reversão – RGR	(34.169)	(14.293)	(35.717)	(15.424)
Pesquisa e Desenvolvimento	(27.986)	(30.183)	(28.503)	(30.565)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(10.877)	(9.778)	(10.877)	(9.778)
Compensação financeira p/utilização de recursos hídricos	(123.671)	(134.921)	(123.671)	(134.921)
Proinfa	(59.730)	(52.352)	(59.730)	(52.352)
ICMS sobre energia elétrica	(123.404)	(146.428)	(123.404)	(146.428)
ISS	(1.717)	(893)	(1.717)	(893)
PIS/Pasep	(54.709)	(57.154)	(55.943)	(61.364)
Cofins	(251.998)	(263.272)	(257.621)	(282.666)
	(688.261)	(709.274)	(697.183)	(734.391)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.688.453	3.788.932	12.754.264	4.039.862

A receita da Companhia é substancialmente proveniente da venda de energia elétrica, de construção, operação e manutenção e atualização do ativo financeiro decorrente do seu sistema de transmissão e geração. Estas operações estão amparadas em contratos de compra e venda de energia, em transações feitas no mercado de curto prazo, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e em contratos do sistema de transmissão.

35 – ENCARGOS SETORIAIS

A Companhia incorreu, no exercício, em encargos setoriais que totalizaram R\$ 293.787 (R\$ 270.218, em 2015) com a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Reserva Global de Reversão – RGR	34.169	14.293	35.717	15.424
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	27.986	30.183	28.503	30.565
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	10.877	9.778	10.877	9.778
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – Proinfa	59.730	52.352	59.730	52.352
Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE	14.336	11.508	14.574	11.674
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	133.003	144.612	133.003	144.612
Encargo de Energia de Reserva – EER	13.686	7.492	13.686	7.492
Total	293.787	270.218	296.090	271.897

36 - CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas gerais e administrativas apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício, têm a seguinte composição:

	Controladora			
	31/12/2016			31/12/2015
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	332.098	-	332.098	346.350
Encargos de uso da rede de transmissão	673.051	-	673.051	673.906
Custo de construção	575.360	-	575.360	795.149
Pessoal	361.724	652.047	1.013.771	926.808
Material	10.215	12.933	23.148	25.470
Combustíveis para a produção de energia	7.803	-	7.803	176.425
Serviço de terceiros	108.035	117.647	225.682	211.851
Depreciação e amortização	32.098	69.614	101.712	106.524
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	9.332	-	9.332	9.691
Provisão contrato oneroso	32.895	-	32.895	132.288
Benefícios pós-emprego	-	131.221	131.221	123.537
Arrendamentos e aluguéis	5.044	9.359	14.403	15.411
Tributos	1.746	5.266	7.012	10.405
Provisões para contingências	-	287.179	287.179	353.602
Provisão (reversão) impairment	-	2.232.115	2.232.115	363.742
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	110.711	110.711	84.815
Perdas com clientes	-	36.884	36.884	58.560
Provisão para perdas em investimentos	-	278.613	278.613	-
Outras provisões (reversões) operacionais	-	54.837	54.837	48.026
Outros	(30.643)	96.676	66.033	(22.346)
Total	2.118.758	4.095.102	6.213.860	4.440.214

Neste exercício as principais variações ocorridas nos custos e despesas operacionais da Companhia foram decorrentes das provisão/reversão de contrato oneroso conforme descrito na nota 30, da provisão para contingências conforme descrito na nota 29 e da provisão/reversão de impairment conforme descrito nas notas 14 e 20.

Em 31 de dezembro de 2016 foi constituída provisão para perdas em investimento no montante de R\$ 278.613, decorrente de perdas por redução ao valor recuperável nas participações societárias em SPEs analisadas sob a ótica do investidor a partir de premissas praticadas no sistema Eletrobras (nota 19.1.1).

	Consolidado			
	31/12/2016			31/12/2015
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	342.197	-	342.197	346.350
Encargos de uso da rede de transmissão	673.051	-	673.051	673.906
Custo de construção	582.833	-	582.833	999.995
Pessoal	364.973	656.430	1.021.403	934.041
Material	10.315	13.056	23.371	25.617
Combustíveis para a produção de energia	7.803	-	7.803	176.425
Serviço de terceiros	113.924	120.519	234.443	218.604
Depreciação e amortização	32.098	69.655	101.753	106.565
Comp. Fin. pela utiliz. de recursos hídricos	9.332	-	9.332	9.691
Provisão contrato oneroso	32.895	-	32.895	132.288
Benefícios pós-emprego	-	131.221	131.221	123.537
Arrendamentos e aluguéis	5.300	10.232	15.532	19.654
Tributos	1.794	5.665	7.459	13.575
Provisões para contingências	-	287.179	287.179	353.602
Provisão impairment	-	2.232.115	2.232.115	377.515
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	110.711	110.711	84.815
Perdas com clientes	-	36.884	36.884	58.560
Provisão para perdas em investimentos	-	278.613	278.613	-
Outras provisões (reversões) operacionais	-	54.837	54.837	48.026
Outros	(30.155)	97.839	67.684	(30.455)
Total	2.146.360	4.104.956	6.251.316	4.672.311

37 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receitas Financeiras				
Resultado de aplicações financeiras	47.624	130.743	58.370	138.114
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	121.626	109.593	121.626	110.254
Outras variações monetárias ativas	20.459	2.926	20.459	2.926
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	-	(70.597)	-	(70.597)
Outras receitas financeiras	81.943	67.698	82.304	68.418
PIS/Pasep e Cofins	(7)	(11)	(571)	(286)
	271.645	240.352	282.188	248.829
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas	(200.688)	(143.371)	(200.688)	(143.371)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(4.546)	(881)	(4.546)	(881)
Outras variações monetárias passivas	(8.547)	(615)	(8.547)	(615)
Atualização de valores a ressarcir - Lei nº 12.783/2013	(11.063)	-	(11.063)	-
Outras despesas financeiras	(41.760)	(34.954)	(42.463)	(37.933)
	(266.604)	(179.821)	(267.307)	(182.800)
Total	5.041	60.531	14.881	66.029

38 - RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	6.969.351	(583.334)	6.974.580	(582.986)
Encargo total do imposto de renda e da contribuição social	(2.369.579)	198.334	(2.371.357)	198.215
Efeitos fiscais sobre adições ou exclusões temporárias	184.482	134.596	184.482	134.596
Efeitos fiscais sobre outras adições ou exclusões	(798.979)	(225.460)	(802.322)	(225.817)
Imposto de renda e contribuição social apurados	(2.984.076)	107.470	(2.989.197)	106.994
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(35.722)	(1.964)	(26.665)
Contribuição Social	-	(10.105)	(1.245)	(7.661)
Imposto de Renda	-	(25.617)	(719)	(19.004)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.984.076)	143.192	(2.987.233)	133.659
Contribuição Social	(768.795)	37.904	(770.658)	32.034
Imposto de Renda	(2.215.281)	105.288	(2.216.575)	101.625
Imposto de renda do período e contribuição social	(2.984.076)	107.470	(2.989.197)	106.994

39 – INCENTIVOS FISCAIS – SUDENE

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/08/2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21/11/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Sudene que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

A Chesf detém o direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração.

Sobre os contratos de concessões nº 006/2004 da geração e nº 061/2001 da transmissão, o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão números 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido para os anos de 2011 a 2020, e para o contrato número 010/2007, para os anos de 2014 a 2023.

Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25%, sofre redução de 75%, calculado sobre o lucro da exploração dos empreendimentos incentivados.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais são objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

No ano de 2016, a Companhia não usufruiu do incentivo fiscal da redução de 75% do imposto de renda, em virtude de não ter obtido base tributável de Imposto de Renda.

40 – LUCRO/PREJUÍZO POR AÇÃO

40.1 - Lucro/Prejuízo – Básico e diluído

O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação representativas do capital social no respectivo período.

A Companhia não possui qualquer efeito diluidor para os resultados apurados nos exercícios de 2016 e 2015, apresentando, portanto, lucro/prejuízo diluído igual ao lucro/prejuízo básico.

	31/12/2016			31/12/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico/Diluído						
Numerador						
Lucro/Prejuízo líquido atribuível aos acionistas	3.860.238	125.037	3.985.275	(460.934)	(14.930)	(475.864)
Denominador						
Quantidade de ações	54.151	1.754	55.905	54.151	1.754	55.905
Lucro/Prejuízo básico por ação em R\$	71,29	71,29	71,29	(8,51)	(8,51)	(8,51)

41 – PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas ou baseadas em contratos próprios do Setor Elétrico. Na sequência, identificamos as empresas/entidades relacionadas com a Companhia:

Empresas	Natureza de Operação	31/12/2016			31/12/2015		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Eletrobras	Contas a receber	1.223	-	-	515	-	-
	Financiamentos e empréstimos	-	698.735	-	-	29.751	-
	Contas a pagar	-	102.213	-	-	752	-
	Despesa financeira	-	-	(42.219)	-	-	(2.818)
		1.223	800.948	(42.219)	515	30.503	(2.818)
Furnas	Clientes	3.790	-	-	3.576	-	-
	Contas a pagar	-	26	-	-	-	-
	Fornecedores	-	4.746	-	-	4.637	-
	transmissão	-	-	(55.566)	-	-	(53.185)
		3.790	4.772	(55.566)	3.576	4.637	(53.185)
Eletrosul	Clientes	83	-	-	80	-	-
	Contas a receber	44	-	-	39	-	-
	Fornecedores	-	3.821	-	-	3.836	-
	transmissão	-	-	(45.731)	-	-	(48.946)
		127	3.821	(45.731)	119	3.836	(48.946)
Eletronorte	Clientes	3.324	-	-	3.152	-	-
	Fornecedores	-	4.173	-	-	3.682	-
	Contas a receber	77	-	-	36	-	-
	transmissão	-	-	(44.167)	-	-	(44.449)
		3.401	4.173	(44.167)	3.188	3.682	(44.449)
Eletronuclear	Clientes	580	-	-	555	-	-
	Contas a pagar	-	60	-	-	-	-
		580	60	-	555	-	-
CGTEE	Clientes	328	-	-	311	-	-
		328	-	-	311	-	-
Eletropar	Contas a receber	958	-	-	4.613	-	-
	Contas a pagar	-	83	-	-	92	-
		958	83	-	4.613	92	-
Ceal	Clientes	51.363	-	-	43.115	-	-
	Contas a receber	442	-	-	346	-	-
	Contas a pagar	-	115	-	-	102	-
	Suprimento de energia	-	-	23.919	-	-	26.026
		51.805	115	23.919	43.461	102	26.026
Fachesf	Fornecedores	-	-	-	-	1.720	-
	Contribuição normal	-	14.224	-	-	11.415	-
	Despesa financeira	-	-	(138.672)	-	-	(133.698)
	Despesas operacionais	-	-	(25.774)	-	-	(20.411)
	Despesas atuariais	-	-	(131.221)	-	-	(123.537)
		-	14.224	(295.667)	-	13.135	(277.646)
Celg - D	Clientes	5.265	-	-	3.915	-	-
	Suprimento de energia	-	-	48.427	-	-	39.133
		5.265	-	48.427	3.915	-	39.133
Cepisa	Clientes	4.459	-	-	4.845	-	-
	Suprimento de energia	-	-	22.131	-	-	27.859
		4.459	-	22.131	4.845	-	27.859
STN	Contas a receber	304	-	-	273	-	-
	Partic. societária permanente	202.898	-	-	176.941	-	-
	Fornecedores	-	842	-	-	1.042	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	3.503	-	-	3.231
	Equivalência patrimonial	-	-	76.794	-	-	45.475
	Dividendos	8.974	-	-	-	-	-
	transmissão	-	-	(9.887)	-	-	(10.362)
		212.176	842	70.410	177.214	1.042	38.344

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2016			31/12/2015		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Integração Transmissora de Energia S.A.	Partic. societária permanente	47.907	-	-	42.084	-	-
	Fornecedores	-	879	-	-	834	-
	Dividendos	1.171	-	-	1.209	-	-
	transmissão	-	-	(7.719)	-	-	(8.074)
	Equivalência patrimonial	-	-	7.328	-	-	6.727
		49.078	879	(391)	43.293	834	(1.347)
Energética Águas da Pedra S.A.	Partic. societária permanente	104.650	-	-	103.307	-	-
	Clientes	190	-	-	180	-	-
	Dividendos	4.743	-	-	2.181	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	26.280	-	-	13.533
		109.583	-	26.280	105.668	-	13.533
ESBR Participações S.A.	Clientes	4.876	-	-	4.526	-	-
	Partic. societária permanente	1.665.961	-	-	1.396.062	-	-
	Fornecedores	-	17.206	-	-	27.876	-
	Energia comprada	-	-	(196.154)	-	-	(219.637)
	AFAC	267.600	-	-	105.200	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	269.899	-	-	(147.620)
		1.938.437	17.206	73.745	1.505.788	27.876	(367.257)
I.E. Madeira	Partic. societária permanente	564.755	-	-	489.031	-	-
	Fornecedores	-	4.271	-	-	3.154	-
	Dividendos	23.035	-	-	13.575	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	99.198	-	-	58.853
	transmissão	-	-	(30.467)	-	-	(32.242)
		587.790	4.271	68.731	502.606	3.154	26.611
Manaus Transmissora	Partic. societária permanente	257.420	-	-	244.950	-	-
	Dividendos	3.934	-	-	50	-	-
	Fornecedores	-	1.106	-	-	1.018	-
	transmissão	-	-	(9.754)	-	-	(11.554)
	Equivalência patrimonial	-	-	16.355	-	-	11.787
		261.354	1.106	6.601	245.000	1.018	233
Manaus Construtora	Partic. societária permanente	7.343	-	-	7.449	-	-
	Dividendos	9.178	-	-	9.178	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(106)	-	-	(322)
		16.521	-	(106)	16.627	-	(322)
TDG	Partic. societária permanente	7.829	-	-	7.236	-	-
	Contas a receber	225	-	-	355	-	-
	Fornecedores	-	115	-	-	169	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	2.688	-	-	4.217
	AFAC	101.000	-	-	101.000	-	-
	transmissão	-	-	(1.432)	-	-	(1.580)
	Equivalência patrimonial	-	-	593	-	-	(20.777)
		109.054	115	1.849	108.591	169	(18.140)
Norte Energia S.A.	Clientes	1.946	-	-	-	-	-
	Partic. societária permanente	1.607.827	-	-	1.042.090	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(34.263)	-	-	(7.225)
		1.609.773	-	(34.263)	1.042.090	-	(7.225)
Ceron	Clientes	715	-	-	565	-	-
	Suprimento de energia	-	-	5.390	-	-	4.120
	Contas a pagar	-	-	-	-	104	-
		715	-	5.390	565	104	4.120
Eletroacre	Clientes	574	-	-	289	-	-
	Suprimento de energia	-	-	6.274	-	-	3.635
		574	-	6.274	289	-	3.635

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2016			31/12/2015		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Complexo Eólico Sento Sé I	Cientes	27	-	-	24	-	-
	Contas a receber	31	-	-	28	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	341	-	-	335
	Partic. societária permanente	57.012	-	-	56.903	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	5.305	-	-	6.672
	Dividendos	1.391	-	-	1.350	-	-
		58.461	-	5.646	58.305	-	7.007
Complexo Eólico Sento Sé II	Partic. societária permanente	57.157	-	-	56.099	-	-
	Cientes	18	-	-	18	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(5.375)	-	-	(442)
	Dividendos	231	-	-	-	-	-
		57.406	-	(5.375)	56.117	-	(442)
Complexo Eólico Sento Sé III	Partic. societária permanente	1.485	-	-	1.513	-	-
	Cientes	11	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	684	-	-	-	-
	Compra de energia	-	-	(10.916)	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(28)	-	-	(63)
		1.496	684	(10.944)	1.513	-	(63)
Cepel	Despesas operacionais	-	-	(12.670)	-	-	(11.525)
		-	-	(12.670)	-	-	(11.525)
IE Garanhuns	Partic. societária permanente	360.072	-	-	318.972	-	-
	Fornecedores	-	529	-	-	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	445	-	-	-
	Dividendos	9.891	-	-	5.780	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	44.476	-	-	26.361
		369.963	529	44.921	324.752	-	26.361
Vam Cruz I Participações S.A	Partic. societária permanente	92.452	-	-	73.368	-	-
	Cientes	22	-	-	23	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	2.974	-	-	506
	Dividendos	-	-	-	523	-	-
	AFAC	43.099	-	-	66.892	-	-
		135.573	-	2.974	140.806	-	506
Extemoz	Contas a receber	219	-	-	23	-	-
	Partic. societária permanente	62.226	-	-	36.079	-	-
	Fornecedores	-	265	-	-	280	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	2.619	-	-	296
	transmissão	-	-	(2.890)	-	-	(1.769)
	AFAC	590.189	-	-	590.189	-	-
	Dividendos	7.324	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	-	-	33.471	-	-	28.899	
		659.958	265	33.200	626.291	280	27.426
Chapada do Piauí I Holding S.A	Partic. societária permanente	104.060	-	-	109.497	-	-
	Cientes	21	-	-	21	-	-
	Contas a receber	492	-	-	-	-	-
	AFAC	-	-	-	14.040	-	-
	Receita de prest. de serviços	-	-	585	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(19.477)	-	-	(9.560)
		104.573	-	(18.892)	123.558	-	(9.560)
Chapada do Piauí II Holding S.A	Partic. societária permanente	117.701	-	-	142.187	-	-
	Cientes	29	-	-	24	-	-
	AFAC	35.213	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(24.486)	-	-	(2.358)
		152.943	-	(24.486)	142.211	-	(2.358)
Amazonas Distribuidora	Cientes	787	-	-	275	-	-
		787	-	-	275	-	-
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	Partic. societária permanente	94.614	-	-	97.374	-	-
	Cientes	14	-	-	13	-	-
	AFAC	9.443	-	-	25.005	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(7.311)	-	-	(592)
		104.071	-	(7.311)	122.392	-	(592)

Continuação

Empresas	Natureza da operação	31/12/2016			31/12/2015		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Cia. Energética SINOP S.A.	Partic. societária permanente	215.610	-	-	89.526	-	-
	AFAC	-	-	-	36.750	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(1.405)	-	-	2.479
		215.610	-	(1.405)	126.276	-	2.479
Complexo Eólico Pindaí I	Partic. societária permanente	338.489	-	-	337.731	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	896	-	-	(2.748)
	Dividendos	141	-	-	-	-	-
		338.630	-	896	337.731	-	(2.748)
Complexo Eólico Pindaí II	Partic. societária permanente	146.589	-	-	148.518	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	(1.929)	-	-	(1.545)
	Suprimento de energia	-	-	9.060	-	-	-
	Cientes	-	-	-	-	-	-
		146.589	-	7.131	148.518	-	(1.545)
Complexo Eólico Pindaí III	Partic. societária permanente	77.135	-	-	76.607	-	-
	Equivalência patrimonial	-	-	528	-	-	(623)
		77.135	-	528	76.607	-	(623)

A seguir, identifica-se as origens das principais transações, por empresa:

Eletrobras (Controladora)

- Contratos de financiamentos e empréstimos celebrados entre as partes, de acordo com as condições mencionadas na nota 24;
- Ressarcimento dos contratos da auditoria e atuarial.

Furnas

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

Eletrosul

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

Eletronorte

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede de transmissão.

Eletronuclear

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

CGTEE

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Eletropar

- Contratos celebrados para prestação de serviços.

Ceal

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Fachesf

- Compromissos atuariais referentes a previdência complementar;
- Intermediação de prestação de serviços de saúde, seguro de vida e outros benefícios aos empregados da Companhia.

Celq – D

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Cepisa

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

STN – Sistema de Transmissão do Nordeste S.A.

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de linha de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Integração Transmissora de Energia S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Energética Águas da Pedra S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

ESBR Participações S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos de compra de energia;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Interligação Elétrica do Madeira S.A.

- Montante investido na participação societária, avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Manaus Transmissora de Energia S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Remuneração pelo capital investido.

Manaus Construtora Ltda.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A.

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Norte Energia S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica.

Complexo Sento Sé I (Pedra Branca S.A. – São Pedro do Lago S.A. – Sete Gameleiras S.A.)

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

Complexo Sento Sé II (Baraúnas I Energética S.A. - Mussambê Energética S.A. - Morro Branco I Energética S.A.)

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

Complexo Sento Sé III (Baraúnas II Energética S.A. - Banda de Couro Energética S.A.)

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para compra de energia;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Cepel

- Contrato de contribuição mensal como associado.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido.

Vamcruz I Participações S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital;
- Remuneração pelo capital investido.

Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para uso da rede do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Remuneração pelo capital investido;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Chapada do Piauí I Holding S.A.

- Contratos celebrados para prestação de serviços;
- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão.

Eólica Serra das Vacas Holding S.A.

- Contratos celebrados para disponibilização do sistema de transmissão;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Companhia Energética SINOP S.A.

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial;
- Adiantamento para futuro aumento de capital.

Complexo Pindaí I (Acauã Energia S.A. - Angical 2 Energia S.A. - Arapapá Energia S.A. - Caititu 2 Energia S.A. - Caititu 3 Energia S.A. - Carcará Energia S.A. - Corrupião 3 Energia S.A. - Teiú 2 Energia S.A.)

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Complexo Pindaí II (Coqueirinho 2 Energia S.A. - Papagaio Energia S.A.)

- Contratos celebrados para suprimento de energia elétrica;
- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Complexo Pindaí III (Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.)

- Montante investido na participação societária avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

Além das empresas antes apresentadas, a Companhia também possui as seguintes partes relacionadas:

- Itaipu Binacional
- Boa Vista Energia S.A.
- Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. – Amazonas GT.

Remuneração de pessoal-chave

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal e diretores. O gasto total no exercício de 2016 está demonstrado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	3.325	3.483
Encargos Sociais	852	833
Benefícios	548	523
Total	4.725	4.839

Os administradores não possuem pagamentos baseados em ações da Companhia.

42 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

42.1 – CATEGORIA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, dentre os quais se destacam: disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, ativo financeiro indenizável – concessão do serviço público, valores a receber – Lei nº 12.783/2013, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos que se encontram registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis de mercado em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Clientes	379.502	377.808	387.846	383.365
Ativo financeiro – concessão de serviço público	11.766.576	3.973.420	12.435.726	4.635.731
Financiamentos e empréstimos	827	4.009	827	4.009
Mantidos até o vencimento				
Títulos e valores mobiliários	8.209	8.060	8.209	8.060
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	487.822	487.822	487.822	487.822
Cauções e depósitos vinculados	126.696	124.157	126.724	124.185
Mensurados a valor justo				
Títulos e valores mobiliários	-	482.756	-	482.756
Caixa e equivalentes de caixa	36.969	153.896	140.399	373.867
Total Ativos financeiros	12.806.601	5.611.928	13.587.553	6.499.795
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado				
Financiamentos e empréstimos	2.204.009	1.450.646	2.204.009	1.450.646
Fornecedores	303.371	371.848	313.138	384.549
Total Passivos financeiros	2.507.380	1.822.494	2.517.147	1.835.195

42.1.1 - Ativos financeiros – classificados nas seguintes categorias

- **Caixa e equivalentes de caixa**

O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- **Clientes**

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- **Ativo Financeiro – Concessões de serviço público**

Os valores dos ativos financeiros a serem recebidos durante a concessão estão reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços da concessão e o menor entre o valor contábil dos ativos financeiros com expectativa de serem recebidos no fim da concessão e o valor novo de reposição.

- **Cauções e depósitos vinculados**

As cauções e depósitos vinculados referem-se a garantias prestadas a instituições financeiras e em leilões de energia elétrica e depósitos judiciais vinculados a processos existentes nas esferas judicial e administrativa, estão registradas ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- **Títulos e valores mobiliários**

As aplicações financeiras em Letras do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, séries B e F, são mantidas para negociação em fundo de investimento exclusivo, conforme regulamentação em vigor e estão mensurados a valor justo por meio do resultado. Os demais títulos e valores mobiliários, correspondentes a menor parte, estão relacionados a Títulos da Dívida Agrária – TDA e Notas do Tesouro Nacional – NTN, série P, com vencimentos definidos, para os quais a Companhia tem a intenção de manter até o vencimento. São registradas pelo custo de aquisição acrescido por juros e atualização monetária, com impactos no resultado e são ajustadas ao valor provável de realização, quando aplicável.

- **Adiantamentos a investidas**

São decorrentes de adiantamentos para futuro aumento de capital – AFACs para as SPEs, permitindo que estas honrem seus compromissos assumidos e necessários à viabilização dos empreendimentos. Estão registrados ao custo, acrescidos dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável, de acordo com os respectivos contratos.

42.1.2 - Passivos financeiros – classificados nas seguintes categorias

- **Fornecedores**

Decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- **Financiamentos e empréstimos**

Estas operações de crédito estão atualizadas até a data do balanço; os correspondentes encargos estão provisionados com base em taxas fixas ou variáveis vigentes em 31/12/2016. Destacam-se: os financiamentos empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e ao BNDES, que representam 68,3% do total dos financiamentos e empréstimos, destinados a provisão de fundos da conta corrente de depósitos e a investimentos corporativos; e os contratos com nossa controladora, a Eletrobras, que representam cerca de 31,7% do total dos financiamentos e empréstimos, dos quais 85,8% são remunerados a uma taxa de juros equivalente a CDI + 5,54% ao ano. A taxa de mercado da Eletrobras é por ela definida levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do Setor Elétrico. Considerando as circunstâncias especiais envolvidas no financiamento de seus projetos de expansão, o valor de mercado desses empréstimos corresponde a seus valores contábeis.

42.2- GESTÃO DE RISCO

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

- **Risco de mercado**

É o risco de que mudanças de mercado, como mudanças nas taxas de juros e nos preços, poderão afetar as receitas da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros.

- **Risco de encargos da dívida**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a contratos de financiamento, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia.

A Administração da Companhia não identifica entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016, a ocorrência de diferenças relevantes originadas de operações que envolvam instrumentos financeiros que requeiram divulgação específica.

- **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)**

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. A Companhia segue a estrutura de capital determinada por estudos técnicos elaborados para a definição do negócio, bem como pelos limites estabelecidos pelos agentes financeiros.

- **Risco de vencimento antecipado**

A Companhia possui contratos de financiamentos e empréstimos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants financeiros*). O descumprimento dessas restrições pode implicar o vencimento antecipado da dívida.

- **Risco de taxa de juros**

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras.

Exposição à taxa de juros	Controladora e Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Ativos		
IPCA	-	658.769
Total	-	658.769
Passivos		
TJLP	389.881	197.858
CDI	1.394.235	739.983
IPCA	101.739	300
Total	1.885.855	938.141
Passivo líquido exposto	1.885.855	279.372

- **Risco de preço**

Até 2004, os preços de suprimento de energia elétrica decorrentes da atividade de geração eram fixados pela Aneel. A partir do Leilão nº 001/2004, realizado pela Agência Reguladora, as geradoras passaram a comercializar sua energia elétrica com um maior número de clientes, a preços definidos pelo mercado.

Com a renovação das concessões de acordo com a Lei nº 12.783/2013, as usinas hidrelétricas afetadas da Chesf passam a receber a Receita Anual de Geração - RAG, homologada pela Aneel, pela disponibilização da garantia física, em regime de cotas, de energia e de potência de suas usinas, a ser paga em parcelas duodecimais e sujeita a ajustes por indisponibilidade ou desempenho de geração, excluído o montante necessário à cobertura das despesas com as contribuições sociais ao Programa de Integração Social e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pis/Pasep, e com a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

A atividade de transmissão de energia elétrica tem sua remuneração definida pela Aneel, mediante a fixação de Receita Anual Permitida - RAP, julgada suficiente para a cobertura dos custos operacionais e a manutenção do equilíbrio econômico financeiro da concessão.

- **Risco de crédito**

Risco de Crédito é o risco que decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários conforme detalhado na Exposição ao Risco de Crédito a seguir:

- **Exposição ao Risco de Crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e equivalente de caixa	6	36.969	153.896	140.399	373.867
Títulos e valores mobiliários	7	21.335	490.816	21.335	490.816
Clientes	8	379.502	377.808	387.846	383.365

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

A Companhia atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

- **Risco de liquidez**

A companhia atua no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazos, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal.

	Saldo contábil	Total do fluxo	Controladora			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2016						
Fornecedores	303.371	303.371	303.371	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	2.204.009	2.657.542	1.137.380	614.223	561.699	344.240
Obrigações estimadas	160.857	160.857	160.857	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015						
Fornecedores	371.848	371.848	371.848	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.450.646	1.606.306	364.585	386.025	578.403	277.293
Obrigações estimadas	136.163	136.163	136.163	-	-	-

	Saldo contábil	Total do fluxo	Consolidado			
			Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2016						
Fornecedores	313.138	313.138	313.138	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	2.204.009	2.657.542	1.137.380	614.223	561.699	344.240
Obrigações estimadas	161.861	161.861	161.861	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015						
Fornecedores	384.549	384.549	384.549	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	1.450.646	1.606.306	364.585	386.025	578.403	277.293
Obrigações estimadas	136.778	136.778	136.778	-	-	-

42.3 – GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para a redução de custos.

A Companhia possui uma excelente capacidade de alavancagem, fruto de sua situação econômico-financeira decorrente das concessões, dos recursos das indenizações por ocasião dessa renovação, em conjunto com a expectativa de sua geração operacional de caixa, que garante seus investimentos, que pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, utilizado pela sua controladora para o Sistema Eletrobras. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos, de curto e longo prazos, e fornecedores conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado pela soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, podem ser assim sumarizados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Financiamentos e empréstimos	2.204.009	1.450.646	2.204.009	1.450.646
(-)Caixa e equivalentes de caixa	36.969	153.896	140.399	373.867
Dívida líquida	2.167.040	1.296.750	2.063.610	1.076.779
Patrimônio líquido	12.581.866	8.848.332	12.597.856	8.864.214
Total do capital	14.748.906	10.145.082	14.661.466	9.940.993
Índice de alavancagem financeira	14,7%	12,8%	14,1%	10,8%

42.4 – ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Instrumentos Financeiros	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Títulos e valores mobiliários	-	-	482.756	482.756
Aplicações financeiras	3.228	3.228	142.985	142.985
Total	3.228	3.228	625.741	625.741

O cálculo do valor justo dos Títulos e Valores Mobiliários e aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros de papéis similares.

Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Controladora			
	31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Aplicações financeiras	3.228	-	-	3.228
Total	3.228	-	-	3.228
	31/12/2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	Títulos e valores mobiliários	482.756	-	-
Aplicações financeiras	142.985	-	-	142.985
Total	625.741	-	-	625.741

	Consolidado			
	31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-
Aplicações financeiras	101.065	-	-	101.065
Total	101.065	-	-	101.065
	31/12/2015			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	Títulos e valores mobiliários	482.756	-	-
Aplicações financeiras	314.181	-	-	314.181
Total	796.937	-	-	796.937

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) que em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

42.5 – ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Foram realizadas análises de sensibilidade dos ativos e passivos indexados à taxa de juros pós-fixada em quatro diferentes cenários: dois com elevação das taxas do saldo devedor e dois com diminuição dessas taxas. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição à taxa de juros.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o exercício de 2016 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

Depreciação dos índices

	Controladora e Consolidado						
	Saldo em 31/12/2016	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)	Cenário provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (- 50%)
Passivos							
TJLP	389.881	7,50	5,63	3,75	419.122	411.831	404.502
IPCA	101.739	4,75	3,56	2,38	106.572	105.361	104.160
CDI	1.394.235	9,50	7,13	4,75	1.526.687	1.493.644	1.460.461
Efeito líquido	(1.885.855)				(2.052.381)	(2.010.836)	(1.969.123)

Apreciação dos índices

	Controladora e Consolidado						
	Saldo em 31/12/2016	Índice			Valor		
		Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)	Cenário provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+ 50%)
Passivos							
TJLP	389.881	7,50	9,38	11,25	419.122	426.452	433.743
IPCA	101.739	4,75	5,94	7,13	106.572	107.782	108.993
CDI	1.394.235	9,50	11,88	14,25	1.526.687	1.559.870	1.592.913
Efeito líquido	(1.885.855)				(2.052.381)	(2.094.104)	(2.135.649)

43 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração. O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

	Controladora					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.906.351	10.782.102	12.688.453	2.252.844	1.536.088	3.788.932
CUSTO OPERACIONAL						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(332.098)	-	(332.098)	(346.350)	-	(346.350)
Encargos de uso da rede de transmissão	(673.051)	-	(673.051)	(673.906)	-	(673.906)
Custo de operação						
Pessoal	(99.460)	(260.506)	(359.966)	(98.945)	(243.763)	(342.708)
Material	(2.656)	(6.982)	(9.638)	(3.370)	(6.748)	(10.118)
Combustíveis para a produção de energia	(7.803)	-	(7.803)	(176.425)	-	(176.425)
Serviço de terceiros	(27.538)	(80.486)	(108.024)	(28.056)	(61.901)	(89.957)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(9.332)	-	(9.332)	(9.691)	-	(9.691)
Depreciação e amortização	(32.098)	-	(32.098)	(34.283)	-	(34.283)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(10.751)	(3.585)	(14.336)	(8.482)	(3.026)	(11.508)
Reversão contrato oneroso	(32.981)	86	(32.895)	10.681	(142.969)	(132.288)
Outras	42.716	(4.527)	38.189	60.895	(9.127)	51.768
	(1.185.052)	(356.000)	(1.541.052)	(1.307.932)	(467.534)	(1.775.466)
CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS	-	(2.346)	(2.346)	247	(1.530)	(1.283)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(30.097)	(545.263)	(575.360)	(50.953)	(744.196)	(795.149)
LUCRO BRUTO	691.202	9.878.493	10.569.695	894.206	322.828	1.217.034
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.047.507)	(3.047.595)	(4.095.102)	(563.029)	(1.305.287)	(1.868.316)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(356.305)	6.830.898	6.474.593	331.177	(982.459)	(651.282)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL						
Ganhos em equivalência patrimonial	306.801	278.214	585.015	23.189	178.103	201.292
Perdas em equivalência patrimonial	(95.192)	(106)	(95.298)	(172.777)	(21.098)	(193.875)
	211.609	278.108	489.717	(149.588)	157.005	7.417
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Resultado de aplicações financeiras	22.252	25.372	47.624	79.244	51.499	130.743
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	108.372	13.254	121.626	94.081	15.512	109.593
Outras variações monetárias ativas	5.670	14.789	20.459	795	2.131	2.926
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	-	-	-	(27.300)	(43.297)	(70.597)
Outras receitas financeiras	27.373	54.570	81.943	25.983	41.715	67.698
PIS/Pasep e Cofins	(5)	(2)	(7)	(8)	(3)	(11)
Encargos de dívidas	(46.855)	(153.833)	(200.688)	(36.320)	(107.051)	(143.371)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(10.790)	6.244	(4.546)	2	(883)	(881)
Outras variações monetárias passivas	(4.812)	(3.735)	(8.547)	(174)	(441)	(615)
Outras despesas financeiras	(29.523)	(23.300)	(52.823)	(19.466)	(15.488)	(34.954)
	71.682	(66.641)	5.041	116.837	(56.306)	60.531
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(73.014)	7.042.365	6.969.351	298.426	(881.760)	(583.334)
Imposto de renda e contribuição social	55.183	(3.039.259)	(2.984.076)	73	107.397	107.470
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(17.831)	4.003.106	3.985.275	298.499	(774.363)	(475.864)
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	(0,32)	71,61	71,29	5,34	(13,85)	(8,51)
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	(0,32)	71,61	71,29	5,34	(13,85)	(8,51)

	Consolidado					
	31/12/2016			31/12/2015		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
RECBEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.914.135	10.840.129	12.754.264	2.252.844	1.787.018	4.039.862
CUSTO OPERACIONAL						
Custo com energia elétrica						
Energia elétrica comprada para revenda	(342.197)	-	(342.197)	(346.350)	-	(346.350)
Encargos de uso da rede de transmissão	(673.051)	-	(673.051)	(673.906)	-	(673.906)
Custo de operação						
Pessoal	(99.460)	(263.755)	(363.215)	(98.945)	(249.079)	(348.024)
Material	(2.656)	(7.082)	(9.738)	(3.370)	(6.888)	(10.258)
Combustíveis para a produção de energia	(7.803)	-	(7.803)	(176.425)	-	(176.425)
Serviço de terceiros	(27.538)	(86.375)	(113.913)	(28.056)	(67.051)	(95.107)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(9.332)	-	(9.332)	(9.691)	-	(9.691)
Depreciação e amortização	(32.098)	-	(32.098)	(34.283)	(19)	(34.302)
Taxa de Fiscalização da Aneel	(10.751)	(3.823)	(14.574)	(8.482)	(3.192)	(11.674)
Reversão contrato oneroso	(32.981)	86	(32.895)	10.681	(142.969)	(132.288)
Outras	42.716	(5.081)	37.635	60.895	(2.423)	58.472
	(1.195.151)	(366.030)	(1.561.181)	(1.307.932)	(471.621)	(1.779.553)
CUSTO DO SERV. PRESTADO A TERCEIROS	-	(2.346)	(2.346)	247	(1.530)	(1.283)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(30.097)	(552.736)	(582.833)	(50.953)	(949.042)	(999.995)
LUCRO BRUTO	688.887	9.919.017	10.607.904	894.206	364.825	1.259.031
DESPESAS OPERACIONAIS	(1.052.942)	(3.052.014)	(4.104.956)	(571.974)	(1.319.506)	(1.891.480)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(364.055)	6.867.003	6.502.948	322.232	(954.681)	(632.449)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL						
Ganhos em equivalência patrimonial	304.468	244.743	549.211	23.189	149.204	172.393
Perdas em equivalência patrimonial	(92.354)	(106)	(92.460)	(167.861)	(21.098)	(188.959)
	212.114	244.637	456.751	(144.672)	128.106	(16.566)
RECBEITA (DESPESA) FINANCEIRA						
Renda de aplicações financeiras	30.556	27.814	58.370	83.799	54.315	138.114
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	108.372	13.254	121.626	94.742	15.512	110.254
Outras variações monetárias ativas	5.670	14.789	20.459	795	2.131	2.926
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	-	-	-	(27.300)	(43.297)	(70.597)
Outras receitas financeiras	27.375	54.929	82.304	25.972	42.446	68.418
PIS/Pasep e Cofins	(430)	(141)	(571)	(185)	(101)	(286)
Encargos de dívidas	(46.855)	(153.833)	(200.688)	(36.320)	(107.051)	(143.371)
Variações monetárias sobre financiamentos e empréstimos	(10.790)	6.244	(4.546)	2	(883)	(881)
Outras variações monetárias passivas	(4.812)	(3.735)	(8.547)	(174)	(441)	(615)
Outras despesas financeiras	(29.661)	(23.865)	(53.526)	(20.323)	(17.610)	(37.933)
	79.425	(64.544)	14.881	121.008	(54.979)	66.029
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	(72.516)	7.047.096	6.974.580	298.568	(881.554)	(582.986)
Imposto de renda e contribuição social	54.793	(3.043.990)	(2.989.197)	(197)	107.191	106.994
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(17.723)	4.003.106	3.985.383	298.371	(774.363)	(475.992)
Resultado atribuível aos acionistas controladores	(17.831)	4.003.106	3.985.275	298.499	(774.363)	(475.864)
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	108	-	108	(128)	-	(128)
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	(0,32)	71,61	71,29	5,34	(13,85)	(8,51)
Lucro/Prejuízo diluído por ação (R\$)	(0,32)	71,61	71,29	5,34	(13,85)	(8,51)

44 - SEGUROS

Atualmente a Chesf possui três contratos de seguros cada um com período de duração de um ano e todos com início a partir de 30/04/2016, cujo objetivo é obter cobertura para os seus principais ativos, tais como imobilizado em serviço e almoxarifado. Para isso, esses ativos estão segurados por apólices também anuais, especificadas por modalidade de risco, conforme demonstrado no quadro a seguir:

<u>Apólices</u>	Importâncias Seguradas	Prêmios Anuais
- Riscos Nomeados: Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, equipamentos eletrônicos	6.216.530	7.857
- Riscos aeronáuticos	42.325	195
- Transporte	164.000	189
	6.422.855	8.241

Para o Seguro de Riscos Nomeados são emitidas duas apólices, sendo uma para as Usinas e outra para as Subestações, relacionando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites de indenização, além dos bens em almoxarifados. O seguro possui cobertura securitária básica para: incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

Na importância segurada relativa ao seguro aeronáutico, além de R\$ 9.636 referentes a danos causados às aeronaves, estão incluídos R\$ 2.972 para responsabilidade civil e R\$ 29.717 para responsabilidade civil a 2º Risco, previsto no Código Brasileiro de Aeronáutica, que são coberturas contra danos causados a terceiros.

Para o seguro de transporte, a Companhia mantém apólices para garantir a movimentação de materiais nas modalidades terrestre, marítimo e aéreo nacionais, e marítimo e aéreo internacionais, mensalmente endossadas.

Na determinação da política de seguros e gerência de riscos são contempladas as localizações físicas, os riscos a que se expõem os bens e o custo/benefício.

45 - REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentamos a seguir a maior e menor remuneração pagas a empregados e dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2016 e 2015:

	2016		2015	
	Maior remuneração	Menor remuneração	Maior remuneração	Menor remuneração
Empregados	59.410,81	1.927,90	56.644,26	1.705,31
Dirigentes	57.056,09	42.002,25	51.809,28	42.002,25

	Salário/Honorário médio	Remuneração média	Salário/Honorário médio	Remuneração média
	Empregados	6.534,04	10.051,13	6.251,92
Dirigentes	45.359,92	45.359,92	45.693,91	45.693,91

Tais remunerações são compostas de salários permanentes, gratificações e adicionais.

46 – MEIO AMBIENTE (não auditada)

São os seguintes os gastos efetivados pela Companhia, individualmente, de modo a atender aos seus compromissos com o meio ambiente:

Natureza dos Gastos	31/12/2016			31/12/2015
	Aplicação			Total
	Imobilizado	Resultado	Total	
Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	5.447	5.226	10.673	12.669
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	791	2.264	3.055	8.022
Educação ambiental para a comunidade	1.503	1.795	3.298	3.635
Outros projetos ambientais	133	1.789	1.922	2.582
Total	7.874	11.074	18.948	26.908

- *Manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente*, compreende os gastos com estudos, diagnósticos, levantamentos, planos de uso e programas de monitoramento, dentre outros, não contemplando as ações de recuperação ou mitigação de impacto ambiental.
- *Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados*, compreende os gastos com execução de ações voltadas para preservar e/ou recuperar ambientes degradados com impactos já detectados, com uma ação de reparação em andamento, podendo se referir a ambientes aquáticos, terrestres ou atmosféricos.
- *Educação ambiental para a comunidade*, compreende os gastos com ações de educação e/ou capacitação para sustentabilidade, voltadas às comunidades impactadas pela implantação dos empreendimentos da Companhia.
- *Outros projetos ambientais*, compreende os gastos com as demais ações adotadas pela Companhia, tendo como objeto a preservação do meio ambiente.

A Companhia possui compromissos assumidos de gastos com o meio ambiente, no montante de R\$ 44.126, com previsão de desembolso de R\$ 36.197 para o exercício de 2017 e R\$ 7.929 em 2018.

47 - TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL (não auditada)

A Chesf tem como política permanente a qualificação dos seus dirigentes e empregados, tendo apresentado no período os indicadores a seguir:

Indicadores	31/12/2016	31/12/2015
Empregados treinados	3.680	3.706
Homem/hora treinados	187.724	207.512
Média/hora treinamento	41	45
Índice de empregados treinados (%)	81	81
Força de trabalho treinada (%)	2	2
Investimento total (R\$ mil)	1.442	4.123
Valor médio investido por empregado (R\$ 1,00)	318	899

48 – EVENTOS SUBSEQUENTES

No exercício, a Companhia teve recursos bloqueados, pela 12ª Vara Cível da Comarca de Recife, no montante de R\$ 126.490 (R\$ 361.235 em 2015) a título de penhora, referente a ação judicial do Fator K, perfazendo o montante bloqueado de R\$ 491.077 (nota 29). Os referidos bloqueios judiciais impactaram a capacidade financeira da Companhia e de seus negócios, no curto prazo, em especial considerando sua condição de concessionária de serviço público de energia elétrica. Em 24 de janeiro de 2017, conforme decisão judicial, a Companhia obteve a liberação das quantias bloqueadas/penhoradas no âmbito do processo judicial denominado “Fator K”, que tramita na 12ª Vara Cível da Comarca de Recife. O referido processo se encontra provisionado nas Demonstrações Financeiras da Companhia (nota 29).

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL E DA DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Wilson Pinto Ferreira Junior
Presidente

Sinval Zaidan Gama
Conselheiro

Fernanda Cardoso Amado
Conselheira

Armando Casado de Araújo
Conselheiro

Virgínia Parente de Barros
Conselheira

Fernando de Andrade Neves
Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Leandro Giacomazzo
Conselheiro

Marcos Spagnol
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Sinval Zaidan Gama
Diretor-Presidente

José Pedro de Alcântara Júnior
Diretor Econômico-Financeiro

Antônio Varejão de Godoy
Diretor de Engenharia e Construção

João Henrique de Araújo Franklin Neto
Diretor de Operação

Joel de Jesus Lima Sousa
Diretor Administrativo

SUPERINTENDÊNCIA DE EXECUÇÃO E CONTROLE ECONÔMICO-FINANCEIRO

Denilson Veronese da Costa
Superintendente
CRC-PB-004638/O-7 “S” PE – Contador

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf
Recife - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 4.17 (a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o lucro líquido da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi diminuído em R\$ 27.450 mil como resultado da baixa dos custos previamente capitalizados e de baixa em investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, representando os valores estimados relacionados com as atividades ilícitas que certa coligada da Companhia capitalizou em excesso na aquisição de imobilizado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Continuidade operacional de empresas investidas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 31.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia mantém investimentos nas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Norte Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos da UHE Jirau (Rio Madeira) e UHE Belo Monte (Rio Xingu). Esses gastos, de acordo com as estimativas da Administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras depende da capacidade dessas investidas de continuarem a obter os recursos necessários e/ou da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., e Chapada do Piauí II Holding S.A., nas quais a Companhia participa com 20%, 15%, e 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2016, capital circulante líquido negativo total no montante de R\$ 1.518.165 mil, porém não apresentam passivo a descoberto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Controladora e consolidado

Conforme mencionado na nota explicativa 14.2, a Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação às suas unidades geradoras de caixa ("UGCs") e para o cálculo do valor recuperável utilizou-se do método de fluxo de caixa descontado com base em projeções econômico-financeiras. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos caixa futuros e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a taxa interna de retorno, taxa de desconto, custo do capital, preço de liquidação das diferenças - PLD médio, bem como à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação da estimativa contábil que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos essa assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia para determinar a existência de indicadores de que os ativos possam ter sofrido desvalorização e para determinar suas unidades geradoras de caixa, bem como avaliamos os controles internos chave relativos a identificação e mensuração do valor recuperável das unidades geradoras de caixa da Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas chave utilizadas nas projeções de fluxo de caixa futuros e comparamos os orçamentos aprovados para o exercício anterior com os valores reais apurados de forma a verificar a habilidade da Companhia em projetar resultados futuros. Adicionalmente, comparamos o valor recuperável apurado com base nos fluxos de caixa descontados, por unidade geradora de caixa, com o respectivo valor contábil dos ativos imobilizado e intangível com vida útil definida e avaliamos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

(ii) Valor recuperável dos investimentos em Sociedades de Propósito Específico (SPE) – Controladora e Consolidado

Conforme mencionado na nota explicativa 19.1.1, a Companhia detém participações societárias em diversas SPE constituídas a partir de leilões públicos relacionados a concessões, nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica. Considerando a redução significativa das tarifas de geração e transmissão nos últimos anos, bem como as atuais condições macroeconômicas do Brasil, os resultados operacionais e financeiros dessas SPE poderão ser adversamente afetados. Esses investimentos também estão sujeitos a atrasos nos licenciamentos ambientais que podem acarretar redução na rentabilidade.

Com a identificação desses indicadores ("triggers"), a Companhia avaliou a existência de redução ao valor recuperável ("*impairment*") destas SPE. O principais documentos utilizados para a avaliação econômica foram: (i) o fluxo de caixa projetado da SPE, com base no histórico de operações de cada uma delas; (ii) outros eventos macroeconômicos que possam ter impacto nos modelos de negócio; e (iii) o plano de negócio da Companhia para os anos subsequentes.

Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura para fins de avaliação da recuperabilidade desses investimentos, realizado por meio de modelos de avaliação econômica que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Comparamos o valor em uso das principais SPE com o valor contábil do investimento e, para os casos em que o valor recuperável do investimento foi inferior, avaliamos se apenas essa comparação já constituía evidência de perda (*impairment*), considerando as análises qualitativas que podem sugerir perdas sobre o valor recuperável, tais como atrasos no cronograma e contingenciamento financeiro do

orçamento do projeto vinculado à SPE, vis-à-vis o julgamento previamente exercido pela Companhia quanto ao assunto.

A Companhia prepara avaliação de valor recuperável sempre que, em seu julgamento, houver indicativo de perda em determinado investimento. Preparamos avaliações semelhantes, de forma independente, e caso nosso julgamento apontasse evidência de perda significativa no valor patrimonial, solicitamos a Companhia que nos apresentasse seus estudos de valor justo, assim como os julgamentos exercidos quanto as evidências qualitativas. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos os estudos de valor em uso e valor justo preparados pela Companhia. Os principais procedimentos estão relacionados à verificação da razoabilidade dos modelos matemáticos, dentro de padrões de mercado aceitos, e, análise das projeções de fluxos de caixa e a capacidade de execução dos planos de negócios de cada SPE, sob os quais as avaliações econômico-financeiras foram estruturadas.

Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão de acordo com as regras aplicáveis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os principais responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em reposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações contábeis consolidadas das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como responsáveis pela direção, supervisão e desempenho de auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 23 de março de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando a Decisão da Diretoria Executiva de 23 de março de 2017, homologada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2017, analisou o **Relatório da Administração**, relativo ao Exercício de 2016, e, assistido pelo Superintendente de Execução e Controle Econômico-Financeiro da Companhia, Denilson Veronese da Costa e pela Representante da KPMG Auditores Independentes, Adriana Rodrigues Pereira da Silva, CPF 021.963.224-31, RG 4837625 SSP/PE, analisou as **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado de Exercício, da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, da Demonstração do Fluxo de Caixa, da Demonstração do Valor Adicionado, das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes emitido em 23 de março de 2017, sem ressalvas, com ênfase para os seguintes itens: “Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos – Lava Jato” e “Continuidade operacional de empresas investidas”.

Tendo em vista a Companhia ter registrado, no exercício de 2016, um lucro líquido de R\$ 3.985,3 milhões, o qual foi inteiramente compensado com prejuízos acumulados, não foi proposta pela Administração a distribuição de dividendos, sendo o referido valor registrado na conta de Prejuízos Acumulados.

Desta forma, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf e manifesta-se favoravelmente à submissão dos referidos documentos à Assembleia Geral dos Acionistas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e das alterações introduzidas pela Legislação subsequente.

Brasília, 23 de março de 2017.

Pedro Gaudêncio de Castro
Presidente

Leandro Giacomazzo
Conselheiro

Marcos Spagnol
Conselheiro